

no PERIÓDICOS - PUCR
Classe: 900/3
Recabido: 10-4-79

3

NOTÍCIA BIBLIOGRÁFICA E HISTÓRICA

Responsável

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

Departamento de História da Pontifícia
Universidade Católica de Campinas

ANO X – Nº 93

OUTUBRO/DEZEMBRO – 1 978

COMENTÁRIOS

VARIAÇÕES E FUGA SOBRE UM TEMA CÍVICO

Odilon Nogueira de Matos

(Alocução proferida no Clube dos 21 Irmãos-Amigos de Campinas na sessão comemorativa da Independência, em 15 de setembro de 1 978.)

Uma entidade como a nossa, que visa acima de tudo ao cultivo das tradições e do espírito cívico através do conhecimento, direto ou indireto, não importa, das várias unidades que constituem a federação brasileira, não poderia deixar passar sem uma comemoração por simples que fosse, o mês em que celebramos a nossa emancipação política. O sentido cívico dessas comemorações deve estar sempre vinculado ao seu sentido cultural para que elas não se esvaziem numa preocupação apenas passageira mas revistam-se daquele caráter superior e elevado que, como é natural, também lhes é inerente.

Certamente o problema transcende ao objetivo da nossa reunião, pois daria margem a que, sobre a efeméride, se discorresse longamente, dentro das mais variadas conotações que o tema comporta. Não irei massar-vos com a repetição enfadonha daqueles relatos episódicos a que já estais habituados desde os primeiros anos de vossa vida escolar, e que com maior ou menor quantidade de pormenores, vós encontrareis em qualquer livro escolar. Não. Seria fazer pouco dos meus queridos companheiros. Preferirei algumas considerações que o assunto possa sugerir.

Uma das dificuldades no estudo da história da independência, não apenas do Brasil, mas de qualquer outro país — especialmente no caso daqueles que realizaram sua emancipação política no início do século passado — é marcar com exatidão a época em que começa o respectivo processo de independência. Sim, porque parto do princípio de que a independência de qualquer país, longe de um simples episódio histórico, é resultante de um processo, de maior ou menor duração, de acordo com as circunstâncias de tempo e de espaço. No caso do Brasil, particularmente, esse processo adquire características curiosas, significativas e bem definidas, pois a nossa independência foi diferente da de qualquer outro país. Seu autor principal não foi um herói nacional que, à moda de Bolívar ou San Martín, levantasse o povo nativo e sacudisse o jugo que oprimia sua pátria. O autor principal de nossa Independência foi o próprio príncipe herdeiro do trono português, que para aqui viera menino ainda, com apenas dez anos e aqui moldara sua personalidade, porém dentro do mais legítimo espírito monárquico. E tão significativo era este espírito monárquico, que, ao voltar para Portugal, onde sua presença era reclamada por um movimento revolucionário, seu pai, o Senhor D. João VI deixou no Brasil como regente, nada menos que o herdeiro do trono, para que a preservação da dinastia de Bragança ficasse assegurada na eventualidade de lhe acontecer, e com Portugal, o que estava acontecendo com numerosas outras monarquias européias. Se algo acontecesse, o herdeiro do trono já estaria no Brasil, sem necessidade de repetir-se a aventura de 1807, quando uma corte inteira fora obrigada a atravessar o Atlântico e procurar refúgio nestas plagas.

É significativo observar que essa transferência da corte portuguesa, que chegou ao Rio de Janeiro em princípios de 1808, veio determinar a alteração de todo um esquema colonial, que vigorava praticamente há trezentos anos. A nova função que o Brasil vai desempenhar a partir de 1808, fazendo as vezes de Portugal nos quadros do relacionamento internacional, obriga o estado português a uma série de medidas do mais alto alcance, sem as quais o Brasil não

poderia desempenhar suas novas funções. Quando se considera toda a série de atos assinados por D. João, a princípio como regente e depois como monarca com o título de D. João VI, não se tem senão que concluir que toda a sua política, abrangendo os mais variados setores — economia, cultura, defesa militar, agricultura, indústria, relações exteriores — visou a uma finalidade supletiva, isto é suprir, de um momento para outro, toda aquela carência do sistema colonial que durante quase três séculos trouxe o Brasil praticamente amarrado, atado, sem que se lhe dessem condições para o seu desenvolvimento.

Daí, a alteração de todo um esquema que poderia servir para uma colônia, mas jamais serviria para um país que, doravante, seria a sede da monarquia portuguesa. Os exemplos são múltiplos. Não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sujeito ao regime de monopólio e com os portos fechados: rompe-se o monopólio e abrem-se os portos; não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sem bancos e sem moeda: cria-se o Banco do Brasil e funda-se a Casa da Moeda; não se compreenderia um país sede de uma monarquia, sem os órgãos superiores da administração: criam-se todos esses órgãos superiores da administração. E mais as escolas, a biblioteca pública, o jardim botânico, o curso médico, os arsenais de defesa nacional, enfim toda aquela parafernália necessária para que o país pudesse funcionar, não mais dentro de um esquema colonial, mas praticamente como verdadeira nação independente.

Por outro lado, os tratados assinados, a princípio com a Inglaterra e depois com as outras nações, fazem iniciar aquele extraordinário processo de europeização da vida brasileira. A presença da corte — embora uma corte modesta, que nem de longe poderia ombrear com as aparatosas cortes de Viena, de Londres ou de Paris — faz do Rio de Janeiro a grande cidade, melhor dizendo, a única grande cidade que o Brasil possui em todo o século XIX, polarizando cada vez mais a atração face as outras províncias e afirmando, ininterruptamente, o espírito urbano que começa a definir-se e a caracterizar nossa cultura.

O ato da Independência, ocorrido na tarde de 7 de setembro de 1822, praticamente é o complemento de todo esse processo evolutivo que começa com a transferência da corte e que afirma cada vez mais a individualidade do país. De então por diante, todas as tentativas de um regresso à situação anterior são repelidas e, na realidade, é o Brasil e não Portugal que passa a contar nas relações internacionais, especialmente pelos novos mercados que se abrem ao comércio europeu. Eis por que os atos iniciais de D. João abrindo os portos beneficiam primeiramente à Inglaterra, que estava saindo de uma revolução

industrial e era a única nação do mundo, na época, a possuir uma marinha mercante, enquanto o continente europeu estava conturbado pela aventura napoleônica.

Após a queda de Napoleão e o Congresso de Viena, que reformulara o mapa da Europa, define-se uma política legitimista, de natureza conservadora e reacionária, tendo como centro de equilíbrio a corte de Viena, mais precisamente a figura de Metternich. Essa política, que se convencionou denominar de “Santa Aliança”, vai provocar em toda a Europa uma onda de movimentos liberais e a esse liberalismo o Brasil não permanece estranho. Por outro lado, as nações da América Espanhola estavam realizando campanhas pela sua emancipação. E a verdade é que nenhuma monarquia européia, naquele início da terceira década do século XIX poderia sentir-se muito segura. Daí, o conselho célebre de D. João ao partir para Portugal, advertindo a D. Pedro que um dia, cedo ou tarde, o Brasil se separaria de Portugal e que, se fosse alguém lançar mão da coroa, fizesse-o ele. E se bem o pensou, melhor o fez.

O período que vai da volta de D. João em 1820 até o grito do Ipiranga, em 1822, é de extrema significação para o que estou chamando de processo da independência. E a fonte mais preciosa para conhecê-lo é a correspondência trocada entre o pai e o filho. Nesse ínterim, definem-se tendências, configuram-se esquemas, o mais importante dos quais certamente foi aquele que resultou no chamado movimento do “FICO”, que apelava para que o príncipe-regente permanecesse no país em vez de atender aos apelos das câmaras portuguesas que acham melhor fosse ele para a Europa, a pretexto de viajar pelas cortes e assim melhor instruir-se, suprindo aquela deficiência que o ambiente estreito de um Brasil semicolonial não lhe podia suprir. É conhecida a sua resposta ao pai. Ao ponderar que nada lhe adiantaria viajar pela Europa, apresenta-nos um quadro nada animador das monarquias européias. Chega a dizer que, para ele, seria muito mais útil e proveitoso, em vez de desperdiçar tempo por “cortes decrépitas”, viajar pelo Brasil, a fim de conhecê-lo melhor, uma vez que esta era, efetivamente, uma das suas deficiências, e a que ele mais lastimava: que não lhe tivessem dado oportunidade para um melhor conhecimento do Brasil, país do qual era regente e no qual em breve reinaria. Eis por que o movimento do “FICO” encontra em D. Pedro a melhor receptividade.

Em outras épocas, a historiografia brasileira perdeu tempo e gastou inutilmente papel e tinta para discutir a quem teria cabido a prioridade do movimento do “FICO”: se aos fluminenses com Gonçalves Ledo, se aos mineiros com Joaquim José da Rocha, se aos paulistas com os Andradas. Discussão inútil

e bizantina: os três movimentos se completam num todo harmonioso, que resultou na decisão de 9 de janeiro de 1822. Decisão que não foi bem vista pelas outras províncias, notadamente as do Norte. Estas viram no “FICO”, e depois no ato de 7 de setembro, nove meses mais tarde — tempo oportuno e preciso de uma feliz gestação — uma espécie de golpe de D. Pedro em torno das três províncias que lhe eram mais próximas — Rio, São Paulo e Minas Gerais — e que eram, efetivamente, as que representavam a maior força na vida econômica do país. Isso vem explicar um fato curioso e original da história de nossa pátria, paradoxo dos paradoxos: a nossa guerra da Independência em vez de ser feita contra a metrópole, como é a regra geral na história da independência de todos os países, foi feita no Brasil mesmo, contra as províncias do Norte, que custaram muito a aderir ao Império criado com o grito do Ipiranga. Foi preciso que o jovem imperador contratasse um almirante inglês para que ele forçasse as províncias setentrionais a aceitarem a Independência, tais os vínculos que ainda as prendiam a Portugal. Eis por que — para citar um só exemplo — o 7 de setembro significa muito pouco para a Bahia: é apenas uma data oficial: a sua grande data, comemorada todos os anos com as maiores festividades, é o 2 de julho de 1823.

Em fins de agosto daquele ano de 1822, delineia-se a “Jornada da Independência”. Estando em São Paulo, resolve o príncipe ir a Santos visitar a pátria de seu grande conselheiro José Bonifácio, e ao regressar a Capital, no sopé da colina do Ipiranga, quase às margens do regato, encontra-o o correio expresso mandado da Corte. Todos nós conhecemos o episódio: D. Pedro, tomando conhecimento dos despachos que lhe foram enviados, atira-se à decisão histórica, como se tivesse de atravessar novo Rubicon. O “*Alea jacta est*” de César é substituído pelo “Independência ou Morte”. Conhecemos a história desde a nossa meninice. Mas se perguntarmos a alguém se já viu, um que seja, dos papéis recebidos por D. Pedro naquela tarde memorável, a resposta será sempre negativa. Fato curioso: não se conhecem os papéis que decidiram os destinos de nosso país naquele 7 de setembro de 1822! Vou dar-vos a conhecer apenas um deles, talvez o mais significativo: a carta que lhe foi dirigida pela sua esposa, a Princesa Dona Leopoldina. Meditai, meus prezados amigos, nas frases dessa carta. Elas falam muito e revelam que na jornada da independência há muita coisa além do que aparece nos nossos livros de história. Ouvi-a, com a atenção que ela merece, e com sua leitura dou por encerradas estas considerações, agradecendo ao companheiro Nahim Pedro Kacham a oportunidade que me deu de poder dirigir-vos a palavra:

“Pedro. O Brasil está como um vulcão. Até no Paço há revolucionários. Até portugueses são revolucionários. Até oficiais das tropas são revolucionários. As Cortes Portuguesas ordenam vossa partida imediata, ameaçam-vos e

humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a que devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que além de vosso ministro fiel é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro se não quisedes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que irieis fazer em São Paulo. Fazei, pois, tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer.

Leopoldina”.

*

BLUMENAU EM CADERNOS: quatro lustros

Edison Mueller

“Quem trata do passado é desinteressado e só o desinteresse enobrece, eleva e dignifica as aspirações dos homens.”

Eduardo Prado

Há vinte anos, exatamente em novembro de 1957, aparecia discretamente à venda, sob modesta apresentação gráfica, em livrarias locais, o primeiro número de uma revista dedicada especialmente à divulgação da História de Blumenau. Na capa, apenas uma fotografia da estátua do fundador da cidade, localizada ainda à época, após sua primeira remoção de lugar (como devem lembrar-se os leitores mais idosos), em sítio diferente daquele onde se encontra hoje, no início da Alameda Duque de Caxias, a nossa popular Rua das Palmeiras.

A revista denominava-se BLUMENAU EM CADERNOS, devendo-se a iniciativa de sua publicação ao polígrafo catarinense Prof. José Ferreira da Silva (1897 – 1973), dedicadíssimo cultor das legítimas tradições deste pedacinho do Brasil, que ele amou e serviu de forma invulgar, mestre paciente e amigo certo, cuja lembrança reverenciamos com peculiar apreço.

humilham-vos. O Conselho de Estado aconselha-vos para ficar. Meu coração de mulher e de esposa prevê desgraças se partirmos agora para Lisboa. Sabemos bem o que têm sofrido nossos pais. O rei e a rainha de Portugal não são mais reis, não governam mais, são governados pelo despotismo das Cortes que perseguem e humilham os soberanos a que devem respeito. Chamberlain vos contará tudo o que sucede em Lisboa. O Brasil será em vossas mãos um grande país. O Brasil vos quer para seu monarca. Com o vosso apoio ou sem o vosso apoio ele fará a sua separação. O pomo está maduro, colhei-o já, senão apodrece. Ainda é tempo de ouvirdes o conselho de um sábio que conheceu todas as cortes da Europa, que além de vosso ministro fiel é o maior de vossos amigos. Ouvi o conselho de vosso ministro se não quiserdes ouvir o de vossa amiga. Pedro, o momento é o mais importante de vossa vida. Já dissestes aqui o que iríeis fazer em São Paulo. Fazei, pois, tereis o apoio do Brasil inteiro e contra a vontade do povo brasileiro os soldados portugueses que aqui estão, nada podem fazer.

Leopoldina”.

*

BLUMENAU EM CADERNOS: quatro lustros

Edison Mueller

“Quem trata do passado é desinteressado e só o desinteresse enobrece, eleva e dignifica as aspirações dos homens.”

Eduardo Prado

Há vinte anos, exatamente em novembro de 1957, aparecia discretamente à venda, sob modesta apresentação gráfica, em livrarias locais, o primeiro número de uma revista dedicada especialmente à divulgação da História de Blumenau. Na capa, apenas uma fotografia da estátua do fundador da cidade, localizada ainda à época, após sua primeira remoção de lugar (como devem lembrar-se os leitores mais idosos), em sítio diferente daquele onde se encontra hoje, no início da Alameda Duque de Caxias, a nossa popular Rua das Palmeiras.

A revista denominava-se BLUMENAU EM CADERNOS, devendo-se a iniciativa de sua publicação ao polígrafo catarinense Prof. José Ferreira da Silva (1897 – 1973), dedicadíssimo cultor das legítimas tradições deste pedacinho do Brasil, que ele amou e serviu de forma invulgar, mestre paciente e amigo certo, cuja lembrança reverenciamos com peculiar apreço.

Na apresentação, mestre Ferreira da Silva definiu, clara e honestamente, com sua costumeira simplicidade, os objetivos da revista:

“Trataremos do passado e do presente de Blumenau, contados e registrados em cadernos mensais, sem outras pretensões que não as de concorrer com o nosso esforço e o pouco de inteligência que Deus nos deu para tornar mais conhecida a história do município, mais estimada e venerada a memória dos homens que fizeram a sua grandeza atual e para que o exemplo desses pioneiros sirva de orientação e de estímulo aos que, na hora que passa, trabalham para que o nosso futuro não seja menos glorioso que o nosso passado. Mas não nos limitaremos a rebuscar arquivos, a contar casos dos tempos idos. Procuraremos, também, apontar aos que, na atualidade, concorrem com o seu trabalho para o engrandecimento comum, o caminho a seguir — o bom caminho. O caminho que palmilharam os colonos idealistas que, acima de todas as conveniências, pensaram e agiram em razão do aperfeiçoamento material e moral da comuna, a fim de que esta fosse, em todas as épocas, um motivo de justo orgulho para o Brasil. (...) Pugnaremos por Blumenau para que esta, glorificada e engrandecida pela atividade honesta do seu povo, pela orientação sábia e digna dos seus dirigentes, pelo desprendimento de seus homens públicos, pelo espírito de iniciativa, de capacidade realizadora de suas elites, não tenha em vão gravado em seu maravilhoso escudo armorial o dístico de que tanto se orgulha: ‘Pro Sancta Catharina et Brasilia’. Com Blumenau, por Santa Catarina e pelo Brasil — será o nosso lema também !”

Muito cedo porém a limitação de assunto indicada nesses elevados propósitos foi fácil e conscientemente rompida. Sucedeu que, em sua grande magnanimidade, mestre Ferreira da Silva não resistiu ao apelo amigo de também abrigar nas páginas de “Blumenau em Cadernos” artigos sobre vultos e episódios históricos dos municípios vizinhos, pertencentes ao antigo território blumenauense, e de outros municípios catarinenses, como Itajaí, Brusque, Joinville, Florianópolis e São Bento do Sul.

Desse modo, a revista logo se transformou em órgão destinado ao estudo e divulgação da História de Santa Catarina.

Além de mestre Ferreira da Silva, personalidades notáveis das nossas letras passaram a divulgar com regularidade, através das páginas do pequeno mensário, os resultados de suas pacientes pesquisas, a revelar fatos pouco conhecidos e esclarecendo de forma documentada pontos controversos da história catarinense. Uma simples lista que se organizasse dos colaboradores da revista representaria iniludivelmente catálogo expressivo de historiadores e doutos pesquisadores do nosso Estado: Lucas Alexandre Boiteux, Oswaldo Rodrigues Cabral, Sebastião Cruz, José Deeke, Carlos Ficker, Carlos Fouquet, Ayres Gevaerd, Frederico Kilian, Victor Lucas, Aujor Ávila da Luz, Rolf Odebrecht, Carlos da Costa Pereira, Walter Fernando Piazza, Pe. Raulino Reitz, Jean Robert Rul e Adolfo Bernardo Schneider.

Deve-se-lhes notável cópia de artigos e monografias, cujo valor para a correta reconstituição do nosso passado, após sua divulgação em **Blumenau em Cadernos**, é imensurável.

Limitando-nos aos autores já falecidos, vale destacar, por exemplo, os mui numerosos escritos do próprio fundador e diretor da revista, José Ferreira da Silva, como as séries de biografias “Figuras do Passado” e “Administradores de Blumenau”; e os minuciosos estudos “As terras do Itajaí-Mirim e Vasconcelos Drummond”, “Itajaí — a fundação e o fundador” e “Blumenau e a sua Imprensa”. Deve-se-lhe também a divulgação de parte da correspondência e sobretudo dos importantes relatórios anuais do Dr. Hermann Blumenau, que, se não fosse sua previdência e zelo pelo nosso passado, teriam lamentavelmente desaparecido, haja vista o lamentável incêndio que destruiu, em 6/11/58, o arquivo histórico de Blumenau.

De autoria de Lucas Alexandre Boiteux há vários artigos sobre o povoamento do nosso vale, como “Itajaí, de fazenda à cidade”, “Os primeiros moradores de Itajaí” e “A fome de ouro e prata: faisqueiras d’Itajaí”. Boiteux também publicou na revista sua tradução da valiosa monografia “Notícias de Brusque e Nova Trento”, de D. Arcângelo Ganarini. Igualmente apareceram ali, em vernáculo, dois importantes estudos de José Deeke: “Indígenas do Itajaí” e “Blumenau e a Revolução de 1 893”.

Em “Blumenau em Cadernos” foi recolhida também parcela substancial dos numerosos e bem documentados escritos de Carlos Ficker, principalmente sobre o município de Joinville, como: “Ewert von Knorring e sua estada em Joinville”, “La Maison de Joinville”, “A data da fundação de Joinville”, “O primeiro capítulo da história de Joinville”, “Os primeiros dias de

Joinville”, “Colonos de Joinville na Guerra do Paraguai” e “O problema religioso na Colônia Blumenau”.

Mas, a lista dos colaboradores de “Blumenau em Cadernos” neste vintênio é bastante mais extensa, a revelar o interesse que sua publicação sempre despertou em nossos melhores círculos culturais. Quem perlustrar a coleção da revista encontrará vezes seguidas, assinando importantes e eruditos artigos sobre fatos históricos catarinenses, nomes dignos e ilustres, alguns bastante familiares mesmo à maioria dos leitores, como:

Christiana Deeke Barreto, Gertrud Gross-Hering, Werner Ahrens, João Ehlert, Arnaldo Brandão, Nemésio Heusi, Celso Liberato, Alfredo E. Cardoso, H. P. Zimmermann, Henrique Hacker, Frederico Guilherme Busch Jr., Alice von Moers, Norberto Silveira Jr., Renato Rokhohl Dietrich, Fernando Müller, Bruno Hildebrand, Gustavo Konder, Édison d’Ávila, Pe. Benvindo Destéfani, Richard O. Dalbey, C. Gaertner Sobrinho, Carlos Braga Mueller, José Finardi, Elly Herkenhoff, Pe. Victor Vicenzi, Guilherme Strecker — e muitos outros, igualmente merecedores do nosso apreço, que todavia o espaço nos impede de relacionar.

Em “Blumenau em Cadernos” foi publicado também, a partir de julho de 1970, o primeiro ensaio de um “Armorial Catarinense”, pelo autor destas linhas, com o objetivo de cadastrar e, ao mesmo tempo, sugerir a correta ordenação das armas e das bandeiras dos municípios catarinenses.

Convém assinalar ademais que muito deve o atual interesse popular pelas pesquisas genealógicas aos estudos sobre o assunto publicados no pequeno mensário por Jean Robert Rul, paciente rebuscador dos nossos arquivos paroquiais.

Dignos de menção especial são ainda os vários artigos de Hitoshi Nomura sobre aspectos da vida e da obra do cientista Fritz Mueller; a monografia “Blumenau na História Militar Brasileira”, de Henrique Oscar Wiederspahn; e, certamente, as numerosas comunicações do decano dos historiadores catarinenses, Dr. Oswaldo R. Cabral, polígrafo de pesquisador emérito, cujo nome dispensa apresentações.

Justamente pelo grande valor da documentação que divulgou nesses vinte anos, “Blumenau em Cadernos” constitui-se em repositório importantíssimo de fatos históricos, que contribuem e contribuirão para o melhor e correto conhecimento do passado catarinense, fazendo de forma louvável com que mais se compreenda, estime e venere as pessoas, ilustres ou humildes, e os

sucessos dos tempos idos que fizeram a grandeza atual do nosso Estado. É inquestionável assim que a História de Santa Catarina não pode mais ser escrita sem o uso do modesto mensário fundado em 1957 por José Ferreira da Silva.

Dessarte, mercê da excelência dos artigos e monografias inseridos em suas páginas, aliada à probidade e ao alto conceito moral de seu fundador, “Blumenau em Cadernos” foi recebida, nesse vintênio, pela crítica e pelo público leitor, com a mesma maneira altamente simpática e honrosa com que foi saudado seu aparecimento.

Mas, paradoxalmente, a exemplo do que aconteceu alhures com outras revistas culturais, tal sucesso sempre foi acompanhado, quase até o fim da vida de mestre Ferreira da Silva, de grandes dificuldades financeiras para a publicação da revista. Vale a propósito reproduzir trechos de um depoimento do saudoso historiador catarinense, revelador da discreta mas decisiva ação de beneméritos amigos da revista:

“Quando (...), ainda em Curitiba, concebemos a idéia de uma revista destinada, exclusivamente, ao estudo e divulgação da história do Vale do Itajaí, afastada, completamente, de assuntos políticos, religiosos e mesmo administrativos, conversamos a respeito com vários amigos e alguns blumenauenses que sempre haviam demonstrado interesse nas pesquisas das coisas do nosso passado. Naturalmente, todos se entusiasmaram pela idéia. Acharam-na magnífica, de grande utilidade para as letras históricas catarinenses e incentivaram-nos a levá-la adiante, a concretizá-la sem demora. Mas, quando aludimos ao lado financeiro do empreendimento, aí o entusiasmo de muitos arrefeceu. (...) Todavia, um distinto amigo, José Sanches Jr., a quem comunicamos o nosso projeto, não apenas o apoiou, colocando logo à nossa disposição a quantia necessária para a edição do primeiro número. Mesmo assim, hesitamos. A tarefa seria árdua e temíamos fracassar logo de início. José Sanches, entretanto, animou-nos de tal forma que resolvemos correr todos os riscos. “Blumenau em Cadernos” veio à luz da publicidade; e, transpondo hoje uma dificuldade, superando amanhã muitos percalços, vem-se mantendo, é verdade que com enormes sacrifícios e com a ajuda de várias entidades e outros homens idealistas (...). Sempre que as aperturas financeiras ameaçavam o desaparecimento dos ‘Cadernos’, José Sanches

nos trazia a sua contribuição monetária e a sua palavra de estímulo e de coragem. Em meados de 1964, por ocasião da publicação do último número do Tomo VI, cansados de mendigar anúncios e auxílios, resolvêramos dar por finda a nossa tarefa. O Lions-Clube Blumenau-Centro veio em nosso auxílio e, graças ao boníssimo e patriótico gesto desse clube de serviço, pudemos garantir pelo menos por mais um ano a publicação dos 'Cadernos'. Também nessa ocasião e ciente das dificuldades em que nos debatíamos, José Sanches nos socorreu espontânea e desinteressadamente com substancial ajuda. Portanto, 'Blumenau em Cadernos' deve muito de sua existência a esse distinto catarinense."

Graças àqueles que, como José Sanches Jr., ao longo de todos esses anos de vida da revista, reconheceram os legítimos esforços do saudoso polígrafo catarinense em prol da coletividade catarinense e procuraram auxiliá-lo de alguma forma, os muitos percalços à publicação foram sendo vencidos e "Blumenau em Cadernos" continuou a projetar bem alto o nome de Santa Catarina nos círculos culturais do País. Daí porque, como assinalou judiciosamente mestre Oswaldo R. Cabral, "patrocinar a sua publicação tornou-se um fato desejado e jamais um sacrifício publicitário".

Exatamente por isso, quando ocorreu, em 30/12/73, o infausto e trágico desaparecimento do Prof. José Ferreira da Silva, vitimado em acidente automobilístico, a publicação da revista não foi interrompida. A família do ilustre historiador, consciente da importância de "Blumenau em Cadernos" na vida cultural catarinense, confiou sua edição a um grupo de amigos, integrantes à época do Conselho Curador da Fundação Casa Dr. Blumenau, aos quais logo se somaram outros nomes, dispostos todos eles a continuar sua publicação — Hercílio Deeke, Federico Carlos Allende, Oswaldo Rodrigues Cabral, Frederico Kilian, Jean R. Rul, Ayres Gevaerd, Carlos Braga Mueller, Victor Lucas, Walter F. Piazza e o autor destas linhas.

Fiéis às diretrizes de mestre Ferreira da Silva, de cuja amizade haviam privado por muitos anos, os dirigentes da citada Fundação prosseguiram, com particular carinho e desvelo, a publicação de "Blumenau em Cadernos", buscando sempre seu aperfeiçoamento, até maio de 1977, quando foram cavilosamente afastados da administração daquele órgão e da direção da revista pelo Prefeito Municipal de Blumenau.

Não foi possível assim aos velhos redatores da revista executar os planos que, com particular cuidado, haviam elaborado para "Blumenau em

Cadernos” durante 1 977/79; nem sequer puderam realizar a ansiada comemoração alusiva ao glorioso vintênio de vida útil da revista, que ora transcorre.

À alegria legítima que marcaria, em termos nacionais, o notável evento, sucedeu a ingratidão oficial e, como conseqüência natural desse ato, irreprimível desolação ante o lamentável desvirtuamento, desde maio de 1 977, dos primeiros e legítimos objetivos de “Blumenau em Cadernos”, que se transforma lentamente, para tristeza de seus habituais leitores e beneméritos amigos, de revista destinada aos assuntos históricos catarinenses em órgão de promoção sectária — ora veículo de notícias das atividades das lojas maçônicas locais, ora abrigo de insípidos e mendaces discursos políticos.

Por conseguinte, a alegria da festa, já bastante diminuída pela ausência irreparável de seu fundador, Prof. José Ferreira da Silva, foi substituída por imensa consternação, oriunda do descalabro que a insciência de algumas pessoas causou à revista “Blumenau em Cadernos” e, indiretamente, à Cultura catarinense. Deturpou-se portanto irrefletidamente, apenas para servir à vaidade de alguns, o sentido de uma obra de indiscutível valor, resumo de uma vida digna.

“Blumenau em Cadernos” deveria merecer melhor sorte, pelo imenso prestígio que, em todos esses anos, proporcionou ao nosso município e a Santa Catarina. E maior respeito deveria ao menos ser tributado à memória do Prof. José Ferreira da Sil, pelos inegáveis e assinalados serviços prestados à comunidade catarinense.

Rendemos, pois, nesta oportunidade, a nossa sincera homenagem ao extinto amigo e a todos aqueles que, em alguma época e sob qualquer forma, sincera e desinteressadamente deram seu apoio à publicação de **Blumenau em Cadernos**, na consciente defesa das nossas legítimas tradições.

*

“HISTÓRIA DE EL TOCUYO COLONIAL”

Haidée Marquiava Pugliesi

VERACOECHA, Ermilia Troconis — *História de El Tucuyo Colonial*. (1 545 — 1 810). Prefácio de Eduardo Arcila Farías. Caracas. Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación. Universidad Central de Venezuela, 1 977. 479 pág.

Ermilia Troconis Veracoecha é nome já conceituado na historiografia venezuelana, mercê do trabalho científico de alto nível que desenvolve.

Cadernos” durante 1 977/79; nem sequer puderam realizar a ansiada comemoração alusiva ao glorioso vintênio de vida útil da revista, que ora transcorre.

À alegria legítima que marcaria, em termos nacionais, o notável evento, sucedeu a ingratidão oficial e, como consequência natural desse ato, irreprimível desolação ante o lamentável desvirtuamento, desde maio de 1 977, dos primeiros e legítimos objetivos de “Blumenau em Cadernos”, que se transforma lentamente, para tristeza de seus habituais leitores e beneméritos amigos, de revista destinada aos assuntos históricos catarinenses em órgão de promoção sectária — ora veículo de notícias das atividades das lojas maçônicas locais, ora abrigo de insípidos e mendaces discursos políticos.

Por conseguinte, a alegria da festa, já bastante diminuída pela ausência irreparável de seu fundador, Prof. José Ferreira da Silva, foi substituída por imensa consternação, oriunda do descabro que a insciência de algumas pessoas causou à revista “Blumenau em Cadernos” e, indiretamente, à Cultura catarinense. Deturpou-se portanto irrefletidamente, apenas para servir à vaidade de alguns, o sentido de uma obra de indiscutível valor, resumo de uma vida digna.

“Blumenau em Cadernos” deveria merecer melhor sorte, pelo imenso prestígio que, em todos esses anos, proporcionou ao nosso município e a Santa Catarina. E maior respeito deveria ao menos ser tributado à memória do Prof. José Ferreira da Sil, pelos inegáveis e assinalados serviços prestados à comunidade catarinense.

Rendemos, pois, nesta oportunidade, a nossa sincera homenagem ao extinto amigo e a todos aqueles que, em alguma época e sob qualquer forma, sincera e desinteressadamente deram seu apoio à publicação de **Blumenau em Cadernos**, na consciente defesa das nossas legítimas tradições.

*

“HISTÓRIA DE EL TOCUYO COLONIAL”

Haidée Marquiafava Pugliesi

VERACOECHA, Ermilia Troconis — **História de El Tucuyo Colonial**. (1 545 — 1 810). Prefácio de Eduardo Arcila Farias. Caracas. Ediciones de la Facultad de Humanidades y Educación. Universidad Central de Venezuela, 1 977. 479 pág.

Ermilia Troconis Veracoecha é nome já conceituado na historiografia venezuelana, mercê do trabalho científico de alto nível que desenvolve.

É professora universitária em duas importantes universidades da Venezuela: A Universidad Central e a Universidad "Andrés Bello", exercendo, ademais, as funções de presidente da Asociación Venezolana de Archiveros e de investigadora junto ao Instituto de Estudios Hispanoamericanos, da mencionada Universidad Central.

Doutora em História, tem, já publicados, vários trabalhos científicos sobre a Venezuela, conhecidos e apreciados também fora daquelas fronteiras.

O trabalho em epígrafe resulta da aplicação do método micro-histórico à região de Tocuyo e povoados adjacentes. Estrutura-se em sete partes, constituindo-se, fundamentalmente, numa pesquisa sobre o uso da terra.

Na primeira parte, a autora detém-se no exame do quadro geográfico e na expansão colonizadora.

A segunda parte, excepcionalmente composta de dois capítulos — O regime de Encomenda em Tocuyo e O Corrigimento de Índios — enfoca não apenas o cotidiano indígena, bem assim o seu regime de trabalho, seja ele, livre ou escravo.

Seguidamente, estuda, na terceira parte, a posse e o uso da terra, revelando as mudanças estruturais ocorridas no decurso daquele processo.

A Igreja e seu alcance sócio-econômico constituem a quarta parte, onde a autora descreve a dinâmica de duas estimáveis instituições religiosas: as obras pias e as confrarias tocuyanas.

Objeto de análise da parte subsequente é a Sociedade, título que nomeia o capítulo correspondente, na qual se destacam dois aspectos notadamente antagônicos: a mestiçagem e a diferenciação social.

A penúltima parte aborda o papel das categorias profissionais atuantes no movimento da economia e do comércio regionais e respectivos desdobramentos, dos quais, mereceu relevo especial, o contrabando.

Encerrando o seu trabalho, a autora examina, em dois níveis, a cultura tocuyana. Num primeiro plano, as manifestações eruditas expressas na arte colonial e, em seqüência, o substrato desta cultura identificada — no caso concreto — por elementos de um mundo mágico-religioso, presente nas manifestações folclóricas regionais.

No intento de reconstituir integralmente o conjunto do Tocuyo Colonial e indagando sua estrutura social, econômica, religiosa e cultural, a

autora reuniu e trabalhou devidamente duas espécies da documentação histórica: fontes e bibliografia.

As referências de caráter bibliográfico apresentam-se reconhecivelmente escassas, tendo sido englobadas no seu rol também algumas fontes impressas. Todavia, a investigação em pauta estribou-se, sobremaneira, em documentos manuscritos originais. Esta circunstância valoriza duplamente a obra que agora vem a lume: além do ineditismo das fontes manuscritas é digno ressaltar que o seu levantamento e consulta importou na classificação e na indexação do Arquivo da Igreja de la Concepción (Tocuyo), tarefa executada pela própria autora, tal a riqueza e o interesse do acervo para os objetivos em mira.

A busca documental completou-se em Arquivos Tocuyanos e Caraquenhos. Dentre os últimos figuram: o “Archivo General de la Nación”, o “Archivo Arzobispal” e o “Archivo da Academia Nacional de la Historia”.

De notar, o apêndice documental que enriquece altamente a obra sob análise. Nele, a autora transcreve vinte expressivas peças documentais, de natureza diversa, indicando-lhes a procedência e sendo a maioria delas concernente ao século XVIII.

A obra apresenta, ainda, índices geográfico e onomástico, instrumentos auxiliares indiscutivelmente indispensáveis, sobretudo em trabalhos desta espécie, tendo-se em vista o número e a variedade de informações.

Como destaque final, a única ilustração que a obra registra: uma cartografia manuscrita do século XVI que nos dá a conhecer o plano urbano de Tocuyo na época.

Recomenda-se a obra, digna, portanto, de ser lida e meditada.

*

UMA HISTÓRIA, MUITOS EXEMPLOS

Paulo C. Miceli

“A história mostra que épocas de refinamento como esta costumam ser breves, porque repousam na excessiva concentração da riqueza nas mãos de uma minoria privilegiada. O Japão antigo não foge a essa regra: ao período de prosperidade da aristocracia sucede outro de lutas em que uma nova classe, a dos samurais, ascende ao poder.”

Durou 52 dias a viagem do navio **Kasato-Marú**. Fabricado na Inglaterra, sob encomenda russa, e apreendido em guerra pelos japoneses, esse

navio chegou ao Brasil a 18 de junho de 1908, inaugurando um longo ciclo de imigração do Japão para o Brasil. Hoje, setenta anos depois, não existe Estado ou Território no País onde não encontremos japoneses ou seus descendentes. Sua integração à vida brasileira foi rápida: desde a agricultura, onde tiveram participação importantíssima, passando pelo popular tintureiro — que até virou tema de conhecida música popular —, chegaram ao Ministérios...

Mas há que se admitir, contudo, que pouco ou nada conhecemos sobre a história do Japão, pois à escassa bibliografia sobre o assunto aliou-se a precariedade de nossos cursos superiores de História, que relegam a planos secundários o (malfeito) estudo da evolução histórica de, pelo menos, metade da humanidade. O resultado disso tudo é que os graduados em História, em sua esmagadora maioria, são incapazes de redigir vinte linhas aproveitáveis sobre, por exemplo, os samurais, que dominaram o Japão desde o fim do Estado Ritsuryo (final do século XII) até 1868, quando, em meio à séria crise intestinal, se deu a Restauração da Monarquia Plena.

Mas, afinal, em meio às comemorações do 70º aniversário da imigração japonesa, a Editora de Humanismo, Ciências e Tecnologia — Hucitec trouxe a público um livro importantíssimo, que representa o primeiro passo para preencher a inadmissível lacuna existente na bibliografia histórica em português. Trata-se do livro **Japão — passado e presente**, de José Yamashiro, autor, entre outros trabalhos, da **Pequena história do Japão** (1950) — primeiro livro editado em português sobre a história do povo japonês.

José Yamashiro, atual Diretor de Redação da revista **Indústria e Desenvolvimento**, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, foi também um dos responsáveis pelo enorme sucesso da primeira fase da revista **Visão**. Sendo jornalista, aliou à sua natural objetividade o rigor da pesquisa histórica sobre métodos científicos e produziu trabalho rico em informações sobre a vida econômica, social, política e cultural do Japão, desde a época primitiva até nossos dias. As lutas entre os clãs, a expansão territorial, as intrigas políticas e as relações internacionais aparecem entremeadas a saborosas informações sobre os costumes, a arte, as origens da escrita, os tabus e a religião japoneses. Exemplos: “Numa sociedade como essa (a da pré-história japonesa), em que a vida econômica se estriba na caça, pesca e frutos naturais, somente uma união entre seu membros pode assegurar a sobrevivência da comunidade. Todos trabalham juntos, os instrumentos necessários às atividades econômicas constituem propriedade comum. Não há diferença entre ricos e pobres. Obser-

vando-se o modo de enterrar os mortos e os objetivos da época, verifica-se a inexistência de diferenciação de classes. Todos são sepultados do mesmo modo.”

Mais adiante, ao historiar a introdução da agricultura do arroz no Japão, como influência de suas relações com o continente (China), prossegue: “Na fase inicial, elegem-se homens mais populares para a orientação do cultivo do arroz ou o comando nas lutas contra grupos hostis. Com o decorrer do tempo, esses elementos se perpetuam na posição de chefes de clãs. E, quando vencem guerras, aprisionam inimigos (...) e os transformam em escravos da tribo ou comunidade vencedora. E o chefe aproveita escravos como sua propriedade particular. E começa a possuir terras próprias.”

Formava-se um Estado primitivo mais ou menos organizado e unificado já por volta do século IV, “baseado na propriedade particular de terras e gente”, o que conduz a vida “da maioria da população à extrema penúria e ameaça a estabilidade do trono”. As lutas pelo poder se intensificam “nos bastidores e no palco da política palaciana” e atingem seu auge no século V.

Em 645, inaugurou-se o Estado Ritsuryo (Lei e Ordem) e foi abolida a propriedade particular de terra e gente, passando as mesmas a pertencer ao Estado, que regulamentou o serviço militar, o pagamento de impostos e outras obrigações dos lavradores. “O camponês se liberta da dependência escravista do clã (...). Mas embora cultive a terra esta não lhe pertence. E por mais apertada que lhe seja a vida é obrigado a recolher os tributos e prestar serviços públicos determinados pela nova lei. E não lhe permitem sair do local onde vive. Inexiste liberdade de escolha de trabalho”.

O sistema de propriedade de terras, constantemente alterado pelas pressões sociais, está na base das profundas agitações internas, que foram ampliadas pela fome causada pela redução da produção do arroz e outros produtos do campo, isso porque a varíola dizimou a população: “generaliza-se o pânico, porquanto não existem remédios (senão preces e feitiços) contra o terrível mal”.

Mas nem tudo foram agruras no Período Nara (710 – 784). Houve grande progresso interno, caracterizado por profundo desenvolvimento cultural, muito embora as manifestações artísticas mais significativas fossem anônimas: “A grandeza cultural do Período Nara constitui fruto do trabalho escravo em sua grande parte, aliás como sucede em todos os Estados antigos (Egito, Grécia, Roma etc.).”

Mas enquanto a metrópole, já no Período Heian (794 – 1192), atingia um grau de cultura aristocrática, com os nobres diver-

tindo-se “na contemplação das cerejeiras em flor na primavera e do bordo, no outono”, apreciando o canto e a música, enquanto “existem funcionários regionais que só pensam em seus próprios ganhos, relegando a planos inferiores os interesses públicos (...), nas isoladas estradas do interior, assaltantes atacam e roubam viajantes (...), piratas pilham navios carregados de mercadorias”. E até na metrópole “começam a aparecer ladrões e incendiários”.

Nessas condições, além dos roubos e incêndios, irrompem lutas internas nas províncias pela posse das terras, disputa de influências etc.”

Era a derrocada do Estado Ritsuryo. Paralelamente à sua decadência, os chefes locais começam a arregimentar elementos de seu clã, formando grupos armados. Esses grupos foram servir “como guardas do palácio imperial ou de nobres, na qualidade de **samurai**”. Os samurais, aos poucos, abandonaram suas atividades agrícolas tornando-se guerreiros profissionais, sendo curioso notar que constituídos, inicialmente, para defender o Estado Ritsuryo em suas constantes batalhas, acabaram por tomar-lhe o poder.

O regime marcial dominado pelos samurais durou sete séculos, baseando-se em relações de suserania e vassalagem, onde “o lavrador foi, novamente, transformado em escravo”. Passava-se “de uma sociedade escravista, sob domínio da aristocracia, para uma sociedade caracterizada pela escravidão dos camponeses, comandados pelos samurais”.

José Yamashiro dedicou a segunda parte do livro — “Época Feudal” — a esse período. Aqui, novamente, encontramos preciosas informações sobre a evolução do feudalismo no Japão, a vida material, social e cultural de seu povo; os primeiros contatos com os ocidentais; a “rápida propagação e trágico fim” do cristianismo, para lá levado pelo jesuíta Francisco Xavier, em 1549; os motivos pelos quais o Japão escapou à expansão imperialista que submeteu muitos países asiáticos ao domínio ocidental etc.

Finalizando esse comentário, há que se confessar a impossibilidade de se reduzir aos limites naturais de uma resenha, que não permite longas e seguidas transcrições, o conteúdo dessa obra. Isso porque nos envolve o entusiasmo experimentado pelas novidades bem contadas.

Anote-se, apenas, as palavras finais da terceira e última parte do livro — “Época Moderna” —, onde Yamashiro descreve os rápidos passos de um Japão já mais conhecido por nós, rumo a seu “verdadeiro milagre econômico”: “O ensino desenvolvido em todos os níveis constitui a mola propulsora essencial do progresso. O povo nipônico praticamente sem analfabetos desde fins

do século passado, demonstra na prática que os recursos humanos bem preparados são capazes de superar até dificuldades provenientes da falta ou escassez de recursos naturais.”

Para nós, um exemplo.

*

O HUMOR DE VIEIRA E O HUMOR DE RUI

Paulo Mangabeira Albernaz

(Conferência proferida na Academia Campinense de Letras
em 4 de setembro de 1978.)

Cabe ao Brasil a glória e o privilégio de possuir dois filhos que talvez tenham vindo a ser os mais aprimorados clássicos da língua portuguesa. Quero crer que, português legítimo talvez somente um se lhes possa antepor: o incomparável Luís de Camões. Ainda assim, fica meu espírito em dúvida sobre se a voz do grande vate tenha o espírito de justiça, a espontaneidade, do soberbo orador sacro brasileiro, conquanto o Brasil não passe então de colônia de Portugal. Se aqui aportara por volta dos seis anos de nascido, aqui vivera, quase, sua longa vida e aqui exalara o último suspiro, para nós tudo isso nos autoriza a considerá-lo lídimo brasileiro, principalmente por ter redigido sempre e feito seus formosos sermões em português do Brasil.

O segundo dos grandes clássicos do nosso idioma seria este super-homem que se chamou Rui Barbosa.

É curioso que ambos — Vieira e Rui, verdadeiros batalhadores pelas boas causas quando na tribuna, demonstraram, além disso, características pessoais extremamente semelhantes. Se Rui era incisivo, violento, destemido, por vezes mesmo cruel em sua oratória, nada havia de admirar nesta energia e nesta impetuosidade, pois que, pela vida toda, foi Político (com p maiúsculo) e da mais alta estirpe, talvez a figura mais preeminente do mundo político brasileiro de que há memória. Estava em seu elemento e com todos os mais amplos direitos.

O mesmo talvez não se possa dizer de Vieira. Era, também, às vezes, tremendo nos seus apodos, e não se dominava quando tinha de dizer o que julgava necessário. Sua palavra era não raro mordente, caústica, quando não

do século passado, demonstra na prática que os recursos humanos bem preparados são capazes de superar até dificuldades provenientes da falta ou escassez de recursos naturais.”

Para nós, um exemplo.

*

O HUMOR DE VIEIRA E O HUMOR DE RUI

Paulo Mangabeira Albernaz

(Conferência proferida na Academia Campinense de Letras
em 4 de setembro de 1978.)

Cabe ao Brasil a glória e o privilégio de possuir dois filhos que talvez tenham vindo a ser os mais aprimorados clássicos da língua portuguesa. Quero crer que, português legítimo talvez somente um se lhes possa antepor: o incomparável Luís de Camões. Ainda assim, fica meu espírito em dúvida sobre se a voz do grande vate tenha o espírito de justiça, a espontaneidade, do soberbo orador sacro brasileiro, conquanto o Brasil não passe então de colônia de Portugal. Se aqui aportara por volta dos seis anos de nascido, aqui vivera, quase, sua longa vida e aqui exalara o último suspiro, para nós tudo isso nos autoriza a considerá-lo lídimo brasileiro, principalmente por ter redigido sempre e feito seus formosos sermões em português do Brasil.

O segundo dos grandes clássicos do nosso idioma seria este super-homem que se chamou Rui Barbosa.

É curioso que ambos — Vieira e Rui, verdadeiros batalhadores pelas boas causas quando na tribuna, demonstraram, além disso, características pessoais extremamente semelhantes. Se Rui era incisivo, violento, destemido, por vezes mesmo cruel em sua oratória, nada havia de admirar nesta energia e nesta impetuosidade, pois que, pela vida toda, foi Político (com **p** maiúsculo) e da mais alta estirpe, talvez a figura mais preeminente do mundo político brasileiro de que há memória. Estava em seu elemento e com todos os mais amplos direitos.

O mesmo talvez não se possa dizer de Vieira. Era, também, às vezes, tremendo nos seus apodos, e não se dominava quando tinha de dizer o que julgava necessário. Sua palavra era não raro mordente, caústica, quando não

agressiva. Acontece que, sendo também político, embora de modo mais restrito, o ser sacerdote católico, da Companhia de Jesus, não se coadunava muito com aquela espécie de oratória. Sente-se não raro, em vários de seus sermões, esta **falta de caridade**, se assim me posso exprimir, na sua crítica mordaz. Mas, de outra parte, seus julgamentos, por incisivos e violentos que o fossem, visavam aos potentados e à falta de caridade para com eles era excesso de caridade em relação aos colonos desfavorecidos da sorte, e em particular aos malsinados indígenas, os tapuias.

São dois gigantes, Vieira e Rui, e não duvido que o primeiro tivesse sido como o fanal do segundo, tal a analogia de seus tipos de oratória, tal o denodo e o arrojo, o desassombro de ambos, enfrentando todos os poderes, fossem eles quais fossem. Creio que não há memória na história luso-brasileira de dois espíritos mais altivos e mais destemidos.

Esta analogia é evidente também no humor de Vieira e de Rui. O “sermão dos peixes” e o “discurso dos pássaros” são duas páginas magistrais do mais fino e irônico humor que alguém já escreveu em qualquer língua. Por anos e anos, esquadrinhei estas duas peças oratórias e cheguei à convicção de que devia aproximá-las e confrontá-las. Se eles — os dois grandes tribunos — possuíam espíritos tão afins, seria interessante fazer um estudo que pusesse em foco mais um aspecto dessa analogia. O humor, tanto de um como de outro, ainda mais acentua a equivalência, a paridade de seus espíritos. É o que vamos ver.

A produção de Vieira é sabidamente prodigiosa. As edições oficiais são de doze alentados volumes, e só dos sermões. Ainda há mais três das cartas e mais dois de sua autodefesa contra a Inquisição. A isto podem ser acrescentados outros labores, tais a “História do Futuro” e a “Chave dos Profetas”, dando esta a impressão de ser continuação daquela.

Em toda a sua obra, em que quase tudo é brilhante de primeira água, há alguns trabalhos que ainda mais alto a situam, tal o seu valor. E, em verdade, se há alguns sermões em que o caminho para Deus foi muito mais abreviado do que em outros, talvez em nenhum o tenha sido, para o homem, mais direto e mais rápido do que no “Sermão dos Peixes”. Acrescente-se à magnificência e à perfeição do discurso, o humor, a encobrir e disfarçar a veemência estupenda dos ataques.

Muitos prendem a palavra **humor** simplesmente ao poder de determinar o riso. É critério válido, não porém, obrigatório. **Humor** começou

sendo **humanidade**. Quem criou **humor** (a palavra) foi o médico dos médicos, o celebrado Hipócrates, que viveu 400 anos antes de Cristo. A vida, na sua opinião, estava sob a dependência dos **humores** e estes eram quatro: o muco ou pituita, o sangue, a bÍlis amarela e a bÍlis preta. Se o fluxo de cada um dos elementos era normal, dizia-se que o organismo estava em “bom humor”; se, porém, o fluxo de qualquer deles era irregular, aparecia então o estado patológico — a doença, e se dizia estar o organismo de “humor doentio”, de “mau humor”.

Isto foi-se modificando com o perpassar dos tempos, passou a teoria humoral de Hipócrates à história, e o **humor** foi mudando de significado. O “bom humor” não é mais saúde, nem o “mau humor”, doença. E **humor**, simplesmente **humor**, passou a ser um estado de espírito em que o riso passava a ter outra significação. Já desde 1500 dizia Rabelais que “o riso é propriedade do homem” — **le rire est le propre de l’homme**, assim como quem diz, é o homem, dentre os animais, o único que ri.

E a palavra tomou acepção particular na língua inglesa, designando não mais o provocar o riso, mas um **veneno** disfarçado e sutil, uma finura de espírito, insinuação velada, mas incisiva. Tal acepção invadiu outros idiomas, como aconteceu com o francês, que usa **humeur** para todos os humores, e o **humour** para aquele vírus solerte que morde sem ferir. É um ridículo escondido atrás de um ar de seriedade, de compostura, mas queima muito mais do que uma vergastada.

E nisto, de que foram mestres, entre outros, um Swift, um Voltaire, um Bernard Shaw, nada lhes ficam a dever as sutilezas candentes e venenosas de Vieira e de Rui.

O humor de Vieira talvez tenha seus pontos mais altos em dois de seus sermões: no famoso “dos peixes” (em louvor de Santo Antônio, pronunciado em 1654 em São Luís do Maranhão) e no “do Bom Ladrão”, (pregado na Igreja da Misericórdia de Lisboa, em 1655, perante D. João IV, ainda infante, e sua corte).

É verdade que é um humor satírico, ferino, mordaz, não raro contundente. A energia da frase talvez pudesse ser criticada, como já disse, na voz de um sacerdote em pleno púlpito. A verdade, porém, é que a situação da pequena província era politicamente uma torre de Babel, em que predominavam a prepotência e a corrupção. A voz do sacerdote, por vezes demasiado incisiva, não raro causticante, tinha sua razão de ser: ela defendia os pobres indígenas escravizados, maltratados, espoliados. O Maranhão era governado por indivíduos

sem escrúpulo e ávidos de lucros imediatos e vultosos. Não eram mais homens, animais racionais, mas verdadeiros celerados. E o soldado de Deus, que não podia recorrer a outras armas, valia-se da palavra. E tanto esta palavra pesou, que a situação veio mesmo a modificar-se.

Sua energia, seu destemor, seu denodo, fazem de Vieira um homem excepcional, de que, muito mais admirável do que ser um dos maiores oradores universais, entre sacros e leigos, de que há memória, é, sem dúvida, o verdadeiro e inigualável paladino. Verdade que, escudado pelo prestígio, naqueles tempos, incomparável, da Igreja, ele tanto se arriscou pela verdade e pela pátria — suas duas pátrias, Portugal e Brasil (apesar deste ser colônia, ele próprio distinguia uma da outra), que passou pelas maiores vicissitudes, a prisão, por longo prazo, inclusive.

É curioso o aspecto de suas críticas, pela independência e pela energia. Mas, dentro dessa severidade marcante, recorreu ele à ironia: ironia sutil, mas mordente. E isto alcança o máximo nos dois sermões acima referidos. O humor ganha, porém, maior elevação no “sermão dos peixes”.

Segundo o talvez melhor biógrafo de Vieira, o maranhense João Francisco Lisboa, o notável orador não media esforços para dar combate aos “vícios e às tiranias dos governadores e colonos, aliás poderosamente auxiliados pelo clero secular, e pelas outras ordens”. Os amigos insistiram em que Vieira partisse para Lisboa, mas ele hesitava. Eis senão quando aportam a São Luís, Manuel Guedes Aranha e mais outros procuradores do Estado, que teriam de tornar ao Reino em outubro de 1654, com uma provisão em que as disposições em favor da liberdade dos índios passavam a ser fundamente modificadas.

Vieira, diante disso, resolve, por fim, seguir para Lisboa, mas, antes de fazê-lo, profere o famoso “sermão dos peixes”, no dia de Santo Antônio, 13 de junho. Como que o sermão veio a ser provocado por aquela atitude desnaturada, bárbara, de Manuel Gomes Aranha.

Baseia-se o “sermão dos peixes” no homônimo do próprio Santo Antônio, em sua peregrinação pela Itália. Pregando em várias regiões, o santo, um dos maiores tribunos da Igreja, aporta em 1227 a Rímini e aí tem recepção triunfal. Tentam, porém, inimigos gratuitos cercear-lhe a palavra e passam a persegui-lo. Vê-se então o sacerdote forçado a afastar-se de certos meios e toma a resolução de ir pregar aos peixes, já que certos homens não o querem ouvir. Aproxima-se de uma praia deserta, volta-se para o mar e sua palavra fluente e milagrosa ecoa pela costa. A pouco e pouco pontilham, aqui e acolá,

várias cabeças de peixes, mantendo-se acima do nível da água. Cada vez maior se torna seu número e parecem todos estar fascinados, a ouvir o santo com toda a atenção. Alguém que, vagando por acaso por aquelas plagas, foi testemunha do que estava acontecendo, saiu a correr até a cidade, a divulgar o insólito acontecimento. Em pouco, verdadeira multidão, cabisbaixa e silenciosa, postada a certa distância, ficou a ouvir a palavra sagrada, assistindo àquela ocorrência espantosa e jamais vista. No silêncio, apenas quebrado pelo marulhar das ondas, os peixes, cabeças para o alto, como que estavam embebidos na voz do taumaturgo. Este foi o decantado “milagre dos peixes” de Santo Antônio.

Tal passagem da vida do santo e o trecho bíblico — **vós sois o sal da terra**, é que serviram de tema a Vieira para o seu tão celebrado sermão.

Os peixes de Vieira não eram, porém, os dóceis e encantados animais de Santo Antônio, mas representavam os desnaturados colonos e mandões da província do Maranhão. E é aí que, dando nome aos habitantes dos mares, pinta tão bem as pessoas, os caracteres, as ações, que, como declara João Lúcio de Azevedo, “nunca a veia cáustica do pregador foi mais acerada que neste lance. Sob o tom de ironia benévola, quanta malícia ! Todo o Maranhão passa à vista na alegoria aquática. O peixe roncadador, o voador, o pegador, são tantos tipos de colonos, como existiam na terra; alguns são tão caracterizados, que qualquer dos ouvintes, o mais ingênuo, poria nome no retrato”.

Infelizmente não houve nenhum escritor contemporâneo que deixasse à posteridade os nomes a que as carapuças se destinavam. Talvez fosse isso inútil. Que, de fato, adiantaria, guardar para os anos, nomes que só mereciam desprezo ? De que valeria essa triste e negativa celebridade ? Mas, de outra parte, qual a razão de ocultar os malefícios, os crimes, daqueles que tanto espoliaram a desventurada terra maranhense ? Difícil é chegar a acordo.

O próprio Vieira declara em uma de suas cartas: “E bem se viu por experiência que um governador, que veio de Portugal, Bento Maciel Parente, perdeu o Maranhão, e um capitão-mor, Antônio Teixeira, que cá se elegeu, o restaurou, e isto em socorro do Reino.”

Em se reportando a um governador que ficava, para si, com três dos oito mil cruzados que era em quanto orçavam os dízimos do rei, Vieira juntou todas as provas para contestar, como o fez sobejamente, os capítulos que deu, contra os jesuítas em 1662, o procurador daquela terra desventurada, Jorge de Sampaio.

É de crer que, pelo menos, dois dos inúmeros e vorazes **peixes** aí estejam nomeados.

Os aproveitadores não eram poucos, e de certo muito mais numerosos até do que a pequena lista dos **peixes** incriminados.

Vieira começa o sermão mostrando a vantagem ou a razão de falar aos peixes. Pelo menos possuem eles duas esplêndidas qualidades de ouvintes: ouvem, e não falam. Uma desvantagem enorme está para o pregador: e “é de serem gente que se não há de converter”.

E em sua longa ação parlatória começa por fazer-lhes louvores.

A primeira referência é ao “peixe de Tobias”. Tobias, segundo a história sagrada, ia caminhando ao lado do Anjo S. Rafael, quando resolveu aproximar-se da beira do mar, para lavar a poeira dos pés. Eis senão quando, investe contra ele um grande peixe, com a bocarra aberta. Tobias gritou apavorado, mas o anjo lhe disse que nada tinha a temer: pegasse o peixe pela barbatana, arrastasse-o para terra; depois, abrisse-o, tirasse-lhe as entranhas e as guardasse, pois muito lhe haviam de servir. Ensinou-lhe que o fel curava a cegueira e o coração servia para expelir do corpo os demônios.

Mas este peixe figurava entre vários outros. Vieira deixa-o e passa a referir-se à **rêmora**. É este um peixe mundialmente afamado. Apesar de pequeno em tamanho, aferra-se ao leme de uma nau da Índia, e malgrado a força das velas enfunadas, dos ventos que propelem o navio e dos próprios peso e grandeza deste, amarra-o mais do que as próprias âncoras. “O Apóstolo S. Tiago compara a língua ao leme da nau e ao freio do cavalo.” “Uma e outra comparação juntas” — assevera ainda Vieira — “declaram maravilhosamente a virtude da **rêmora**, a qual, pegada ao leme da nau, é freio da nau e leme do leme”.

Há certo número de gêneros de **rêmora**, peixe dotado, no alto da cabeça, de uma espécie de ventosa, por meio da qual ele se fixa ao navio. Sabe-se hoje que aquela propriedade de, aderindo ao leme, poder soffrear a velocidade do barco (como dizia Vieira e era versão corrente durante muito tempo), não tem o menor fundamento.

A seguir, passa o orador a tratar de como “admirável é igualmente a qualidade daquele outro peixinho a que os latinos chamam **torpedo**. Ambos estes peixes conhecemos cá mais de fama que de vista; mas isto tem as virtudes grandes, que quanto maiores são mais se escondem. Está o pescador com a cana na mão, o anzol no fundo, e a bóia sobre a água, e em lhe picando na isca o **torpedo**, começa a lhe tremer o braço. Pode haver maior, mais breve e mais admirável efeito? De maneira que, num momento passa a virtude do peixe, da boca ao anzol, do anzol à linha, da linha à cana, e da cana ao braço do pescador.

Quem dera aos pescadores de nosso elemento, ou quem lhes pusera esta qualidade tremente, em tudo que pescam na terra ! Muito pescam, mas não me espanto do muito: o que me espanta é que pesquem tanto e tremam tão pouco”.

O **quatro-olhos** é o imediatamente mencionado. É aquele peixe que, para comer e não ser comido, possui dois olhos, que olham para cima, para o céu, e dois que olham para baixo, dentro da água. Vigiam uns, os de cima, os inimigos do ar — as aves, e os de baixo — os do próprio mar, os peixes maiores.

Estes são, porém, os peixes cuja existência só merecem encômios e louvores, ao que diz Vieira. E passa então a referir outras espécies, cujas vidas nada possuem de elogiável. “A primeira coisa que me desedifica, peixes, de vós” — diz ele — é que vos comeis uns aos outros. Grande escândalo é este, mas a circunstância o faz ainda maior. Não só vos comeis uns aos outros, senão que os grandes comem os pequenos. Se fora pelo contrário, era menor mal. Se os pequenos comeram os grandes, bastava um grande para muitos pequenos; mas como os grandes comem os pequenos, não bastam cem pequenos, nem mil, para um só grande”.

Começa aí Vieira a sua homérica história. Blatera contra a miséria humana, encarnada nos peixes. Arruma com arte verdadeiramente genial uma espécie de peixe para imagem de cada tipo desses homens vorazes e insaciáveis. E exclama o veemente tribuno: “Olhai, peixes, lá do mar para a terra. Não, não: não é isso que vos digo. Vós virais os olhos para os matos e para o sertão ? Para cá, para cá, para a cidade é que haveis de olhar. Cuidais que só os tapuias se comem uns aos outros; muito maior açougue é o de cá, muito mais se comem os brancos. Vedes vós todo aquele bolir, vedes todo aquele andar, vedes aquele concorrer às praças e cruzar as ruas; vedes aquele subir e descer as calçadas. Vedes aquele entrar e sair sem quietação nem sossego ? Pois tudo aquilo é andarem buscando os homens como os hão de comer”.

“Morreu algum deles, vereis logo tantos sobre o miserável a despedaçá-lo e comê-lo. Comem-no os herdeiros; comem-no os testamenteiros; comem-no os legatários; comem-no os acredores; comem-no os oficiais dos órfãos, e os dos defuntos e ausentes; come-o o médico que o curou ou ajudou a morrer; come-o o sangrador, que lhe tirou o sangue; come-o a mesma mulher que de má vontade lhe dá para mortalha o lençol mais velho da casa; come-o que lhe abre a cova, o que lhe tange os sinos, e os que, cantando, o levam a enterrar: enfim, ainda ao pobre defunto o não comeu a terra, e já o tem comido toda a terra.”

É digno de nota, nesta ferina digressão, haver, para tão vulgar episódio, mais humor do que mordacidade, muito embora Vieira diga a verdade nua e crua, com tamanha impiedade, quanto aos eternos, incansáveis e insaciáveis glutões daquelas desventuradas plagas.

E arremata este trecho magistral com o seguinte: “Já se os homens se comeram somente depois de mortos, parece que era menos horror e menos matéria de sentimento. Mas para que conheçais a que chega a vossa crueldade, considerai, peixes, que também os homens se comem vivos, assim como vós.”

E é então que dá a demonstração destes que são devorados ainda em vida: “Vede um homem destes que andam perseguidos de pleitos, ou acusados de crimes, e olhai quantos o estão comendo. Come-o o meirinho, come-o o carcereiro, come-o o escrivão, come-o o solicitador, come-o o advogado, come-o o inquiridor, come-o a testemunha, come-o o julgador, e ainda não está sentenciado, e já está comido. São piores os homens do que os corvos. O triste que foi à forca, não os comem os corvos senão depois de executado, e morto; e o que anda em juízo, ainda não está executado, nem sentenciado, e já está comido.”

Mas o orador chistoso não esquece os peixes. Volta a eles, por que eles são o exemplo máximo do entredevoramento. Diz ele: “Guarde-se o peixe, que persegue o mais fraco para o comer, não se ache na boca do mais forte, que o engula a ele. Nós o vemos aqui cada dia. Vai o **xaréu** correndo atrás do **bagre**, como o cão após a lebre, não vê o cego que lhe vem nas costas o **tubarão** com quatro ordens de dentes, que o há de engolir de um bocado.”

Nada passa à perspicácia, à solércia de Vieira. Lá vem ele em cima dos negociantes, dos donos de lojas: “Quem pesca as vidas de todos os homens do Maranhão, e com quê? Um homem do mar com uns retalhos de pano. Vem um mestre de navio de Portugal com quatro varreduras das lojas, com quatro panos, e quatro sedas, que já se lhes passou a era, e não têm gastos: e que faz? Isca com aqueles trapos aos moradores da nossa terra: dá-lhes uma sacadela, e dá-lhes outra, com que cada vez lhes sobe mais o preço, e os bonitos, ou os que querem parecer, todos esfaimados aos trapos, e ali ficam engasgados, e presos com dívidas de um ano para outro ano, e de uma safra para outra safra, e lá vai a vida. Isto não é encarceramento. Todos a trabalhar toda a vida, ou na roça, ou na cana, ou no engenho, ou no tabacal: e este trabalho de toda a vida quem o leva? Não o levam os coches, nem as liteiras, nem os cavalos, nem os escudeiros, nem os pajens, nem os lacaios, nem as tapeçarias, nem as pinturas, nem as

baixelas, nem as joias; pois em que se vai, e depende toda a vida? No triste farrapo com que saem à rua, e para isso se matam todo o ano”. Não é uma indireta bem direta e atual às tais “boutiques”?

Sempre visando ao homem, embora o tema seja o peixe, deixa patente também que, quando fala no peixe, o que tem em mira é o homem.

Entra então no estudo dos **roncadores**: “É possível” — diz ele — “que sendo vós uns peixinhos tão pequenos haveis de ser as roncadas do mar? Se, com uma linha de coser, e um alfinete torcido, vos pode pescar um aleijado, por que haveis de roncar tanto? Mas por isso mesmo roncais. Dizei-me, o **espadarte**, por que não ronca? Porque ordinariamente quem tem muita espada, tem pouca língua.” “Se as **baleias** roncaram, tinha mais desculpa a sua arrogância na sua grandeza.” “Assim que, amigos **roncadores**, o verdadeiro conselho é calar e imitar Santo Antônio. Duas coisas há no homem, que os costumam fazer roncadores, porque ambas incham: o saber e o poder. Caifás roncava de saber. Pilatos roncava de poder.”

Desprezando os **roncadores**, que mais falam do que representam e do que valem, entra Vieira nos **pegadores**, peixes pequeninos que se prendem aos grandes, e deles não se desgrudam. Um dia fisgaram um **tubarão** e com eles os **pegadores**. “O tubarão morreu” — diz Vieira — “porque comeu, e eles morreram pelo que não comeram. Pode haver maior ignorância, que morrer pela fome e boca alheia? Que morra o **tubarão**, porque comeu; matou-o a sua gula; mas que morra o **pegador** pelo que não comeu: é a maior desgraça, que se pode imaginar!”

Como Vieira é implacável com os eternos aproveitadores, estes que se agarram, como carrapatos, aos ricos, aos poderosos, aos importantes, e não raro vêm a ser por eles arrastados à miséria ou à desgraça! Os **pegadores**, que Vieira anatematizou com tanta justeza e não menor justiça em 1654, como se multiplicaram! Os pequenos vêm sendo devorados pelos grandes, mas os **pegadores** cresceram astronomicamente de número. Teriam porventura os **tubarões** encontrado progresso em sua procriação?

Outros peixes, que passam a ocupar a crítica do inigualável orador, vêm a ser os **voadores**. “Dizei-me, **voadores**, não vos fez Deus para peixes; pois por que vos meteis a ser aves?” “Aos outros peixes do alto, mata-os o anzol ou a fisga; a vós sem fisga, nem anzol, mata-vos a vossa presunção, e o vosso capricho. Vai o navio navegando, e o marinheiro dormindo, e o **voador** toca na vela ou na corda, e cai palpitando.”

“À vista deste exemplo, peixes, tomai todos na memória esta sentença: quem quer mais do que lhe convém, perde o que quer, e o que tem”.

Não se contenta Vieira com o sarcasmo com que já cobriu quase todos os mandões, os políticos, os negociantes, do infeliz Maranhão. As dezessete variedades de peixe não lhe bastaram para poder vergastar aqueles aproveitadores das terras maranhenses e de seus habitantes menos aquinhoados, os desventurados tapuias, em primeiro plano.

E Vieira, argumentando que “mas que já estamos nas covas do mar, antes que saíamos delas”, inclui também em sua crítica aquele que cognomina de “irmão”: o **polvo**. Com aquele capelo na cabeça, parece um monge; com aqueles raios estendidos, parece uma estrela, com aquele não ter osso, nem espinha, parece a mesma brandura, a mesma mansidão. “E debaixo desta aparência tão modesta ou desta hipocrisia tão santa, testemunham contestamente os dois grandes doutores da Igreja latina, e grega, que o dito **polvo** é o maior traidor do mar.” “Judas abraçou o Cristo, mas os outros o prenderam: o **polvo** é o que abraça, e mais o que prende.” “O **polvo** escurecendo-se a si, tira a vista aos outros, e a primeira traição, e roubo que faz, é a luz, para que não distinga as cores. Vê, peixe aleivoso e vil, qual é a tua maldade, pois Judas em tua comparação já é menos traidor.”

“Vejo, peixes, que pelo conhecimento que tendes nas terras em que batem os vossos mares, me estais respondendo, e convindo, que também nelas há falsidades, enganos, fingimentos, embustes, ciladas, e muito maiores, e mais perniciosas traições.”

O **polvo**, no “sermão dos peixes” é o último citado e o mais fortemente acoimado de perverso e de traçoeiro. Quem teria sido o dono da carapuça? O governador do Maranhão, o corregedor, o procurador do Reino? Fora ela costurada a mão, com bicos e rendas, para o tal procurador Manuel Guedes Aranha? É muito difícil, em nossos dias, de saber-se. Talvez nunca se saiba.

Prolongaram-se as sátiras até a posteridade e o sermão é considerado modelo, padrão de discurso sarcástico. Não sei se foi, por ele, se foi só ele; diz-se que também o “sermão da Epifania”, pronunciado na Capela Real em 1662. De qualquer sorte, se não foi um foi o outro, senão ambos, que salvaram o Maranhão. A rainha D. Ana de Gusmão foi quem o proclamou: “Hoje ressuscita o Maranhão por amor do Padre Antônio Vieira”. Salvou-o um padre com um par de sermões. É a força da palavra, da inteligência, da eloquência, aliadas a coragem e a espírito combativo.

O humor de Rui é talvez mais contundente. Não raro é agressivo, violento, e compreende-se facilmente que dificuldades teria ele, com todo aquele talento e com toda aquela imensa cultura, de suportar a mediocridade dolorosa da grande maioria de seus companheiros do Senado, sempre jugulados pela preocupação, e não raro a presunção, de apoiar e justificar os erros, desmandos e prepotências do governo, que defendiam em quaisquer condições e circunstâncias.

Perseguido, injustiçado, indo parar, com muito parcos recursos, no exílio, jamais perdeu aquela coragem indômita de enfrentar, não raro sozinho, intolerâncias, tiranias, iniquidades, de toda sorte. Como ele disse, “estremeceu a Pátria, viveu no trabalho, e não perdeu o ideal”.

Em sua ação política, deixou acervo imenso e incomparável de dedicação e de trabalho, jamais, nem de longe, conseguidas por nenhum outro homem público brasileiro.

Rui, apesar de seu espírito demasiadamente austero, não deixou por isso de muitas vezes lançar mão, como arma de combate, do humor. Este humor muito se aproxima e se assemelha ao de Vieira, pois que é satírico, mordaz, não raro impiedoso, até agressivo. Verdade é que, colocado nas mesmas condições de Vieira, via-se também na posição de defensor impertérito da Justiça e da dignidade nacional.

O humor em Rui não é incomum, em seus trabalhos, mas assume caráter mais veemente em alguns de seus discursos, mormente no chamado “discurso dos pássaros”, proferido no Senado Federal, a 30 de dezembro de 1914, em resposta a outro de autoria do Senador Antônio Azeredo, representante de Mato Grosso, e referente ao doloroso caso do vapor “Satélite”. Ele mesmo — Rui — diz que se trata de “oito discursos de enfiada contra uma enfiada de quatro”.

Com o Senador Azeredo se sentisse melindrado, achando que certa censura era dirigida à sua pessoa, Rui lhe retrucou: “Não. Fique certo o nobre Senador. O meu pensamento estava bem acima de individualidades, quaisquer que fossem nessa região donde a vista só percebe os contornos gerais das coisas e dos fatos, a impressão dos conjuntos, o aspecto difuso das épocas, dos sistemas, das correntes, dos horizontes, dos futuros. Tranqüilize-se o nobre Senador: eu o tinha perdido de vista. O que da minha vista se não perdia, o que eu contemplava... era o Brasil.”

É aí então que tem início a famosa e bem arquitetada fábula, que se baseia no discurso do Senador Azeredo.

E Rui esclarece: “Não acompanharei o nobre Senador na sua excursão ornitológica. Bem mal conheço os costumes das aves. Não posso, como o nobre Senador, atestar que elas “se confundem no mesmo pensamento, jamais fazendo transparecer a beleza da sua plumagem ou a supremacia de suas qualidades e virtudes”. Consolo-me em ver celebradas as virtudes dos bípedes plumosos quando vejo imersos em tamanho descrédito as dos bípedes implumes.”

“Para mim é novidade. Confesso que o que sei na matéria só o conheço de orelha. Se me não falha a memória, será do tempo da minha intimidade com o nobre Senador pelo Rio Grande do Sul, ardente amator da vida rural dos seus pagos, a descrição de cujos pormenores se entrega às vezes com um colorido seu, que ainda se me aviva na retina a visão das grandes estâncias de criar, onde, entre os moirões dos **alabrados**, estadeia a figura imperatória do **quero-quero**, o Chantecler dos poteiros.”

“Este pássaro curioso, a que a natureza concedeu o penacho da garça real, o vôo do corvo e a laringe do galo, tem, pela última dessas prendas, o dom de encher a soledade dos descampados e sangas, das macegas e canhadas com o grito estrídulo, rechinante, profundo, onde o gênio pinturesco dos gaúchos descobriu a fidelíssima onomatopéia, que o batiza. Quando esta ave, lá do seu poiso, no alto das coxilhas, limitadas pelos postes de inhanduvá ou coentri-lho, quebracho ou cambará, abre a goela e desfere no azul o seu grito de ameaça, não me consta que as outras aves (suas irmãs gêmeas),ousem medir as suas solfas com o guincho insistente, em que ele pensa ditar o sol e a chuva, governar os minuanos e pampeiros.”

Quase toda criança de fazenda conhece o **quero-quero**, ave pernalta que vive pelos pastos, a emitir o seu grito irritante. E todo brasileiro de mais de cinqüenta anos, já percebeu, no retrato bem delineado e fiel de Rui, daquela ave que supõe ditar o sol e a chuva e governar todos os ventos, a figura inconfundível daquele famigerado caudilho gaúcho, o General Pinheiro Machado.

Continuando com suas arapucas, diz Rui: “O outro bicho de asas, que anda na vizinhança, pelas infindas campinas onde se apascenta o gado, ponteados longe a longe pelos rasteiros mamilos do cupim, é só o **joão-de-barro**, cujo ninho se orienta sempre com tão seguro tento que o dono, outra maravilha da zoologia das aves, se logra da sua vivenda sempre ao abrigo de ventos e tormentas.”

Diziam os políticos da época que a carapuça se destinava ao conhecido chefe político mineiro o Senador João Luís Alves, muito esperto e precavido.

“Este, sim, que sabe viver quase irmãmente, como melgo a melgo, com o **quero-quero**” — continua Rui — “pondo-lhe nas nuvens a sabedoria, o poder, a eloquência, embora saiba que o objeto do seu culto, não obstante o aspecto minaz, os gestos de mando, a garganta de ferro, tão domesticável, afinal, vem a ser, quanto qualquer galináceo, em se lhe grudando as mãos ao lombo sem medo, continua a ver-lhe nos esporões das asas as armas inventáveis da soberania”.

É triste ouvir-se isso face a face, alegar-se tanta subserviência e bajulação. Mas eram coisas da época e — por que não dizer? — de todas as épocas.

Continua o orador: “De outros pássaros não me consta, confesso, em toda humildade da minha ignorância avícola muito reles, de outros não sei que (sem distinções de qualquer natureza), se acamaradem com o **alcaravão** dos pampas.”

“Continuando a revolver, porém, nas minhas tinturas de sujeito pouco lido sobre outros membros das famílias das “aves de penas”, na expressão dos santos livros, pergunto aos aviculários mais familiarizados com o trato desses viventes, com o nobre senador, se não haverá entre eles também incompatibilidades e separações, se não as há, por exemplo, entre as **caturritas** de cabeça alvadia ou verde-clara, cujos bandos cobrem os pinheiros das coxilhas, desforrando-se da magreira de quadras menos gratas em arvoredos menos pingues, e certos voadores de gênero diverso, como, para não sairmos dentre os falantes, o formidável **bem-te-vi**, terror dos **gaviões**, e o tagarela **quem-te-vestiu**.”

Neste trecho, Rui já abarcava todo o senado. As **caturritas de cabeça alvadia ou verde-clara** eram a massa, a grande totalidade dos senadores, governados pela maioria, sobretudo pelo **quero-quero**, o chantecler dos poteiros.

Não consegui apurar a quem se referia o **título de bem-te-vi**, sobre que Rui voltará com maior impetuosidade, mas o tagarela **quem-te-vestiu** era nada menos que o façanhudo senador Azeredo, que, por seu amor entranhado ao **pocker**, dera nome, entre os cariocas, ao último banco dos bondes... pois era o que mais **jogava** !

E o discurso continua: “Asseguram os viandeiros dessas paragens, onde o Sr. Borges de Medeiros pontifica direito constitucional aos “levitas do Alcorão”, que, quem uma vez jornadeou por aquelas terras, nunca mais se esquecerá dessas aves palradeiras ou guinchantes, vozes de homem aladas, gritos de aviso ou interrogação, emergentes não se sabe de onde, esparsas de toda parte,

que salteiam, de trás para diante, à direita, à esquerda, o caminhante surpreendido”.

“Pois não haverá deveras “distinção de qualquer natureza” entre, de um lado, as travessas, as metediças **caturritas**, os destemidos **bem-te-vis**, ou os indiscretos **quem-te-vestiu** ? Não creio.”

“Nas longas estações da geada, quando corre, de mão em mão, à volta da fogueira, a cuia de chimarrão, dizem os gaúchos que, aos ouvidos do culpado em sobressalto por esses ermos, os brados pertinazes e martelantes do **bem-te-vi** acordam o remorso nas solidões da consciência, como chamados a contas da justiça dos céus. Um grito desses soa às orelhas do criminoso como voz de prisão; e o ingrato estremece, escutando as piadas queixosas do **quem-te-vestiu**.”

Aparteia, a esta altura, o Senador Azeredo: “V. Exa. falou em ingrato. Isto não me toca.” Ao que Rui replica: “Não me referi a V. Exa.” E prossegue: “Não quero disputar destas coisas com os mais sabidos. Dou de barato que **abutres** e **pombas** vivam em comunhão de boa amizade. Mas não acabo comigo deixar de pôr as minhas diferenças entre o **bem-te-vi** ou o **quem-te-vestiu**, na missão perseguidora das suas indiscrições, as **caturritas** na sua sina migratória à cata de melhor cibo, os **urubus** no seu papel sinistro de transportar a peste com as boiadas, que acompanham, e o **quero-quero**, o **al-karavan** moiro, comensal, ao que parece, das caravanas, prudente seguidor seu entre os perigos do deserto, espécie de ordenança da vitória nas incertas contingências da vida.”

“De tudo, porém, cedo; porque fala quem sabe, e quem sabe, sabe. Não contesto aos pássaros os predicados singulares, que o autorizado ornitologista se deleita em lhes atribuir. Vá de bom mercado o que quiserem. São pássaros e eu com sua vida nada tenho.”

“Mas que eles não sejam capazes, sequer, de estadear a beleza de sua plumagem, queira-me perdoar o nobre senador se duvido; porque o **pavão**, pelo menos, ouço dizer que se não ocupa de outra coisa, e, se me não engano, das **gralhas**, até que se diz que gostam de ostentar as penas alheias.”

Suas palavras continuam neste diapásão, até quando se insurge em fazer parte dos alados: “Mas pelo que eu não estou é por me resignar à condição de **passarinho** em viveiro, bicando o seu alpiste, sob a feitoria dos **gaviões**, que nos dão por senhores. Esse regime de pássaro em gaiola, embelecado com a doçura da servidão comum, enquanto o bicanço dos **milhafres** nos depena, é que não aceito.”

“Se me bato, pois, contra os varais do aviário, não vão dizer que esta ave mal ensinada “abusa da sua superioridade, para esmagar as suas débeis companheiras”. Não. Queira o bucólico amigo dos passáros emendar o seu libelo. O que é preciso dizer, é que este prisioneiro não cabe entre as aves domésticas, nem passareiras. Creio eu que nem todas se ajeitam ao galinheiro, nem todas aceitam o poleiro como termo dos seus surtos.”

“Peço para me alistar entre estas. Não me criou Deus para viver entre as **águias**; mas também não me fadou a rastejar entre os **patos e marrecos**. Não me destinou às alturas; mas, graças lhe sejam dadas, também não me condenou às baixezas da terra. O que me deixou me basta: o vôo mediano e seguro, que não sobe aos céus, mas não desce aos charcos, não corta as nuvens, mas se eleva acima das superfícies empestadas.”

Estende ainda o discurso por longos períodos, deixando já então a veia satírica, cujas linhas gerais foram aqui reproduzidas.

Rui possui ainda hoje grandes desafetos, indivíduos que têm procurado denegrir-lhe o nome, mercê deste espírito negativo e de destruição que domina certas individualidades. Não admira: não sucedeu o mesmo a Lincoln e até com o próprio Cristo ?

Apresentando em cotejo o “sermão dos peixes” e o “discurso dos pássaros”, poderia passar por algum espírito eivado de **raimundo-de-magalhãesismo**, atribuir a Rui plágio de idéia. Tal, porém, não acontece, uma vez que a sua alocação fora em verdade provocada por discursos anteriores, um deles do Senador Azeredo, em que o tema era por este apresentado ao contestante.

Há porém, outras provas do humor de Rui. Basta recordar aquela outra sátira da **charanga alemã do presidencialismo**.

Estávamos no início da campanha de 1919. A 19 de março, Rui pronunciava sua estupenda conferência sobre a questão social e política no Brasil, no Teatro Lírico, aquela que lançaria aos quatro ventos os nomes de uma obra e de um autor desconhecidos: “Urupês” e Monteiro Lobato.

Estávamos nos fins da Primeira Grande Guerra, e, nos portos nacionais, principalmente no do Rio, havia navios alemães estacionados, retidos. Sem recursos e sem possibilidades de obtê-los, os músicos das pequenas orquestras desses vapores resolveram ganhar a cidade, executando trechos musicais nas esquinas das ruas do centro. Terminada a execução de um trecho, saía uma mocinha com um pires na mão, angariando donativos. E as chamadas **bandas alemãs** tornaram-se populares.

Na conferência de 19 de março, Rui divaga sobre o que chama “os sete felizardos”, os “sete camafeus do regime, donos da situação e da República.” E passa a mencionar-lhes os nomes. Sigamo-lo. “O primeiro é o Sr. Antônio Azeredo, o “suco” do Senado. Acertei? Pois seja Deus louvado. Outro é o Sr. Urbano dos Santos, o passa-culpas da matança do “Satélite”. Vai direito? Então sigamos. Vem atrás o Sr. Dois Jotas Seabra, o bombardeador da Bahia. Dei no vinte? Neste caso vou-me animando. O quarto vem a ser o Sr. Lauro Müller, o nosso Leninezito em esboço. Estais por isto? Ides então, concordar em que o quinto é o Sr. Álvaro de Carvalho, o derradeiro principalheiro da oligarquia paulista. E o sétimo? Fazei questão de o saber? Vá, por vossa conta. O sétimo é o Sr. Altino Arantes, o Adônis de Guarujá. Este pessoalho de optimates forma a **charanga alemã do presidencialismo**. O flauteante Sr. vice-presidente do Senado, tendo levado em flauta a vida toda, é o homem do flautim. O bojudinho Sr. ministro da justiça é o sujeito do bumbo e dos pratos. Mas maranha e tataranha pela música inteira. O preclaro Sr. Dois Jotas Seabra, o estampido em figura de gente, é o trombone da petardada, e, nos dias grandes, solta a cabaça da roncadeira, com que se arremeda o rugitar da onça. O adocicado Sr. Lauro Müller é o estradivário (**made in Germany**). Executa as surdinas, os pizicatos e as fugas de bravura em teuto-brasileiro. O desinquietao Sr. Álvaro de Carvalho, músico em telegramas, é compositor da fanfarra, o “Strauss” das improvisatas e surpresas. Valseja indiferentemente à alemã ou à inglesa. O meigo Sr. Carlos de Campos é o rapaz dos timbales e ferrinhos. Tem dois registros na goela, e, com as mãos, tintina, ou atabala, com o mesmo primor de notas opostas. E o Sr. Altino Arantes? Este só musicueia em casa, quando a banda se ajusta para bodas e funçanatas. É então a menina do piano.”

“A filarmônica não será das mais numerosas. Mas para as exigências da terra, tem as peças de resistência. Pouca gente, mas para muita. Porque, a despeito desses vinte e cinco milhões de almas que somos, talvez, os brasileiros, caberão não menos de três milhões e quinhentos a cada um dos tropeiros.”

Difícil é arquitetar-se mais perfeita arma de ridículo para combater aquilo que o próprio Rui denominou de **politicalha**. Porque, na realidade, aqueles **músicos da banda alemã** eram os mandões, a um por três e meio milhões de brasileiros, que cozinhavam a situação nacional em água fria e que entravavam o desenvolvimento do país com grossas correntes de aço.

Rui, a que não faltava nem acendrado patriotismo, nem aquele denodo que lhe caracterizou a vida, e, além disso, não possuía **rabos-de-palha**

para temer qualquer espécie de represália ou vindicta, era aquele ser único e sobrenatural, que podia dizer, face a face, o que ele dizia.

Lançando em exposição e confronto o humor dos dois tribunos, nada mais era aspirado do que deixar patente como eles, além de várias outras semelhanças, até nisso se assemelhavam. Por mais que se tenha sugerido que Rui muito se abeberou em Vieira e muito sofreu sua influência, não há possibilidade de admitir-se que os estilos de ambos sejam particularmente parecidos. Vieira é mais simples, menos rebuscado e muito mais brasileiro do que o próprio Rui. Acontece, porém, que um escrevia e falava para a plebe, para a massa; o outro, para as elites, os doutores. Isto, entretanto, não impediu que eles viessem, com quase três séculos de diferença, a ser as duas figuras máximas do classicismo português, e, em muitos pontos, apresentassem, como disse, a mais evidente analogia. Como guerreiros, jamais lançaram mão de clavas, espadas ou lanças. Sua arma foi a palavra, a eloquência. Mas não raro também o humor.

Quanto a este — o humor, é praticamente impossível diferenciá-los, muito embora tenham operado em campos diversos. Uma coisa é uma Câmara ou um Senado; outra, totalmente outra, é uma igreja, e não raro perante o Rei e sua corte. É inegável, porém, que a coragem, o destemor, tem de ser o mesmo para as duas audiências.

E este cortejo entre o humor dos dois gigantes, vem deixar-nos em plena indecisão. Qual o melhor? Francamente, não o sei, não o percebo. Os dois são, como o disse, dois gigantes, armados com as mesmas armas, dotados das mesmas forças, imbuídos do mesmo desamor à vida. Acima de tudo, dominados por um ideal comum — a justiça.

*

DADOS SOBRE CORUMBÁ

A 21 de setembro de 1778 era fundada a povoação de Albuquerque, nome primitivo de Corumbá, por ordem do 4º capitão-general de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, em honra de quem havia sido previamente escolhida a denominação.

Assentou-se à margem direita do Paraguai, em terras reconhecidamente castelhanas, consoante os termos claros do Tratado de Santo Ildefonso, de 1º de outubro de 1777, copiando o de Madri, de 13 de janeiro de 1750, ab-rogado pelo de El Pardo de 12 de fevereiro de 1761.

Era o tacão da bota portuguesa em posses espanholas, abrindo caminho à expansão lusa para além do majestoso rio, começada com a fundação de Coimbra a 13 de setembro de 1775, também na margem direita do Paraguai, um pouco acima do paralelo de 20°, enquanto Albuquerque ficará quase sobre a latitude de 19°.

A escolha do local estivera a cargo do sertanista João Leme do Prado, com a opção definitiva do governador entre outros sítios apontados. Pelos inestimáveis serviços prestados à capitania Luís de Albuquerque concedeu a Leme do Prado o título de capitão-mor das conquistas do rio Paraguai.

Para presidir ao ato de fundação o governador da capitania nomeou o sargento-mor (posto correspondente ao atual major) Marcelino Rodrigues (ou Rois) Camponês, que deveria, outrossim, assumir o comando da povoação e que estivera até então à testa do Presídio de Coimbra.

Da ata lavrada (21 de setembro de 1778) constam os seguintes pormenores: “...nesta Povoação de Albuquerque situada na margem Occidental do Rio Paraguay em hum assento de Terra que decorre para o Rio abaixo, e dista a mesma formalidade huma legua pouco mais ou menos.....” ...e o dito Sargento Mor Commandante tomou posse para a Coroa de Portugal mandando levantar uma grande Cruz de pau de Ley, limpar Terreiro, fazer Quartel e assender fogo, cassar nos matos vizinhos, pescar no Rio, e pacear de huma e outra parte do dito Terreiro dizendo em vozes altas, primeira, segunda e terceira vez: Viva El-Rei de Portugal, cujas palavras em egual voz todos os circumstantes repetimos outras tantas vezes”.....

Os primórdios da povoação de Albuquerque foram sumamente difíceis, pela hostilidade climática, pelas doenças reinantes e pelos perigos das incursões do gentio, mormente dos Guaicurus, os temíveis Índios Cavaleiros. Os primeiros comandantes, Marcelino Roiz Camponês, João Leme do Prado, José Antônio Pinto de Figueiredo e Antônio José Pinto viram-se obrigados a agir com férrea energia. Contudo a povoação não progrediu e, ao contrário, definhava sensivelmente.

A 25 de junho de 1800 era o reduto consumido por violento incêndio, permanecendo de pé apenas a capelinha, única construção coberta de telha, e queimadas todas as demais, inteiramente feitas de folhas de palmeiras.

De tal modo acentuou-se a decadência da povoação, que as autoridades, nos albores do regime monárquico, houveram por bem transferi-la para local, onde os padres capuchinhos mantinham a aldeia de N. S. da Concei-

ção, no mister de evangelização dos índios das redondezas e que viria a receber também a denominação de Albuquerque. A dualidade toponímica veio criar enorme confusão para distinguir os dois povoados. Assim, a primeira passou a ser designada “Albuquerque Velha” e a segunda “Albuquerque Nova”.

A primitiva povoação transformou-se em verdadeira tapera e os comentários sobre ela expendidos por viajantes da época são os mais desairosos possíveis. Enquanto isso a rival crescia promissora, tornando-se sede dos comandos militares e elevada à categoria de freguesia, ao passo que a outra era rebaixada.

Data desse tempo a tendência em se dominar a “Velha” de Corumbá, não obstante proibido o uso do topônimo pelas autoridades. Aliás, mestre Aurélio registra o verbete com o significado de “lugar esquecido, desprezado, ou distante”, a calhar perfeitamente com as condições de abandono da povoação. Outra hipótese aventada para explicação da origem do termo é como sendo derivado do étimo indígena “Curupah”, “curu” significando “rugoso”, “empolado”, nome pelo qual os aborígenes designavam a árvore da arueira, em virtude do aspecto de sua casca + “pah”, significando “abundância”, por ser a região extremamente rica em arueira.

Não se prolongaria por longo lapso a supremacia da nova sobre a velha Albuquerque, esta já chamada “Corumbá”, embora com certas reservas nas correspondências oficiais. Em vista do abalizado parecer de quem viria a ser contemplado com o título nobiliárquico de Barão de Melgaço (Augusto Leverger), por Virgílio Correia Filho cognominado o “Bretão Cuiabanizado”, o governo imperial, por aviso de 16 de junho de 1857, mandou instalar na antiga povoação uma agência fiscal, levada em conta a sua excelente posição geográfica e topográfica. A 1º de maio de 1861 começou a funcionar também a alfândega. Além disso, várias unidades militares eram transferidas para a localidade, aumentando-lhe a importância, ao mesmo tempo que se firmava o comércio e incrementava-se a navegação fluvial.

Interrompendo, porém, o surto progressista verificado, a 3 de janeiro de 1865 dava-se a ocupação da praça pelas forças paraguaias. Saqueada pelos invasores, talados os campos de criação, maltratados os habitantes, violentadas as mulheres, caía de novo a desgraça sobre a infeliz vila, a estigmatizar-lhe o destino.

A 13 de junho de 1867, quando governava a província o General José Vieira Couto de Magalhães, forças expedicionárias, partidas de

Cuiabá, ao mando do coronel Antônio Maria Coelho, expulsavam do reduto o invasor, em brilhante feito de armas. Mas a posse efetiva não pode ser mantida, em virtude de uma violenta epidemia de varíola irrompida, vitimando os componentes da coluna e espalhando-se até a capital da província, dizimando um terço de sua população. Novamente os paraguaios a ocuparam, apenas se retirando em fins de 1868, quando começava a soçobrar na frente meridional a sorte dos exércitos de Solano López. A cidade cultua, reverente, a memória de Antônio Maria Coelho — o herói da Retomada — com magnífica estátua erguida em uma das principais praças da cidade.

Terminada a Guerra do Paraguai, Corumbá retomou o ritmo do progresso, posto que assolada e completamente destruída, viria a se tornar, em pouco tempo, o principal empório de Mato Grosso, com o florescimento da navegação e o despertar do comércio e da indústria. Manteve este importante papel através dos últimos anos do Império, a se prolongar pelos tempos da República a fora.

A vila foi elevada à categoria de cidade por lei nº 525 de 15 de novembro de 1878. Cresceu e embelezou-se, com as suas ruas largas e geometricamente traçadas em tabuleiro de xadrez. Tornou-se orgulhosa de suas prerrogativas como um dos principais centros mato-grossenses e de ser indiscutivelmente a mais bela cidade do Estado, não só pelos aspectos urbanos, como pelos magníficos panoramas ao seu derredor.

O advento da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil em 1914 contribuiu para o decréscimo do movimento portuário, mas mesmo assim não conseguiu refrear a sua gloriosa caminhada rumo a um porvir radioso, que se afigura cada vez mais promissor. A partir de 1953 tornou-se entroncamento ferroviário de importância, com a conclusão da Estrada de Ferro Brasil-Bolívia, unindo dois povos irmãos da América do Sul, concretização de um velho sonho.

Assentada sobre um tabuleiro calcário, alvejante ao dardejar do sol, valeu-lhe o fato a antonomásia de “Cidade Branca”. Em baixo corre tranqüilo, o Paraguai, típico caudal de planície, a colear através da imensa planura aluvial de formação quaternária. Por suas excepcionais condições de navegabilidade, chamou-o Félix de Azara “el major rio del mundo”, Luís Tossini, “o mais amigo de todos os rios” e Virgílio Correia Filho, “o rio serviço”. Do outro lado estende-se o portentoso Pantanal, melhor chamado “Grande Planície do Sudoeste Mato-grossense” que, ao contrário do que pensam os menos avisados, não é um “pântano” e sim uma vasta região de quase 200.000km² parcial e periodi-

camente inundável. A fauna e vegetação típica, variadíssima, apresentam espécimes característicos, que têm merecido a atenção de zoologistas e botânicos.

Posta a cidade sobre uma plataforma de altas ribanceiras, debruçada sobre o majestoso rio, é ela circundada por uma série de elevações calcárias, revestidas por uma camada de arenito vermelho, mantenedora de uma vegetação permanentemente verde. Cerca de 20km, ao sul empina-se o maciço do Urucum, um dos mais ricos repositórios de ferro e manganês de todo o hemisfério ocidental. Dominando o Pantanal, situado na cota em torno de 100 metros acima do nível do mar, o seu pico culminante alcança a altura de 1.190 metros, quiçá o ponto culminante de Mato Grossoo.

As enchentes magnas transmitem à região do Pantanal aspectos de inusitada formosura, da qual a "Princesa do Paraguai", como a chamou Dom Aquino Correia, constitui o mirante privilegiado para a devida contemplação. São assaz decantados os bonitos crepúsculos corumbaenses, de ricos matizes, a se espelharem nas águas serenas do rio, das baías e nos lençóis intermináveis das grandes cheias.

(De um boletim da Academia Corumbaense de Letras.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Anais do II Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais do Brasil. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1977. 232 págs.

"A iniciativa de promover encontros inter-regionais de cientistas sociais está entre as mais felizes que assinalam a atividade renovadora do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais", escrevemos em nosso nº 77 de outubro de 1976, ao registrar o volume correspondente aos Anais do I Encontro, publicado em 1974. É com o maior prazer que registramos agora os Anais do II Encontro, realizado de 16 a 26 de janeiro de 1974, na cidade pernambucana de Garanhuns.

camente inundável. A fauna e vegetação típica, variadíssima, apresentam espécimes característicos, que têm merecido a atenção de zoologistas e botânicos.

Posta a cidade sobre uma plataforma de altas ribanceiras, debruçada sobre o majestoso rio, é ela circundada por uma série de elevações calcárias, revestidas por uma camada de arenito vermelho, mantenedora de uma vegetação permanentemente verde. Cerca de 20km, ao sul empina-se o maciço do Urucum, um dos mais ricos repositórios de ferro e manganês de todo o hemisfério ocidental. Dominando o Pantanal, situado na cota em torno de 100 metros acima do nível do mar, o seu pico culminante alcança a altura de 1.190 metros, quiçá o ponto culminante de Mato Grosso.

As enchentes magnas transmitem à região do Pantanal aspectos de inusitada formosura, da qual a “Princesa do Paraguai”, como a chamou Dom Aquino Correia, constitui o mirante privilegiado para a devida contemplação. São assaz decantados os bonitos crepúsculos corumbaenses, de ricos matizes, a se espelharem nas águas serenas do rio, das baías e nos lençóis intermináveis das grandes cheias.

(De um boletim da Academia Corumbaense de Letras.)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

Anais do II Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais do Brasil. Recife, Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1 977. 232 págs.

“A iniciativa de promover encontros inter-regionais de cientistas sociais está entre as mais felizes que assinalam a atividade renovadora do Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais”, escrevemos em nosso nº 77 de outubro de 1 976, ao registrar o volume correspondente aos Anais do I Encontro, publicado em 1 974. É com o maior prazer que registramos agora os Anais do II Encontro, realizado de 16 a 26 de janeiro de 1 974, na cidade pernambucana de Garanhuns.

Justificando o empreendimento, escreve na apresentação do volume Fernando de Mello Freyre, diretor do IJNPS: “Um dos principais motivos que levaram o Instituto a programar e executar esta atividade partiu da constatação, válida ainda hoje, de que o intercâmbio entre os cientistas sociais brasileiros não chega a ser o desejado. E longe está de ser o ideal. Sobretudo porque entende o Instituto que os problemas sociais, sempre que possível, devem ser estudados de maneira interdisciplinar. Mais exatamente: que sociólogos, antropólogos, economistas, estatísticos, geógrafos, historiadores, psicólogos sociais, devem somar os seus esforços e saberes para interpretar corretamente uma realidade ou problemática social. Publicando os **Anais do II Encontro**, o Instituto leva ao conhecimento de especialistas e do público interessado um conjunto de informações, harmonizados aspectos regionais e nacionais, da maior importância para se ter uma visão globalizante dos problemas brasileiros. E, principalmente, dentro dos seus objetivos, como órgão pioneiro na pesquisa social no Norte e Nordeste, oferece um expressivo e rico material no que se refere ao encaminhamento de soluções adequadas aos problemas, apresentados”. Seu sumário, ao longo de catorze títulos, informa-nos da variedade dos temas tratados: “Nota prévia sobre a posição atual da Umbanda no Grande Recife” (Waldemar Valente); “Integração intercultural: o caso Minorato no Rio Grande do Sul” (Thales de Azevedo); “Núcleo de Altos Estudos Amazônicos” (Armando Dias Mendes); “Fenômeno da superurbanização do Nordeste” (Gilberto Osório de Andrade); “Em torno do problema da qualidade dos dados usados em estudos da realidade sócio-econômica do Brasil” (Clóvis Cavalcânti); “Apresentação da Fundação Ford” (Richard Morse); “Especialização em comércio exterior: uma experiência interdisciplinar” (Dorival Teixeira Vieira); “O **Management** da pesquisa” (Cláudio de Moura Castro); “Elementos de análise dos processos demográficos do Nordeste” (João Lyra Madeira); “Fatores influentes no rendimento escolar de crianças em classe baixa do Rio de Janeiro” (Olga Lopes da Cruz); “Abordagem geográfica de problemas sócio-econômicos: um estudo de caso” (Mário Laceda de Melo); “Apresentação uniforme de projetos e relatórios de pesquisas como condição para o desenvolvimento da colaboração e dos estudos comparativos entre instituições e pesquisadores” (Edson Nery da Fonseca); “Pesquisas de cientistas sociais no Museu

Paulista” (Antônio Rocha Penteado); “A marginalidade das Ciências Sociais no processo de desenvolvimento brasileiro” (Helena Lewin). Ao IJNPS nossos cumprimentos por mais este empreendimento e por mais esta publicação. ONM (Cortesia do IJNPS.)

Bandecchi, Brasil — A Bucha, a Maçonaria e o Espírito Liberal. São Paulo, 1 978. 144 págs. (Distribuição da Livraria Teixeira, São Paulo).

Resultou este livro de ampliação de trabalho publicado originalmente no Suplemento Cultural de “O Estado de São Paulo” e reproduzida em **Paulistânia**, órgão do Clube Piratininga. **A Bucha e o Espírito Liberal** intitulava-se o artigo original. A ampliação do tema justificou a alteração do título. **Bucha** é simples corruptela de **Burschenschaft**, nome da sociedade secreta fundada por Júlio Frank na Academia de Direito de São Paulo e é a história dessa entidade em suas relações com a Maçonaria que o autor nos relata neste volume, que constitui preciosa contribuição para a história política de São Paulo. Um dos capítulos mais interessantes do livro é o dedicado à Liga Nacionalista, criada em 1 917 e cujos objetivos foram assim sintetizados por um dos fundadores: “Manter e desenvolver o espírito de solidariedade nacional e a coesão das unidades federadas, propugnando pela verdade eleitoral por via do voto secreto e obrigatório, combatendo a fraude eleitoral; pelo desenvolvimento do ensino superior, secundário, primário e profissional; pela difusão, em todas as classes sociais, da educação cívica e do culto do patriotismo, exaltando-o; pelo estudo dos problemas condizentes com a prosperidade e dignidade do país; pelo fomento da criação das linhas de tiro; pelo zelo da boa execução das leis de preparo e organização militar; e pelo aprimoramento do ensino da língua e da história do Brasil e obrigatoriedade de seu ensino nas escolas estrangeiras.” ONM (Cortesia do autor.)

Boutin, Leônidas — Colônias militares na Província do Paraná. Separata do Boletim nº XXXIII do Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Curitiba, 1 977. 68 págs.

Estudo sobre as colônias militares de Jataí, Chopim e Chapecó, de tanta importância para a história do povoamento do Paraná e de parte de Santa Catarina. E de interesse, igualmente, para a história da fixação das nossas fronteiras, pois vinculam-se, pelo menos as duas

últimas, à chamada “Questão das Missões”. O autor não se limita à crônica militar das colônias, mas cuida de sua economia e estrutura social. Em anexo, além dos documentos necessários ao esclarecimento do texto, juntou o autor algumas notas biográficas sobre o Marechal José Bernardino Bormann (1 844 – 1 919), que não foi apenas aquele militar que fundou e dirigiu a colônia do Chapecó, mas também escritor, ministro de Estado, Deputado Estadual, Vice-Presidente e Presidente do Estado do Paraná, deixando, ainda, obras históricas de grande valor para o sul do país. Aliás, dele já nos ocupamos na seção “Vultos da Historiografia Brasileira” de nosso nº 74, de maio de 1 976. ONM (Cortesia do autor.)

Cara a Cara: Revista Semestral de Política do Centro de Estudos Everardo Dias, de Campinas. nº 1, 1 978. Vozes. 152 págs.

A política, sem rodeios e sem meias palavras, é o assunto dominante na revista **Cara a Cara**, recentemente lançada pelo Centro de Estudos Everardo Dias através da Editora Vozes. Composto originariamente de pós-graduandos e professores de Ciência Política ligados à UNICAMP e à PUCC, o CEED está pedindo um aparte para intervir no debate político que se processa hoje no interior das oposições no Brasil. Nesse sentido os membros do conselho editorial de **Cara a Cara** são categóricos: “Entramos na luta com as armas que temos. A luta é pela democracia no seu sentido mais profundo. Nossas armas são a palavra, a crítica, o debate.”

Por isso mesmo **Cara a Cara**, nº 1, se ocupa, ao longo de quase 100 páginas, de debates, entrevistas e um editorial sobre a conjuntura recente. A matéria central da revista tem como tema **Movimento Estudantil: E Agora ?**, debate do qual participam as tendências “Liberdade e Luta”, “Caminhando” (ambas da USP) e “Centelha” (da UFMG). Segue-se **O Movimento Estudantil Visto de Fora**, reunindo entrevistas com Airton Soares, deputado federal pelo MDB, Décio Saes, professor de Ciência Política da UNICAMP, padre Luís Roberto Benedetti, professor da PUCC que atua na pastoral operária de Campinas, e um operário da oposição sindical dos metalúrgicos de São Paulo. Depois do editorial **Cara a Cara com o Movimento Estudantil**, são apresentados ainda depoimentos de três jornalistas da

imprensa alternativa, Alan de Albuquerque, Carlos Escobar e Sydney Solis, sobre **Oposição e Democracia no Brasil: A Hora das Decisões**.

Dois artigos e uma coleção de documentos inéditos em português completam a revista. Michel Thiollent, professor de Sociologia da UNICAMP, escreve sobre **Uma Estratégia de Conhecimento Crítico**, a partir de Gramsci. Silvia Magnani, pós-graduanda em Ciência Política da UNICAMP, reconstrói um momento privilegiado em que **A Classe Operária Vai à Luta: A Greve de 1907 em São Paulo**. Finalmente, com uma introdução de Rubem César Fernandes, professor de Antropologia da UNICAMP, são revelados importantes documentos que tratam **Dos Caminhos para o Socialismo: a Controvérsia entre Marx, Engels e os "populistas" Russos**.

Cara a Cara tem como diretor responsável Adalberto Paranhos, professor de Ciência Política da PUCC, e seu conselho editorial é composto de Franceschina Vilardo, Lúcio de Almeida, Marcia de Paula Leite, Maria Silvia Hadler, Mônica L. de Barros, Rui Carvalho, Sydney Solis e Wilma Keller, da UNICAMP.

Guimarães, Alberto Prado – O monge beneditino Dom Pedro Eggerath. São Paulo, 1978, 77 págs.

Esboço biográfico do grande monge beneditino que tão intimamente vinculou seu nome aos mosteiros de São Bento de São Paulo e do Rio de Janeiro. O autor o conheceu de perto, tendo, inclusive, sido seu aluno, razão pela qual seu trabalho se reveste daquele caráter íntimo que tanto o valoriza e sensibiliza. Em apêndice, acrescentou o autor a oração fúnebre pronunciada por D. Plácido de Oliveira nas exéquias de D. Pedro Eggerath, na Igreja Abacial de N. S. do Monteserrate, do Rio de Janeiro, e a conferência de seu biografado sobre **O Vale e os Índios do Rio Branco**, proferida no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. ONM (Cortesia do autor.)

Mello Junior, Antonio – Edgard Cavalheiro: subsídios para uma biografia. Taubaté, 1978. 60 págs.

Conterrâneo e amigo de infância de Edgard Cavalheiro, o autor evoca nestes “subsídios para uma biografia” o seu relacionamento com o escritor pinhalense, falecido em 1958 quando dele ainda tanto esperavam as letras pátrias. São páginas prenhes de saudade e de emoção, mas, ao mesmo tempo, documentadoras de uma significativa atividade a que se consagrou a cidade de Taubaté: a evocação anual da figura de seu mais ilustre filho, Monteiro Lobato. O autor foi um dos idealizadores e um dos promotores dessas comemorações lobatianas e a elas, nos primeiros anos, sempre esteve presente aquele que veio a ser o grande biógrafo do escritor taubateano. Algumas referências à literatura a serviço da propaganda comercial fizeram-nos recordar as **Aventuras de Jeca Tatuzinho**, de Lobato, as **Aventuras de Zé Furão**, de Cornélio Pires e **A Árvore da Vida**, de Coelho Neto. ONM (Cortesia do autor.)

Moraes, J. F. Regis de (org.) — **Construção Social da Enfermidade**. São Paulo, Cortez & Moraes (em colab. com o Instituto de Filosofia e Teologia da PUC). 1978.

O intercâmbio efetivo entre duas Universidades deve ser calibrado não com placas de prata, coquetéis e retórica acadêmica, mas ao nível da sua produção científica, literária e artística. Aí, sim a experiência acumulada, o debate, a avaliação crítica do conhecimento, são postos em confronto, enriquecendo ambas as instituições. Mais um passo concreto nesse sentido acaba de ser dado, envolvendo a PUC e a UNICAMP, graças à iniciativa de um professor da primeira, J. F. Regis de Moraes, que convocou seus pares de ambas as instituições para uma coletânea em torno de uma temática que a todos eles preocupa sob diferentes enfoques, de acordo com a sua especialidade: a **Construção Social da Enfermidade**. Para que o leitor tenha uma idéia do objeto e das propostas científicas feitas para sua abordagem neste livro, isto é a “doença” que se tornou inerente à sociedade moderna, mas que a sociedade “alimenta” por fora e por dentro, como se nutrisse do seu próprio processo de autodestruição, damos os títulos trabalhos reunidos na coletânea; João Carlos Nogueira (PUC), “Pulsões de morte e civilização”; Rubem A. Alves (UNICAMP), “Religião e Enfermidade”; Tarcísio Moura (PUC), “Mercado das Cordialidades”; Regis de Moraes (PUC), “O meio

urbano: mercado de aflições”; Antônio Joaquim Severino (PUCC), “Educação e despersonalização da realidade social brasileira”; Roberto Pinto de Moura (PUCC), “Toxicomanias: a sociedade no tribunal”; Sully Urbach (PUCC), “Medicina e Patologia”; Antônio Muniz de Rezende (UNICAMP), “Pistas para um diagnóstico da patologia cultural”; e Maurício Tragtenbêrg (UNICAMP), “O saber e o poder” (Nota de Gonçalves do Amaral.)

Nagle, Jorge — Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974. 400 págs.

A preocupação do autor com o presente livro, originalmente uma tese de livre-docência na Faculdade de Filosofia de Araraquara, foi, nas suas próprias palavras, “realizar um trabalho relacionando e integrando dois universos que não têm estado muito próximos um do outro, nos estudos que têm sido feitos: o da educação e o da sociedade brasileira”. Na primeira parte cuidou o autor de esboçar um retrato da sociedade brasileira, analisando os setores político, econômico e social, bem como determinadas correntes de idéias e movimentos político-sociais, tais como socialismo, anarquismo, maximalismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo, integralismo; na segunda, procurou realizar um estudo sobre a educação, com ênfase às diversas reformas (federais e estaduais), para daí estabelecer um quadro da penetração do **escolanovismo** no Brasil e um panorama da literatura educacional da época, terminando com um capítulo sobre o tema “Estado e Educação”. ONM

*

* *

NOTICIÁRIO

MICROFILMAGEM DE DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

Do Senhor Murillo Marx, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico da Municipalidade de São Paulo recebemos o seguinte ofício,

urbano: mercado de aflições”; Antônio Joaquim Severino (PUCC), “Educação e despersonalização da realidade social brasileira”; Roberto Pinto de Moura (PUCC), “Toxicomanias: a sociedade no tribunal”; Sully Urbach (PUCC), “Medicina e Patologia”; Antônio Muniz de Rezende (UNICAMP), “Pistas para um diagnóstico da patologia cultural”; e Maurício Tragtenbêrg (UNICAMP), “O saber e o poder” (Nota de Gonçalves do Amaral.)

Nagle, Jorge — Educação e Sociedade na Primeira República. São Paulo, Editora Pedagógica e Universitária, 1974. 400 págs.

A preocupação do autor com o presente livro, originalmente uma tese de livre-docência na Faculdade de Filosofia de Araraquara, foi, nas suas próprias palavras, “realizar um trabalho relacionando e integrando dois universos que não têm estado muito próximos um do outro, nos estudos que têm sido feitos: o da educação e o da sociedade brasileira”. Na primeira parte cuidou o autor de esboçar um retrato da sociedade brasileira, analisando os setores político, econômico e social, bem como determinadas correntes de idéias e movimentos político-sociais, tais como socialismo, anarquismo, maximalismo, nacionalismo, catolicismo, tenentismo, modernismo, integralismo; na segunda, procurou realizar um estudo sobre a educação, com ênfase às diversas reformas (federais e estaduais), para daí estabelecer um quadro da penetração do **escolanovismo** no Brasil e um panorama da literatura educacional da época, terminando com um capítulo sobre o tema “Estado e Educação”. ONM

*

* *

NOTICIÁRIO

MICROFILMAGEM DE DOCUMENTAÇÃO OFICIAL

Do Senhor Murillo Marx, diretor do Departamento do Patrimônio Histórico da Municipalidade de São Paulo recebemos o seguinte ofício,

datado de 3 de agosto p. passado, e para cujo teor chamamos a atenção dos interessados:

Em atenção à área de interesse e às contribuições dessa digna instituição, cabe-me anunciar o começo dos trabalhos de microfilmagem da documentação oficial em custódia no Arquivo Municipal de São Paulo.

Estão sendo microfilmados, nesta fase inicial, mais de 900 volumes com 117.103 papéis correspondentes a Atas da Câmara, Registros Gerais, Datas de Terra, Ordens Régias. Obras Particulares. Projetos de Obras Públicas e Plantas Diversas.

O equipamento planetário MRD-2 e MRG-1 foi escolhido tendo em vista as características de conservação e de encadernação dos documentos ainda quando de formato pequeno. Os filmes empregados são de 35mm para obtenção de maiores nitidez e detalhes.

Segundo determina a legislação federal Decreto-Lei nº 5 433/68), os rolos duplicados serão armazenados em locais distintos: na Divisão do Arquivo Histórico, juntamente com os originais, à Rua da Consolação, nº 1024 e na Divisão de Documentação, à Avenida Prestes Maia, nº 893. Ambos os locais contam com ambiente climatizado.

O projeto de microfilmagem foi elaborado e está em execução sob os cuidados de D. Laura Garcia Moreno Russo, Diretora do Departamento do Expediente, também responsável pelo arquivo intermediário desta Prefeitura.

Os trabalhos em curso consubstanciam, pois, uma aproximação funcional entre os arquivos intermediário e de custódia paulistanos, necessária à solução do gigantesco problema da transferência dos seus papéis.

À disposição para esclarecimentos maiores, reitero protestos de consideração e respeito.

(a) Murillo Marx, diretor

ACADEMIA CAMPINENSE DE LETRAS

Varnhagen: revisão ou reavaliação ?

Seja uma ou outra cousa, ou mesmo ambas se quiserem, a verdade é que a palestra proferida pelo Acadêmico José Roberto do Amaral Lapa na sessão de agosto da Campinense levantou uma série de proposições da mais alta relevância para os que militam no campo da historiografia, além de marcar a tão esperada reaproximação do ilustre professor da Unicamp com a entidade da qual foi um dos fundadores, mas da qual tem permanecido corporalmente ausente, para lamentação de todos os seus confrades. Digo corporalmente, porque em espírito ele nunca se afastou da Academia, dela se lembrando com frequência nos seus escritos, seja para o registro de uma sessão ou para o comentário a qualquer circunstância relacionada com a vida da Academia e dos acadêmicos.

Sua palestra em torno de uma revisão ou reavaliação da obra de Francisco Adolfo de Varnhagen, e que marcou a participação da Academia nas comemorações do historiador de Sorocaba, valeu por uma profissão de sua maneira de entender a história, que, segundo sua própria confissão, evoluiu sensivelmente nos últimos anos graças a outras perspectivas ou a outros enfoques pelos quais prefere agora pautar a linha mestra de seus trabalhos. Aliás, seu último livro, **História em Questão**, publicado há dois anos, representou já uma tomada de posição bastante sincera e que o valorizou consideravelmente no conceito de todos os estudiosos que nele vêem, e com justiça, um dos grandes nomes da moderna historiografia brasileira.

Referiu-se o acadêmico-historiador a alguns representantes do que se poderia considerar uma ala “avançada” da atual historiografia brasileira que se compraz na demolição dos “monstros sagrados” da historiografia do século passado, Varnhagen entre eles. Mas — é o caso de se perguntar — que têm esses novos para pôr no lugar do que querem destruir ? Aqui me ocorre a velha lição, que é de todos os tempos: querer destruir uma coisa sem ter outra prontinha e que seja bem melhor para substituí-la, só serve para fortificar o que se pretendeu destruir. E é o que está acontecendo com a historiografia do século passado. A resposta à iconoclastia dos novos está na ânsia com que os estudiosos se atiram aos autores do passado. Vejam os leitores o movimento editorial. Quatro ou cinco grandes editoras do país cuidam no momento de reeditá-los em suas obras mais significativas, e alguns até em suas obras completas, como no caso de Capistrano de Abreu e do próprio Varnhagen. As coleções em que tais

reedições vêm sendo inseridas têm títulos significativos: “Dimensões do Brasil” (Vozes), “Memória Brasileira” (Melhoramentos), “Reconquista do Brasil” (Itatiaia)... Não há de ser sem propósito este interesse em torno dos historiadores do passado.

O Professor Amaral Lapa confessou sua posição atual como a de “segurador de pontas” entre duas tendências da historiografia brasileira. Não é apenas nessa situação pouco cômoda que eu o vejo. Como homem de pesquisa (*Carreira da Índia, Economia Colonial* e outros ensaios menores) e como homem de teoria (*A História em Questão*) e ainda pela sua posição privilegiada de respeitado por ambas as tendências, é ele dos poucos capazes de salvar o que resta de nossa pobre historiografia contemporânea. ONM

*

POSSE DO ACADÊMICO RENÉ PENNA CHAVES

Em sessão solene realizada na noite de 21 de agosto, tomou posse na Academia Campinense de Letras o médico e escritor René Penna Chaves, eleito em 5 de junho para a Cadeira nº 19 (patrono Amadeu Amaral), vaga com o falecimento do Acadêmico Plínio do Amaral, ocorrido em janeiro do corrente ano. O discurso oficial de recepção foi pronunciado pelo Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. A seguir, transcrevemos os dois discursos proferidos na reunião que atraiu ao belo auditório da Campinense o que Campinas tem de mais representativo.

1. Discurso do Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho

Aqui estamos nós dois, senhor René Pena Chaves, envelhecidos, sofridos, ofegantes da longa subida até este templo grego que enfeita e engrandece Campinas, a terra que escolhemos para a morada de toda a nossa vida. De outras plagas viemos. Em outros lugares nascemos. Vós em Paris, e eu na então capital de nosso país. E na cidade de Francisco Barreto Leme — também como nós forasteiro de outra região — fixamo-nos e entregamo-nos ao exercício de nossa profissão médica. Já se passou meio século. Meio século, senhor René Pena Chaves, nesta bendita, nesta querida terra campineira ! Constituímos família, tivemos filhos e agora, embevecidos, assistimos ao crescimento de nossos netos. Só Deus sabe se chegaremos aos bisnetos !

reedições vêm sendo inseridas têm títulos significativos: “Dimensões do Brasil” (Vozes), “Memória Brasileira” (Melhoramentos), “Reconquista do Brasil” (Itatiaia)... Não há de ser sem propósito este interesse em torno dos historiadores do passado.

O Professor Amaral Lapa confessou sua posição atual como a de “segurador de pontas” entre duas tendências da historiografia brasileira. Não é apenas nessa situação pouco cômoda que eu o vejo. Como homem de pesquisa (**Carreira da Índia, Economia Colonial** e outros ensaios menores) e como homem de teoria (**A História em Questão**) e ainda pela sua posição privilegiada de respeitado por ambas as tendências, é ele dos poucos capazes de salvar o que resta de nossa pobre historiografia contemporânea. ONM

*

POSSE DO ACADÊMICO RENÉ PENNA CHAVES

Em sessão solene realizada na noite de 21 de agosto, tomou posse na Academia Campinense de Letras o médico e escritor René Penna Chaves, eleito em 5 de junho para a Cadeira nº 19 (patrono Amadeu Amaral), vaga com o falecimento do Acadêmico Plínio do Amaral, ocorrido em janeiro do corrente ano. O discurso oficial de recepção foi pronunciado pelo Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho. A seguir, transcrevemos os dois discursos proferidos na reunião que atraiu ao belo auditório da Campinense o que Campinas tem de mais representativo.

1. Discurso do Acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho

Aqui estamos nós dois, senhor René Pena Chaves, envelhecidos, sofridos, ofegantes da longa subida até este templo grego que enfeita e engrandece Campinas, a terra que escolhemos para a morada de toda a nossa vida. De outras plagas viemos. Em outros lugares nascemos. Vós em Paris, e eu na então capital de nosso país. E na cidade de Francisco Barreto Leme — também como nós forasteiro de outra região — fixamo-nos e entregamo-nos ao exercício de nossa profissão médica. Já se passou meio século. Meio século, senhor René Pena Chaves, nesta bendita, nesta querida terra campineira ! Constituímos família, tivemos filhos e agora, embevecidos, assistimos ao crescimento de nossos netos. Só Deus sabe se chegaremos aos bisnetos !

Sois o quarto médico no atual rol desta Academia de Letras, em cujas poltronas se assentam elementos dos mais categorizados em suas atividades culturais e profissionais. A Academia, bem o sabemos, é o prêmio, o galardão para um vida realizada, a glória para aqueles que se projetaram, que construíram algo nos domínios do intelecto.

Alcançastes a imortalidade acadêmica através de vossa fidelidade à cultura, aos valores espirituais, ao estudo das questões políticas, sociais e filosóficas. A par de vossa atividade médica, que foi digna e laboriosa, desenvolvestes em Campinas uma intensa atividade intelectual. Debatestes e doutrinastes. Abraçastes uma ideologia de cunho sociológico e a pregastes com desassombro e mestria. Pode-se discordar do sistema político que norteou a vossa mocidade e a vossa maturidade. Mas não se poderá negar que na Câmara Municipal de Campinas — como vereador — e na Assembléia Legislativa de São Paulo — como deputado estadual — fostes um excelente legislador porque vos forravam e vos revestiam concepções eminentemente construtivas, derivadas do programa traçado por aquela extraordinária cerebração que foi o acadêmico paulista Plínio Salgado.

Opulento e multifário se apresenta o panorama de vossa vida, de vossa faina, de vossos quefazeres, nestes cinquenta anos de permanência em Campinas, senhor René Pena Chaves. Fostes professor universitário e um dos fundadores da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da atual Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Em Psicologia Experimental, em Biologia, em Histologia, Microbiologia e Anatomia Patológica, matérias que lecionastes em diversas escolas de ensino superior, demonstrastes o vosso preparo polimorfo, adquirido na Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, onde vos graduastes, e no Instituto Osvaldo Cruz, de Manguinhos, onde aperfeiçoastes o vosso apreendizado sob a direta orientação de vosso pai, o médico Leocádio Rodrigues Chaves, um dos primeiros discípulos e auxiliares do eminente Osvaldo Cruz, que em Manguinhos criou a Medicina Experimental no Brasil. E foi de vossa mãe, a senhora Evangelina Pena Chaves, que herdastes o pendor para a política. Ela era filha do senador estadual mineiro Feliciano Pena, e sobrinha do presidente da República Brasileira, o conselheiro Afonso Pena.

Nos numerosos artigos publicados em jornais e revistas de São Paulo e de Campinas sobre ciência, política, filosofia e religião, nos estudos sobre hipnose, no erudito e substancial tratado intitulado “Medicina Antropológica” (1976) — que pelo original tratamento do tema mereceria uma avaliação analítica não cabível nesta recepção acadêmica — e, ainda, na densa e maciça tese

apresentada ao Segundo Congresso de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo (1949) – uma fundamentada exposição e defesa da autonomia municipal, da liberdade que deve gozar a Comuna, e que finalizastes com a citação sempre atual do jurisconsulto francês Edouard Laboulaye, satírico autor de “Paris na América”: “ou a experiência engana, ou é necessário voltar à liberdade” – em todas as vossas publicações, em todos os vossos trabalhos, encontram-se cabais demonstrações de vossa embasada e sólida cultura.

Também escrevestes versos. Santo Deus do Céu ! Quando mo disseram não acreditei. Então, compôs versos o implacável dialogador, o duro debatedor, o tenaz martelador de discursos políticos, sociais e filosóficos ? Pois escreveu !

Senhor Pena Chaves ! Estou a imaginá-lo sentado à escrivaninha, absorto, meditativo, de olhos postados no infinito. Senhor Pena Chaves: a “pena” livre das “chaves” do cotidiano, das peias do terra-a-terra da vida, desliza, corre solta pelas folhas da fantasia e grava devaneios poéticos que exprimem o encanto das lembranças, a saudade de um olhar, a meiguice de certo rosto, ou, então, como bem o dissestes em “Inconformidade”:

“Sentir na alma
 Uma eterna mocidade,
 Um permanente anseio de sonhar,
 De querer ficar;
 E morrer aos poucos,
 Em lenta e cruel senilidade,
 Sem jamais de ternuras
 E de amor se saciar !”

Senhor René Pena Chaves. Alcançastes com méritos uma cadeira nesta Casa. Em nome de meus pares, em nome da Academia eu vos convido ao nosso convívio. Sede bem-vindo !

2. Discurso do Acadêmico René Penna Chaves

Em todos os tempos exerceu a Vida irresistível fascínio sobre a vocação médica, impulsionando seus profissionais, em número realmente expressivo, para a procura das Artes e, em particular, das Academias de Letras.

Isso é fácil de compreender, pois, sendo a Vida, com seus insondáveis mistérios, a maravilhosa motivadora da atividade intelectual médica, o poderoso ímã que polariza o dinamismo psicoemocional do autêntico profis-

sional da Medicina, é ela a milagrosa fonte de todas as Artes, a coordenadora de todos os ritmos, a voz dos sentimentos e dos corações, a mágica intérprete da emotividade humana, seja qual for a raça e as diferenciações regionais.

Eis por que jamais aceitamos uma obra de arte que requeira livros interpretativos, complicada exegese, pois isso já é do campo da racionalidade, normal e mais freqüentemente anormal, e não expressão da pura e simples emotividade, linguagem universal que não exige tradução, menos ainda explicação.

O Divino Criador, quando criou o Universo, as cousas e os seres, na verdade compôs uma maravilhosa partitura musical, da qual somente pequena faixa de vibrações sonoras é perceptível aos nossos órgãos auditivos.

Em meio a essa imensa orquestração universal, o ritmo vital no ser humano apresenta deslumbrantes e incompreensíveis características, pois, se tudo mais na Criação canta o presente, canda a Vida no Homem, como pré-participação em seu transcendental destino — a Eternidade. Realmente é o Homem o único ser neste mundo dotado de historicidade, pois nele coexistem o passado, o presente e o futuro, numa atuação de todos os instantes.

Mesmo no período histórico pos-renascentista, do século XVI aos fins do século XIX, quando a Medicina, sob a inspiração do racionalismo cartesiano e do experimentalismo de um Francisco Bacon tornou-se quase uma simples Veterinária pela obsessão organicista, mesmo então, procuraram sempre os médicos uma compensação no cultivo das letras e das artes.

O saudoso Acadêmico da Academia Paulista de Letras, Dr. Eurico Branco Ribeiro, fundador da Sociedade Brasileira de Escritores Médicos — à qual tenho a honra de pertencer ! — e sucessor de homens como José Vieira Couto de Magalhães, João Vampré e Plínio Salgado, todos realmente imortais perante a História pátria e os nossos corações, referia em seu discurso de posse, aos 15 de setembro de 1976, que até 1900 havia 1186 médicos dedicados às letras.

Houve infelizmente um dia um pobre colega, que fez a estulta declaração de nunca haver encontrado a alma na ponta de seu bisturí, nas necrópsias que praticava. Infeliz esse profissional da Medicina ! Terá ele achado igualmente a Vida nos corpos que recortava ? Procurou ele a alma nos sentimentos de amor, nas poesias, nas obras de arte, no anseio de permanência e no impulso criador que aquele corpo demonstrou antes da morte ?

Vivemos infelizmente um século contraditório. Crescem as cousas e diminuem os homens. Sentem-se tão pequenos, tão homúnculos, que nem mais se atrevem a assinar seus nomes com maiúsculas. Tudo agora é minúsculo, pequeno, insignificante, num homem que descobriu o universo exterior porém ficou cego para o universo muito maior, mais complexo e mais lindo de seu interior.

O macrocosmo inanimado assombrou o microcosmo que contém aquele e muito mais ainda, pois contém a consciência de ser, o anseio de perenidade, o horror ao nada. O Homem, ser metafísico e histórico, se encolhe e acovarda perante o Universo físico que Deus criou a seu serviço !... Triste contradição !...

Seguiu o pensamento humano no transcurso da História, a mesma seqüência evolutiva que se processa no desenvolvimento ontológico de cada um de nós. Inicialmente, como nas crianças, o mundo exterior monopoliza a nossa curiosidade como o fez na antigüidade pré-Socrática — na chamada fase cosmogônica. Depois, graças à cultura e à maturidade de um Sócrates, descobre o Homem a si mesmo, seu mundo interior deslumbra e nasce em nossos corações a consciência de ser, de existir, o anseio de permanecer, a sensação de ser inacabado, o desejo pela intemporalidade.

Contudo, se a racionalidade humana segue tal linha evolutiva, a emotividade, o verdadeiro motor da nossa atividade, nem sempre segue orientação paralela e, freqüentemente, chegam a desenvolver rumos antagônicos, que se entrecruzam: quanto mais aumenta o conhecimento racional do mundo físico, menos se conhece o Homem, que se deforma e desfigura por influências emocionais desvirtuadas.

Raramente, em toda a História, houve um contraste tão chocante como neste contraditório século XX, entre ciências físico-naturais e as ciências humanas. Assistimos maravilhados e amedrontados, à repetição histórica do que assistiram os Homens do século V, quando desaparece o Império Romano Ocidental e tem início um novo período histórico, a chamada Idade Média.

Morre agora também um período histórico, o Renascimento ! — que aproveitando-se do imenso manacial de conhecimentos, de inspiração artística e de estímulo intelectual para conhecer, acumulado na época medieval, criou cousas preciosas e lindas, ao lado de todas as sementes dos erros e equívocos que caracterizam o século XX como o mais angustiante, mais traumatizante, mais desumano de todos os séculos.

Entre os determinantes dos períodos históricos, parece haver um, que interfere ciclicamente, fazendo as civilizações se destruírem quando mais parece florescerem — a Providência Divina ! E como característica dominante dessas fases de decadência dos períodos históricos, encontramos sempre — e isso é impressionante — o Orgulho do Homem, que se faz Deus e criador de Homens, conforme sua imagem e semelhança. São períodos criadores de mitos, tão numerosos em nosso século, que somente não aceita o que chamam de Mito da Igreja Católica Apostólica Romana — que deve ser secularizada. Multiplicam-se as contrafações humanas, mitos criados pela imaginação delirante da humanidade enferma deste século, da pior doença das civilizações — o Orgulho. Esse orgulho que diversifica as línguas nas torres de Babel, que impede se entendam até os que falam a mesma língua, e que começa agora a corroer os alicerces da própria Igreja.

Ridículos criadores de contrafações humanas, pretendem repovoar neste século da Ciência, o Olimpo da velha mitologia, sacrificando a cada um desses falsos deuses milhões de criaturas humanas, vítimas de fanatismos sociológicos.

Surgem os Jean Jacques Rousseau, os Sigmund Freud, os Karl Marx, os Lenine, os Fidel Castro, os Mao-Tsé-Tung, os Spencer, Lamarck e os Darwin, os Teilhard de Chardin, os Spinoza, Kant e Leibniz, Nietzsche com seu super-homem, e tantos outros, que divinizam o homem ou a própria Natureza num panteísmo incompreensível, não fora o Orgulho Intelectual de uma humanidade que, quanto mais sabe, menos sabe que nada sabe.

Supunha-se inicialmente — e muitos o supõem ainda ! — que as religiões eram as criadoras de mitos. Eis que a evidência se patenteia aos olhos dos contemporâneos. A maior criadora de mitos é exatamente a Ciência ! Uma Ciência que se orgulha de nossa suposta origem antropológica e tenta desesperadamente identificar-nos com as máquinas, conforme pretende a Cibernética e os manipuladores dos computadores.

Uma humanidade psicologicamente tão imatura, que não apenas diviniza os homens mas até os conceitos abstratos, em cujos altares tantas vítimas sucumbem, chegando a convicções pueris, como da possível existência da Liberdade sem Autoridade, como da Liberdade tendo uma finalidade em si mesma, como de uma Democracia essencialmente ligada ao sufrágio universal, a pior e mais impraticável e abstrata forma de seleção dos governantes, embora seja dogma do deus Rousseau.

A Pesquisa, obsessão moderna, com seu sentido estritamente competitivo, jamais permitirá paz e tranqüilidade aos indivíduos e às nações.

Não se pesquisa mais para conhecer, porém para vencer alguém, e a Ciência é a divindade mitológica mais poderosa na atualidade. A tal ponto que nossas crianças somente encontram encanto em seres interplanetários, espaciais, em astronautas com roupas exóticas. É que conseguiram esvaziar totalmente neste nosso mundo tão lindo, de todos os seus encantos, de todos os seus valores espirituais e morais. Principalmente de toda a Poesia !...

E é em tão trágico momento da História humana que Vós, senhores Acadêmicos, com a generosidade que vós é própria, aceitastes receber-me como vosso conpanheiro e poder assim respirar o ar puro, não poluído, do vosso convívio, no qual não penetra e não cabe o interesse pragmático dos tempos.

Devo, conforme determina a louvável e justa tradição, falar-vos do Patrono da Cadeira que terei a honra de ocupar, o ilustre e admirável Acadêmico Amadeu Amaral, assim como de meu Predecessor nesta Cadeira nº 19, aquele que foi meu amigo pessoal, cuja incansável prestimosidade intelectual, como o perfume das violetas, viveu sempre oculta por uma invencível modéstia.

Nasceu Amadeu Amaral em território de Monte-Mor, posteriormente anexado ao Município de Capivari, que o nosso Patrono escolheu sempre como seu berço natal. Dizem, quando por lá estive algumas vezes, procurando dar um pouco de mim para a formação histórica de nossa Pátria, que o céu de Capivari, é o mais lindo céu do Estado de São Paulo. Eu o creio. Esse céu que inspirou homens como Amadeu Amaral e um povo tão delicado e hospitaleiro como o de Capivari, deve ser um céu privilegiado, no qual as estrelas, como sua luz, exercem mágicas e misteriosas influências sobre os seres, como as boas Fadas de outros tempos.

Quem poderá negar a influência dos astros e das estrelas sobre a sensibilidade humana, sobre a forma de sentir a vida, de valorizar o próprio ser e sua poderosa e misteriosa inclinação para permanecer, para continuar existindo como consciência ontológica ?

Desde o sol que, através da fotossíntese, permite a própria existência da Vida, atuam os astros nos diversos ritmos da natureza como as marés, os ciclos reprodutivos de plantas e animais, em quase toda a atividade vital, pois é esta feita de ritmos, cujo conjunto deve formar maravilhosa sinfonia.

Capivari parece ser um desses lugares privilegiados, nos quais as afinidades cósmicas mais fortemente atuam e inspiram os corações e a inteligência, integrando as criaturas humanas no esplêndido cenário em que vivem.

Amadeu Amaral mostrou desde bem cedo sua inclinação para transmitir aos outros as vibrações sonoras de sua grande alma. Sua vocação como escritor desde logo se impôs, tendo ele feito parte do grupo de “O Estado”, quase durante toda a sua vida. Colaborou ou foi Redator-Chefe em vários outros jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, tendo inclusive fundado alguns jornais no interior, principalmente em São Carlos. Dirigiu revistas, escreveu livros em prosa e de poesias, mas sua característica principal, o que o torna realmente digno da nossa gratidão, foi que jamais usou seu talento de escritor por diletantismo. Ao contrário, visou sempre transmitir mensagens, comunicar recados, orientações e indicar missões. Sua preocupação com o folclore nacional, do qual foi talvez o primeiro a fazer pesquisas com metodologia científica, mostra seu patriotismo e a admirável convicção de terem as Pátrias uma fisionomia própria, uma vocação, uma destinação que as individualiza e específicas modalidades de sentir a vida individual e coletiva.

Sentindo o drama da nacionalidade em formação, lançou-se igualmente à luta política, candidatando-se a deputado estadual. Como é óbvio, não conseguiu eleger-se.

Amadeu Amaral, no seu idealismo honesto e um pouco ingênuo, esqueceu-se daquilo que nos ensina o velho mestre Oliveira Viana. Nos países que não têm opinião pública organizada, o voto a descoberto dá sempre a vitória aos candidatos das oligarquias estaduais; e o voto secreto elege, quase sempre, os demagogos, os animadores de programas de Televisão, os cantores populares, campeões de futebol etc...

Democracia é o único regime de convívio social condizente com a dignidade humana. Contudo, a técnica de escolha dos representantes do povo deve depender de graus de cultura, de civilização e dos costumes de cada povo. Impingirem ao povo brasileiro a técnica abstratamente concebida por Jean Jacques Rousseau é simplesmente um crime. O sufrágio universal, baseado em princípios abstratos, que valoriza o número acima da qualidade, que aceita como verdade ser a vontade geral a soma dos votos obtidos, é a mais abstrata e anti-humana forma de seleção dos governantes. Por isso, nunca funcionou em nenhum país, seja da Europa, seja das Américas.

Eis por que vejo hoje com espanto e pesar, tantos líderes políticos em cuja honestidade acredito, generalizarem indevidamente para o povo

brasileiro, suas próprias mentalidades e seus tipos educacionais. São, como diz bem Oliveira Viana, homens que como as moscas que ficam batendo numa vidraça horas a fio, sem aprenderem com a experiência, jamais têm percepção autêntica da realidade que é idealizada à sua imagem e semelhança.

Tenhamos a coragem de dizer que o povo brasileiro, se é essencialmente democrático, pois é digno e nobre, contudo não está preparado civicamente para o exercício da democracia, principalmente em moldes rousseauianos. Bela democracia, que no Brasil não é direito, mas penoso dever, punindo com duras penalidades os que não votam, inclusive impossibilidade de receber seus vencimentos de empregado público, só faltando que os eleitores sejam levados à ponta de baionetas para as urnas, onde cumprirão o sagrado direito de votar.

Naquele tempo, porém, era bem compreensível a ilusória confiança de Amadeu Amaral, que valentemente se batia pela imprensa, em conferências e comícios, pelo voto secreto, como remédio às fraudes eleitorais do velho P.R.P.

De sua fecunda atividade literária, impõe-se frisar sua atuação no terreno do folclore, como representação fotográfica do espírito criador do povo.

Seu nome completo foi Amadeu Amaral Ataliba Arruda Leite Penteado, por ele abreviado em suas atividades literárias.

Sua obra é numerosa e complexa, tendo participado através de uma colaboração diária, assinada ou não, de vários jornais de São Paulo e do Rio, tendo fundado jornais como em São Carlos e revistas, de vida efêmera embora, e também pela publicação de numerosos livros de poesias e em prosa, tais como:

Urses — em 1 899;

Névoa — em 1 910;

Espumas — em 1 917;

Lâmpada antiga — em 1 924;

Elogio da Mediocridade — em 1 924;

Dialeto Caipira — e tantos outros.

Entre os jornais que dirigiu ou nos quais colaborou notamos:

O Estado de São Paulo, ao qual esteve ligado quase toda a sua vida; **O Correio Paulistano**, o **Comércio de São Paulo**, a **Gazeta de Notícias**, do Rio de Janeiro, e outros.

Foi fundador e revitalizador da Academia Paulista de Letras, e sucedeu a Olavo Bilac na Academia Brasileira de Letras.

Faleceu aos 24 de outubro de 1929, deixando indelevelmente impressos na História do Brasil, seu talento e a grandeza de seu coração.

Agora, devo algumas comovidas palavras de homenagem e de recordação sobre o meu ilustre antecessor na cadeira que tenho a honra de ocupar, da qual foi aliás fundador, o grande jornalista Plínio do Amaral, de quem tive a honra de ser amigo.

Nasceu Plínio do Amaral em São Carlos, aos 20 de novembro de 1907. Seus pais foram o Sr. José Elias do Amaral e D. Ana Joaquina Pacheco do Amaral.

Iniciou seus estudos em Santo Antonio da Posse e, posteriormente, matriculou-se no Instituto de Educação Caetano de Campos em São Paulo, no ano de 1924.

Embora formado em Medicina Veterinária em 1937, dedicou-se praticamente em toda a sua vida às atividades jornalísticas e cívicas.

Foi redator do Diário da Noite em 1927, do Diário de São Paulo e do Diário do Povo de Campinas, do qual foi Diretor de 1931 a 1933. Além disso, foi Redator da Folha da Noite, Redator-Secretário da Folha da Manhã, novamente Diretor do Diário do Povo de Campinas em 1942.

Participou como Oficial do Batalhão Francisco Glicério na Revolução de 1932, sendo aprisionado em Caconde e transferido para a Casa de Detenção do Rio de Janeiro e para as Ilhas Grande e das Flores.

Colaborou em diversos governos municipais de Campinas, tais como os de Perseu Leite de Barros, Joaquim de Castro Tibiriçá, Euclides Vieira, Miguel Vicente Cury e, por fim, foi Chefe do Gabinete do Prefeito Orestes Quercia.

Teve Plínio do Amaral grande atuação no movimento escotista, grande instrumento de aprimoramento da nossa juventude.

Procurador da Mesa Administrativa da Irmandade de Misericórdia durante oito anos, prestou relevantes serviços a essa instituição.

Recebeu várias medalhas, tais como a MMDC pela Sociedade dos Veteranos de 32, a medalha da Constituição conferida pela Assembléia Legislativa do Estado e a medalha César Ladeira outorgada pela Câmara Municipal de Campinas.

Foi Plínio do Amaral um homem raro, cuja atuação sempre discreta, sem autopromoções, teria o espírito que vivificou tantos homens públicos, cujas crônicas nos jornais foram sempre construtivas, e que passou pela vida como alguém que, sempre presente, não queria ocupar espaço.

À memória de Plínio do Amaral curvo-me respeitoso e emocionado, exemplo de homem, de chefe de família, de patriota, pedindo à sua digníssima viúva aceite as expressões de minha incondicional admiração e grande respeito.

Resta-me, finalmente, um grato e agradável dever de gratidão, este bem pessoal, em relação ao ilustre acadêmico por cujas mãos amigas fui introduzido neste augusto cenáculo. Refiro-me ao amigo pessoal, colega e modelo de dinamismo intelectual, o acadêmico Licurgo de Castro Santos Filho que tanto influenciou para que me animasse a candidatar-me a esta Academia, que me acompanhou ao transpor os umbrais deste templo — cujo estilo é a perene homenagem humana ao período áureo da inteligência e do sentimento humanos, e cujas palavras de saudação e de estímulo foram bálsamos confortadores ao meu claudicante coração.

Autor da história de minha família profissional, tão valiosa como a história das famílias consangüíneas e como a história das Pátrias, lendo a luta histórica permanente que a Medicina vem enfrentando através dos tempos, sinto-me mais orgulhoso e mais feliz, pois a História Médica é a História da Solidariedade humana, que tão bem representa Jesus nas Sagradas Escrituras, no episódio do Bom Samaritano — Vocação médica autêntica, vocação maravilhosa, pois é a Vida Arte criadora de todas as artes e doação de si mesmo ao próximo, como manda o primeiro mandamento da lei de Deus.

Médico, católico, de família tradicionalmente patriota, curvo-me diante da missão histórica de Campinas, a grande pioneira das mais fecundas iniciativas na História Brasileira.

Obrigado, grande amigo e mestre, Acadêmico Licurgo de Castro Santos Filho.

Senhores Acadêmicos.

Não quero tomar por mais tempo a atenção dos senhores. Pelo pouco que disse, estais bem cientes da tradição da cadeira que venho ocupar e da imensa responsabilidade que me cabe para não deslustrar os valores exponenciais que me antecederam.

Como Vós, porém, amo as belas letras, amo a Beleza expressa em todas as Artes e humildemente me proponho a conviver com vosso talento e com a vossa Cultura, aprendendo e me extasiando.

Com a promessa de que procurarei ser um bom companheiro, agradeço os votos que recebi, agradeço a presença de quantos se dignaram comparecer a essa solenidade tão significativa para mim.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

*

IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA

Com grande regularidade vem sendo realizados, de dois em dois anos, estes simpósios de estudos históricos da região do Vale do Paraíba. O primeiro ocorreu em Lorena, em 1972, seguindo-se os de Guaratinguetá (1974) e o de Pindamonhangaba (1976). No corrente ano, coube à parte fluminense do vale, representada pela cidade de Vassouras, levar a efeito o quarto dessa série, de 23 a 29 de julho p. p.

Esses encontros, à exceção do primeiro, têm tido o patrocínio do Instituto de Estudos Valeparaibanos, com sede em Guaratinguetá, onde nasceu em 1973, por iniciativa do Professor José Luís Pasin e de mais alguns devotados companheiros.

O objetivo desse órgão cultural é o de coordenar e fomentar as pesquisas sobre a região, não só no campo histórico, mas também no de outros aspectos. Assim, teve grande repercussão o seu grito de defesa em prol do patrimônio histórico dessa lendária região nacional, bem como contra a poluição da área, máxime do grande rio, que lhe empresta o nome.

Desta vez o tema foi **O Vale do Paraíba nos séculos XVIII e XIX: evolução política, sócio-econômica e cultural**, e sobre ele numerosas comunicações foram apresentadas, conforme elenco abaixo.

A sessão solene de instalação contou como orador oficial o Dr. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A seguir, houve a instalação da Exposição de Documentos sobre Vassouras, promovida pelo Arquivo Nacional, Arquivo Público Fluminense e Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia de Vassouras.

Como Vós, porém, amo as belas letras, amo a Beleza expressa em todas as Artes e humildemente me proponho a conviver com vosso talento e com a vossa Cultura, aprendendo e me extasiando.

Com a promessa de que procurarei ser um bom companheiro, agradeço os votos que recebi, agradeço a presença de quantos se dignaram comparecer a essa solenidade tão significativa para mim.

Muito obrigado, senhoras e senhores.

*

IV SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DO VALE DO PARAÍBA

Com grande regularidade vem sendo realizados, de dois em dois anos, estes simpósios de estudos históricos da região do Vale do Paraíba. O primeiro ocorreu em Lorena, em 1972, seguindo-se os de Guaratinguetá (1974) e o de Pindamonhangaba (1976). No corrente ano, coube à parte fluminense do vale, representada pela cidade de Vassouras, levar a efeito o quarto dessa série, de 23 a 29 de julho p. p.

Esses encontros, à exceção do primeiro, têm tido o patrocínio do Instituto de Estudos Valeparaibanos, com sede em Guaratinguetá, onde nasceu em 1973, por iniciativa do Professor José Luís Pasin e de mais alguns devotados companheiros.

O objetivo desse órgão cultural é o de coordenar e fomentar as pesquisas sobre a região, não só no campo histórico, mas também no de outros aspectos. Assim, teve grande repercussão o seu grito de defesa em prol do patrimônio histórico dessa lendária região nacional, bem como contra a poluição da área, máxime do grande rio, que lhe empresta o nome.

Desta vez o tema foi **O Vale do Paraíba nos séculos XVIII e XIX: evolução política, sócio-econômica e cultural**, e sobre ele numerosas comunicações foram apresentadas, conforme elenco abaixo.

A sessão solene de instalação contou como orador oficial o Dr. Pedro Calmon, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A seguir, houve a instalação da Exposição de Documentos sobre Vassouras, promovida pelo Arquivo Nacional, Arquivo Público Fluminense e Departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia de Vassouras.

No dia seguinte houve o lançamento do carimbo postal comemorativo do simpósio e, à noite, primoroso recital de música sacra na Igreja de N. S. da Conceição. A seguir, neste mesmo templo, procedeu-se à inauguração do Museu Sacro-Documental da Irmandade de N. Sa. da Conceição.

Durante uma das manhãs houve demorada visita aos locais históricos e turísticos da cidade de Vassouras, destacando-se a visita à Fazenda São Luís da Boa Sorte, inteira e rigorosamente restaurada, local onde os simposiastas foram regiamente recebidos pelos seus ilustres proprietários.

Uma das noites foi dedicada ao lançamento de livros de autores atuais e da reedição da obra de Inácio Raposo, sobre Vassouras. Esta reunião teve o patrocínio do Instituto Estadual do Livro e do Conselho Municipal de Cultura.

Registre-se, também, uma noitada de folclore a cargo da Associação dos Amigos do Folclore Vassourense.

Como conferencista destacado, há a assinalar a presença do Professor Américo Jacobina Lacombe, Presidente da Associação de Pesquisa Histórica.

Fato digno de realce foi a realização, durante as manhãs do Simpósio, de um curso sobre “Pesquisa e Técnica de Arquivo”, sob os auspícios do Arquivo Nacional e da Cadeira de Métodos e Técnicas da Pesquisa Histórica, da Faculdade de Filosofia local. Contou o referido curso com mais de uma centena de inscritos.

A sessão solene de encerramento teve lugar na manhã de 29 de julho. Ressalte-se, por justiça, a extensa e valiosa cooperação da Fundação Educacional Severino Sombra para o êxito deste Simpósio, bem como a dedicação da Professora Marilda Corrêa Ceribelli e seus colaboradores. (Nota do Professor Hilton Federici.)

Relação das Comunicações apresentadas ao Simpósio de Vassouras:

1. Greenhald H. Faria Braga — Vassouras e a Guerra do Paraguai.
2. Miriam L. Moreira Leite — Periódicos: variedade e transformação.
3. Francisco de Paula e Azevedo Pondé — A Fazenda da Piedade e suas três moradias.
4. Hamilton de Matos Monteiro — Aspectos da violência no Vale do Paraíba.
5. Célia Maria Loureiro Muniz — A Evolução da Estrutura Fundiária no município de Valença.

6. Julita Scarano – Família Extensa e Escravaria.
7. Joaquim Alvarenga de Souza – Arrolamento de periódicos sobre a Imprensa de Vassouras.
8. Gustavo Neves da Rocha Filho – Caçapava no século XVIII.
9. Marlete Otoni Tibery – Profissões e Salários na Capitania do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVIII.
10. Paulo Werneck da Cruz – Evergetismo na província fluminense.
11. Maurício Coelho Vieira – Problemas de erosão e cansaço do solo no município de Vassouras.
12. Eremildo Luiz Viana – A comercialização dos produtos agrícolas e o desenvolvimento do Vale do Paraíba nos fins do século XVIII.
13. Norma Bello Musco – Alguns aspectos da produtividade agrícola da Capitania do Rio de Janeiro no século XVIII.
14. Waldomiro Benedito de Abreu – Indústria e Cultura em Pindamonhangaba e no Vale do Paraíba.
15. Mário Braga Júnior – Considerações sobre a gênese do Vale do Paraíba.
16. Lucinda Coutinho de Melo Coelho – Um pouco de aristocracia rural vale-paraibana.
17. Wilson de Lima Bastos – Neto do Barão de Vassouras reside em Juiz de Fora.
18. Wilson de Lima Bastos – Escola Agrícola União e Indústria.
19. Luiz L. de Oliveira – Algumas notas sobre a Estrada da Polícia.
20. Maria de Cascia Nascimento Frade – Aspectos do Folclore de Vassouras.
21. Fernando Mattoso Bittencourt – A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras.
22. Marcos Vieira da Cunha – O Visconde de Ipiabas, um fidalgo do Vale do Paraíba.

*

AS GRANDES FAMÍLIAS PAULISTAS

Sobre o tema supra, versou o II Curso de Genealogia e Heráldica, promovido pelo Instituto Genealógico Brasileiro e realizado durante o mês de agosto, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, contando com mais de uma centena de inscrições regulares, além de numerosos visitantes. Foram preletores do referido curso: Tenente Henrique Carlos Wiederspahn, Herbert Paul Reinhold Groeger, Lauro Ribeiro Escobar, Vinício Stein

6. Julita Scarano – Família Extensa e Escravaria.
7. Joaquim Alvarenga de Souza – Arrolamento de periódicos sobre a Imprensa de Vassouras.
8. Gustavo Neves da Rocha Filho – Caçapava no século XVIII.
9. Marilete Otoni Tibery – Profissões e Salários na Capitania do Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XVIII.
10. Paulo Werneck da Cruz – Evergetismo na província fluminense.
11. Maurício Coelho Vieira – Problemas de erosão e cansaço do solo no município de Vassouras.
12. Eremildo Luiz Viana – A comercialização dos produtos agrícolas e o desenvolvimento do Vale do Paraíba nos fins do século XVIII.
13. Norma Bello Musco – Alguns aspectos da produtividade agrícola da Capitania do Rio de Janeiro no século XVIII.
14. Waldomiro Benedito de Abreu – Indústria e Cultura em Pindamonhangaba e no Vale do Paraíba.
15. Mário Braga Júnior – Considerações sobre a gênese do Vale do Paraíba.
16. Lucinda Coutinho de Melo Coelho – Um pouco de aristocracia rural vale-paraibana.
17. Wilson de Lima Bastos – Neto do Barão de Vassouras reside em Juiz de Fora.
18. Wilson de Lima Bastos – Escola Agrícola União e Indústria.
19. Luiz L. de Oliveira – Algumas notas sobre a Estrada da Polícia.
20. Maria de Cascia Nascimento Frade – Aspectos do Folclore de Vassouras.
21. Fernando Mattoso Bittencourt – A Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Freguesia de Vassouras.
22. Marcos Vieira da Cunha – O Visconde de Ipiabas, um fidalgo do Vale do Paraíba.

*

AS GRANDES FAMÍLIAS PAULISTAS

Sobre o tema supra, versou o II Curso de Genealogia e Heráldica, promovido pelo Instituto Genealógico Brasileiro e realizado durante o mês de agosto, no auditório do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, contando com mais de uma centena de inscrições regulares, além de numerosos visitantes. Foram preletores do referido curso: Tenente Henrique Carlos Wiederspahn, Herbert Paul Reinhold Groeger, Lauro Ribeiro Escobar, Vinício Stein

de Campos, Celso Maria de Melo Pupo, Bueno de Azevedo Filho, Lycurgo de Castro Santos Filho, José Luiz Pasin, Pedro Ferraz do Amaral, Clóvis Vicente de Azevedo, Israel Dias Novaes, Odilon Nogueira de Matos e Odilon da Costa Manso. A sessão de encerramento, com entrega dos certificados, realizou-se no dia 11 de setembro, no auditório da Academia Paulista de Letras. Nossos cumprimentos ao Dr. Galvão Bueno Trigueirinho, presidente do Instituto Genealógico Brasileiro e organizador do vitorioso curso.

*

O ACERVO DISPERSO DE BENEDITO CALIXTO

A prefeitura de Santos editou, há algum tempo, um calendário reunindo fotografias coloridas de doze telas de Benedito Calixto, o ilustre pintor nascido em Itanhaém, que soube fixar paisagens e aspectos ainda primitivos da velha cidade de Braz Cubas, hoje um dos maiores conglomerados urbanos do litoral do País e, sem dúvida, a praia preferida dos paulistanos.

A iniciativa foi coroada de êxito, passando a ser disputados os exemplares desse verdadeiro álbum, de que hoje restam uns poucos, avaramente guardados por seus possuidores. E é tal o significado evocativo dessas imagens, reveladas com singular critério artístico, que passaram a ser emolduradas para ornamentar paredes de escritórios e residências.

Um jornal santista, pela pena de sua cronista de gente e de coisas da cidade, sugere que se estude a possibilidade de reedição desse álbum, a fim de que não se perca o esforço empreendido pelo artista-fotógrafo que o executou com rara competência técnica e não menor dedicação de pesquisador. Aliás, vale dizer que, nesse afã, ele se equiparou a Calixto, que se salientou também como historiador de nomeada, tendo ido buscar nos arquivos o contingente informativo exigido para a feitura de seus painéis. As nossas revistas antigas guardam importantes achegas que ele aduzidas ao trato de temas da vida pretérita da coletividade paulista.

Os quadros de Calixto se incorporaram ao patrimônio cultural do País. Em Santos, antigas casas comissárias de café ainda os retém, assim como ainda podem ser vistos nas residências de tradicionais famílias da cidade. Não seria o caso de se propor à Prefeitura de Santos a tarefa de reunir esse valioso acervo? Doações poderiam ocorrer ou, quando não, a competente aquisição, antes que marchands espertos os acabem adquirindo.

Como última possibilidade, que se faça pelo menos um levantamento dos lugares onde se encontram obras do grande pintor, de maneira que possam os estudiosos saber onde se encontram esses preciosos documentos da história da Baixada santista e do nosso litoral em geral. Aliás, não cuidamos do valor artístico das telas, o qual, se não é excelso, também não é despreciando: falamos do seu indiscutível valor histórico e descritivo, como as cenas dos trapiches que antecederam o atual porto.

(O Estado de São Paulo, 8 – 10 – 1 978)

*

ACADEMIA PAULISTA DE JORNALISMO

Com uma sessão solene no salão nobre do “Diário Popular” e um jantar de confraternização no Hotel Jaraguá, em São Paulo, a Academia Paulista de Jornalismo celebrou, a 17 de outubro, a passagem de seu primeiro aniversário.

A fundação de uma Academia Paulista de Jornalismo há muito vinha sendo acalentada pela categoria profissional, menos por elitismo, porém para congregar ainda mais os jornalistas com o objetivo de alcançar com mais intensidade, os ideais que os incentivam, dos quais constitui pilar de sustentação a liberdade de expressão. Foi de uma conversa entre Mário Gracioti e Galvão Bueno Trigueirinho que a iniciativa tomou, de pronto, impulso, integrando um grupo formado pelos jornalistas J. Pereira, Simões de Carvalho, Silveira Peixoto e Pedro Ferraz do Amaral, que, bem antes de 17 de outubro de 1977, começaram a articular a formação do sodalício. A eles vieram se juntar, logo depois, Honório de Syllos (que declinou de integrar a entidade), Durval Breda Cardoso, Paulo Zingg, Solon Borges dos Reis, Roberto Santos, Waldemar Santos, Israel Dias Novaes (primeiro e atual presidente), Gioia Júnior e Hécio de Carvalho e Castro. Esse grupo fundador passou à elaboração dos estatutos da entidade, com o qual, dentro de um consenso estabelecido entre os seus componentes, iniciou a formulação dos convites àqueles que, no exercício efetivo e pleno da profissão, reuniam as condições estabelecidas para integrar o sodalício.

Os estatutos da Academia assinalam que a instituição não tem finalidade elitista, mas simplesmente cultural, objetivando aprimorar, dentro de concepções modernas do jornalismo, a arte ou a ciência de informar bem e corretamente a opinião pública.

Ao completar seu primeiro ano de vida, já com sua sede instalada, a Academia Paulista de Jornalismo tem significativo programa de realizações culturais: palestras, cursos, uma biblioteca especializada para ficar à disposição dos universitários, especialmente dos estudantes de jornalismo e comunicação e, até, a promoção de concursos destinados a premiar os melhores trabalhos jornalísticos inseridos ou divulgados pelos jornais, rádios e televisões.

A Academia, como de praxe nas entidades similares, possui 40 cadeiras, 33 das quais já se acham preenchidas, e já teve a primeira baixa em seus quadros com a morte de Vicente Leporace, titular da cadeira nº 14, que tem como patrono Corifeu de Azevedo Marques.

São estes os integrantes titulares da Academia, pela ordem das cadeiras, e indicando-se, entre parênteses, os respectivos patronos: 1. Mário Graciotti (Castro Alves); 2. Israel Dias Novaes (Galeão Coutinho); 3. Durval Breda Cardoso (Júlio Mesquita); 4. J. Pereira (Assis Chateaubriand); 5. Simões de Carvalho (Architiciínio Santos); 6. Pedro Ferraz do Amaral (Breno Ferraz do Amaral); 7. Waldemar dos Santos (José Maria Lisboa Júnior); 8. Roberto dos Santos (Antônio Simões de Carvalho); 9. Silveira Peixoto (Luiz Silveira); 10. A. B. Galvão Bueno Trigueirinho (Aureliano Leite); 11. Gíóia Júnior (Manuel da Nóbrega); 12. Rodrigo Soares Júnior (José Maria Lisboa); 13. Mello Ferrentini (Américo de Campos); 14. (vaga com a morte de Leporace); 15. José Reis (Léo Vaz); 16. Paulo Zingg (Luiz Gama); 17. Solon Borges dos Reis (Rubens do Amaral); 18. Luiz Martins (Olavo Bilac); 19. Hécio Carvalho de Castro (Casper Líbero); 20. Herculano Pires (Cornélio Pires); 21. Mário Mazzei Guimarães (Euclides da Cunha); 22. Menotti Del Picchia (ainda não empossado e sem patrono escolhido); 23. Blota Júnior (Antônio de Alcântara Machado); 24. Freitas Nobre (ainda não empossado e sem patrono escolhido); 25. Tavares de Miranda (Vicente Leporace); 26. Audálio Dantas (Prudente de Moraes Neto); 27. Vitor de Azevedo (Afonso Schmidt); 28. Odilon Nogueira de Matos; 29. Leôncio Ribas Marinho; 30. Ruy Nogueira Martins; 31. Barros Ferreira; 32. Adriano Campanhole; 33. Helena Silveira. Da cadeira 28 a 33, os titulares ainda não indicaram seus patronos. A Academia tem como patrono Hipólito da Costa, o grande jornalista do "Correio Braziliense".

Em sua sessão aniversária, a Academia concedeu o título de sócio honorário a Carlos Henrique de Carvalho, pelo muito que tem feito pela entidade nesta sua fase inicial.

INSTANTÂNEOS CAMPINEIROS

Maurício de Moraes, poeta e jornalista, membro da Academia Campinense de Letras, distinguido com a cidadania honorária da cidade mineira de Jacutinga; à cerimônia de entrega do título, realizada em 22 de julho, compareceu numerosa representação de Campinas, incluindo o próprio Prefeito Francisco Amaral * Consternou profundamente a comunidade campineira o falecimento de Ary Nogueira, funcionário do Instituto Agrônômico e jornalista, pessoa largamente estimada em nossos círculos culturais; devotado ao problema da integração racial, muito escreveu a respeito, sempre proclamando a necessidade de maior compreensão humana entre os povos, notadamente no que tange à comunhão de raças; grande amigo desta publicação, aqui registramos nossa sentida homenagem * Noite de autógrafos na Academia Campinense, em 10 de agosto, para lançamento do livro “Versos em forma de tempo”, de Danglares Gomes, com prefácio de Odilon Nogueira de Matos * Tarde de autógrafos, na Biblioteca Municipal de Valinhos, em 5 de agosto, para o lançamento do livro que o professor e acadêmico Mário Pires dedicou à vizinha cidade: “Valinhos: tempo e espaço”; a Academia Campinense participou da promoção, tendo comparecido à solenidade numerosos acadêmicos e muitas outras pessoas gradas de Campinas * Três conferencistas de Campinas no II Curso de Genealogia e Heráldica, promovido em São Paulo pelo Instituto Genealógico Brasileiro: Celso Maria de Melo Pupo, Lycurgo de Castro Santos Filho e Odilon Nogueira de Matos; aos dois primeiros coube tratar da nobreza campineira, enquanto que o último tratou do Barão de Piratininga, do Conde do Pinhal, do Marquês de São Vicente e, mais demoradamente, do Visconde de Porto Seguro * Os acadêmicos Lycurgo de Castro Santos Filho e Hilton Federici participaram do IV Simpósio de Estudos Valeparaibanos, realizado na cidade fluminense de Vassouras, em fins de julho, promoção noticiada mais pormenorizadamente em outro local deste mesmo número * O responsável por esta publicação, eleito para a Academia Paulista de Jornalismo, foi empossado, em cordial recepção na residência do acadêmico Simões de Carvalho, em São Paulo, no dia 1º de agosto * O mesmo responsável por esta publicação foi distinguido com honroso convite para prefaciar a nova edição da grande “História do Brasil”, de Handelman, a ser lançada ainda este ano por importante editora paulista * De mais um prefácio foi honrosamente incumbido o responsável por esta publicação: para o livro sobre a Revolta de Princesa, da Professora Inês Caminha Lopes Rodrigues, publicado oficialmente pelo governo da Paraíba * Hilton Federici, sempre dedicado ao estudo de sua cidade, vem de publicar o segundo volume de sua “História de

Cruzeiro”; há mais de quarenta anos o ilustre professor, historiador e acadêmico vem cuidando da história cruzeirense, tendo já publicado sete monografias sobre o tema, dentre as quais destacamos: “Cruzeiro, uma exceção no Vale do Paraíba”, “Duas visitas de D. Pedro II ao Sul de Minas”, “Cruzeiro, um exemplo original de urbanização no Vale do Paraíba”, e a “História de Cruzeiro”, em dois volumes. * “Educação & Sociedade” é o título da nova revista que acaba de ser lançada pela Faculdade de Educação da Unicamp. * Organizada por Régis de Moraes, professor de nossa PUC, acaba de ser publicado o volume “Construção Social da Enfermidade”, contando com a colaboração de professores da área de Filosofia das duas universidades campineiras; na seção “Registro Bibliográfico” deste número, mais informes sobre o volume. * Georges Balandier, sociólogo francês de renome internacional, esteve em Campinas proferindo conferências na Unicamp. * O Professor Luiz Mott, da Unicamp, esteve na Áustria, onde participou de um simpósio sobre antropologia, no mês de julho. * Por ocasião da V Bienal Internacional do Livro, realizada em São Paulo, foi lançado, na noite de 17 de agosto, o livro “Folclore em Campinas: Artesanato”, da consagrada folclorista campineira Alba Carneiro Vidigal. * Promovido pelo Instituto de Psicologia de nossa Universidade Católica, de 20 a 24 de setembro o I Congresso Regional Latino-Americano de Psicologia, ao qual compareceram expressivas figuras dessa importante área, do Brasil e mesmo do exterior. * O crítico de arte José Roberto Teixeira Leite ministrou sob o patrocínio do Centro de Ciências, Letras e Artes, de 12 a 24 de setembro, curso sobre a pintura na “Belle Époque”, tratando de trinta pintores brasileiros nascidos entre 1889 e 1921. * Consternou profundamente a comunidade campineira o falecimento, ocorrido em São Bernardo do Campo, em fins de agosto, do artista campineiro João Mendes Nogueira; pelas suas extraordinárias microesculturas em palitos, nas quais trabalhava apenas com uma lente e um pedaço de lâmina de gilete, chamou a atenção de grandes figuras do nosso mundo cultural; há muito vivia em São Bernardo, onde estava organizando curioso museu para os seus trabalhos. * Anunciada a publicação de uma nova coleção de estudos brasileiros pela Editora Vozes, de Petrópolis, e que será dirigida pelo Acadêmico e Professor da Unicamp, J. R. do Amaral Lapa. * Novamente representada em Campinas a ópera **Noite do Castelo**, de Carlos Gomes, no conjunto das festividades da semana que a cidade anualmente consagra ao seu grande filho. * A convite da Academia Piauiense de Letras, esteve em Teresina o acadêmico Lycurgo de Castro Santos Filho, presidente de honra da Academia Campinense; o escritor campineiro foi homenageado com um jantar pela Sociedade Brasileira de Escritores Médicos, ocasião em que teve oportunidade de lembrar a personalidade do médi-

co piauiense Afonso Ferreira, um dos fundadores do Instituto Penido Burnier, e que por longos anos residiu em nossa cidade, onde seus filhos continuam a obra. * Coroada de pleno êxito a excursão da Orquestra Sinfônica de Campinas a Belém do Pará, onde se apresentou nas festas comemorativas do centenário do famoso Teatro da Paz. * Júlio Mariano, jornalista e historiador, proferiu conferência sobre “História e Folclore”, na cidade mineira de Jacutinga. * Três escritores de Campinas eleitos para a Academia Poços-Caldense de Letras: Maurício de Moraes, Paulo Barros Camargo e Benny Silva.* A Escola Preparatória de Cadetes, de Campinas, deu ao seu salão nobre o nome de Carlos Gomes; conhecedor do fato, o Clube dos 21 Irmãos-Amigos ofereceu à entidade o busto do compositor campineiro e dessa confraternização resultou que a reunião de setembro, do Clube, dedicada, como de praxe, à evocação da Independência, foi realizada nas dependências da Escola, gentilmente cedidas pelo seu comandante, Coronel Zenildo Lucena; na bela noite de 15 de setembro coube ao responsável por esta publicação proferir a oração comemorativa * Noite de autógrafos no Centro de Ciências, Letras e Artes, em 16 de setembro, para lançamento do livro **Do Sonho à Conquista**, sobre Carlos Gomes, da autoria de Juvenal Fernandes * Em 22 de setembro, noite de autógrafos na Academia Campinense para lançamento do livro **Patuá de Recordações**, de Tomé Cabral, escritor cearense há muito radicado em Campinas * Nota dolorosa: o falecimento, em setembro, de Júlio Sudário, jornalista, escritor e antigo professor, havia muito radicado em Campinas; deixou, além do muito que escreveu pela imprensa, uma “História de Itápolis” (cidade onde residiu por muitos anos) e as “Cartas que não são persas”; grande amigo desta publicação, que estimulou desde o seu início, aqui fica nossa sentida homenagem.

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA

LEOPOLDO AMARAL

Leopoldo Amaral, jornalista e historiador campineiro, foi durante quase meio século correspondente em Campinas de **O Estado de São**

co piauiense Afonso Ferreira, um dos fundadores do Instituto Penido Burnier, e que por longos anos residiu em nossa cidade, onde seus filhos continuam a obra. * Coroada de pleno êxito a excursão da Orquestra Sinfônica de Campinas a Belém do Pará, onde se apresentou nas festas comemorativas do centenário do famoso Teatro da Paz. * Júlio Mariano, jornalista e historiador, proferiu conferência sobre “História e Folclore”, na cidade mineira de Jacutinga. * Três escritores de Campinas eleitos para a Academia Poços-Caldense de Letras: Maurício de Morais, Paulo Barros Camargo e Benny Silva.* A Escola Preparatória de Cadetes, de Campinas, deu ao seu salão nobre o nome de Carlos Gomes; conhecedor do fato, o Clube dos 21 Irmãos-Amigos ofereceu à entidade o busto do compositor campineiro e dessa confraternização resultou que a reunião de setembro, do Clube, dedicada, como de praxe, à evocação da Independência, foi realizada nas dependências da Escola, gentilmente cedidas pelo seu comandante, Coronel Zenildo Lucena; na bela noite de 15 de setembro coube ao responsável por esta publicação proferir a oração comemorativa * Noite de autógrafos no Centro de Ciências, Letras e Artes, em 16 de setembro, para lançamento do livro **Do Sonho à Conquista**, sobre Carlos Gomes, da autoria de Juvenal Fernandes * Em 22 de setembro, noite de autógrafos na Academia Campinense para lançamento do livro **Patuá de Recordações**, de Tomé Cabral, escritor cearense há muito radicado em Campinas * Nota dolorosa: o falecimento, em setembro, de Júlio Sudário, jornalista, escritor e antigo professor, havia muito radicado em Campinas; deixou, além do muito que escreveu pela imprensa, uma “História de Itápolis” (cidade onde residiu por muitos anos) e as “Cartas que não são persas”; grande amigo desta publicação, que estimulou desde o seu início, aqui fica nossa sentida homenagem.

*

* *

MEMÓRIA CAMPINEIRA

LEOPOLDO AMARAL

Leopoldo Amaral, jornalista e historiador campineiro, foi durante quase meio século correspondente em Campinas de **O Estado de São**

Paulo. Nas páginas desse jornal publicou a maior parte das crônicas que posteriormente reuniu no livro **Campinas: Recordações** (1 927), indispensável para o conhecimento do passado da cidade. Eis como o grande jornal de São Paulo noticiou, em sua edição de 2 de junho de 1 939, o falecimento do grande campineiro, ocorrido dois dias antes:

“No cemitério da Saudade, em Campinas, realizou-se, ontem, o enterro de Leopoldo Amaral, o nosso velho companheiro de trabalho, cujo trespasse foi publicado por esta folha em notícia apressada, de última hora, em nossa anterior edição.

Ligado a este jornal desde o tempo da Monarquia, quando ainda ele se chamava **A Província de São Paulo**, a sua morte repercutiu dolorosamente nesta casa, onde o velho jornalista contava em cada redator um amigo e um admirador.

Tendo sido nosso correspondente em Campinas desde 1 886, foi Leopoldo Amaral, no **Estado**, até há pouco, o fiel narrador e comentador dos fatos da vida campineira e mesmo, mais tarde, quando a sua avançada idade e estado de saúde o obrigaram a abandonar a atividade jornalística, de tempos a tempos, continuou a deleitar os seus inúmeros leitores com os seus interessantes artigos sobre a história da velha cidade paulista.

Dedicando um entranhado amor à sua terra natal, nas suas apreciadas correspondências, sempre vazadas em estilo fluente, sempre cheias de vida e colorido, foi fixando, anos após anos, nas colunas desta folha reservadas às notícias do interior, os acontecimentos mais importantes ali ocorridos. Investigador paciente dos arquivos, testemunha ocular de muitos episódios históricos da vida campineira, íntimo de ilustres varões que tanto elevaram o nome do burgo tradicional de Barreto Leme, de quem descendia em linha reta, era Leopoldo Amaral, de há muito, o maior conhecedor dos fastos de Campinas.

Era filho do antigo lavrador Antônio Francisco do Amaral Gurgel, que foi pessoa influente naquela cidade, tendo ocupado a presidência da Câmara Municipal de 1 853 a 1 856, e de D. Maria Isabel de Melo. Nascido em 20 de dezembro de 1 856, desde cedo demonstrou a sua propensão para as letras, havendo entrado ainda bem moço para a redação da **Gazeta de Campinas**, naquela época dirigida pelo luminoso espírito de Carlos Ferreira.

Encarregando-se do noticiário, introduziu na imprensa campineira a reportagem, que era então uma novidade só conhecida dos grandes jornais de São Paulo e Rio de Janeiro. Naquele tempo, formavam na imprensa de Cam-

pinas vultos da estatura de Campos Sales, Francisco Glicério, Júlio Mesquita, Júlio Ribeiro, Henrique de Barcelos, Alberto Sarmiento, Hipólito da Silva, Sampaio Ferraz, João Vieira de Almeida, Aprígio Cesarino e outros.

Dando, então, largas ao seu espírito idealista, tomou parte ativa na campanha da abolição e na propaganda republicana, ao lado de ilustres campineiros.

Embora se tivesse dedicado durante algum tempo ao comércio, como sócio da firma Martins, Leopoldo & Cia., em verdade nunca se afastou da imprensa.

Após a proclamação da República, foi nomeado secretário da Câmara Municipal de Campinas, cargo que exerceu com raro zelo e proficiência até 30 de dezembro de 1915, quando se aposentou.

Dotado de um coração boníssimo e de um espírito ilustrado, não havia em Campinas quem não lhe dedicasse a mais profunda estima e, mesmo, veneração. O acendrado amor que dedicava à sua terra natal, traduzido em todos os atos de sua vida, e mais claramente revelado nas suas inúmeras crônicas em que nunca se cansava de exaltar-lhe a beleza, o progresso, as magníficas tradições, os seus grandes homens e os seus feitos, grangearam-lhe uma extraordinária e merecida popularidade, podendo-se afirmar que na atualidade ocupava o primeiro lugar na estima e consideração dos seus conterrâneos.

No fim de sua vida, havendo sofrido o rude golpe de perder a companheira, a sua idolatrada esposa, D. Alda Barbosa do Amaral, e tendo uma única filha residindo em Santos, tal era o amor que dedicava à sua Campinas, que preferiu Leopoldo Amaral viver sozinho, naquela cidade, longe dos seus, a respirar outro ar que não fosse o do seu berço natal.

Deixou o velho jornalista, além de **Campinas: Recordações**, obra em que enfeixou episódios da história de Campinas, um sem-número de artigos e crônicas publicados nesta folha e nos jornais campineiros. Foi fundador e diretor de quase todas as casas de caridade de Campinas, assim como sócio honorário da maioria das associações recreativas e culturais daquela cidade. Exerceu durante muitos anos o cargo de secretário da mesa administrativa da Santa Casa de Misericórdia local, tendo sido, quando, por motivo de saúde, foi obrigado a abandonar a sua atividade, agraciado com o título de secretário perpétuo daquela instituição.”

Leopoldo Amaral acha-se homenageado em Campinas com uma rua e com um busto. A rua, na vila Marieta, denominada pelo Decreto-lei nº

311, de 13 de novembro de 1945, sendo prefeito municipal o Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá. O busto, na Praça Imprensa Fluminense, bem em frente ao local onde se situava sua casa, na rua General Osório quase esquina com Júlio Mesquita, onde se ergue hoje um edifício de apartamentos. Com as obras de urbanização para a construção do Centro de Convivência, seu busto foi ligeiramente deslocado alguns metros do primitivo local. ONM*

*

* *

TRANSCRIÇÃO

ASPECTOS DA SIDERURGIA E DA MINERAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Marcos Carneiro de Mendonça

Quando na sessão de 18 de agosto de 1838, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da mesma sociedade, a situação social da humanidade em relação à indústria era bem diferente da do fim do século XIX, e talvez não contassem eles com a perpetuidade de sua iniciativa.

A idéia luminosa de Cunha de Matos e de Cunha Barbosa teve, entretanto, o acolhimento que merecia, pois a 21 de outubro de 1838 alcançava a devida consagração, fundando-se o douto e benemérito Instituto.

Justificando essa bela criação, diziam eles que sendo inegável que “as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza dos seus alicerces”, e são, também, “de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente àqueles que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”.

Tem sido essa a tarefa do Instituto, confirmada pela tradição e constatada através dos escritos de sua Revista.

311, de 13 de novembro de 1945, sendo prefeito municipal o Dr. Joaquim de Castro Tibiriçá. O busto, na Praça Imprensa Fluminense, bem em frente ao local onde se situava sua casa, na rua General Osório quase esquina com Júlio Mesquita, onde se ergue hoje um edifício de apartamentos. Com as obras de urbanização para a construção do Centro de Convivência, seu busto foi ligeiramente deslocado alguns metros do primitivo local. ONM*

*

* *

TRANSCRIÇÃO

ASPECTOS DA SIDERURGIA E DA MINERAÇÃO NO BRASIL ATRAVÉS DA REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO

Marcos Carneiro de Mendonça

Quando na sessão de 18 de agosto de 1838, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Raimundo José da Cunha Matos e Januário da Cunha Barbosa propuseram a criação de um Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, filial da mesma sociedade, a situação social da humanidade em relação à indústria era bem diferente da do fim do século XIX, e talvez não contassem eles com a perpetuidade de sua iniciativa.

A idéia luminosa de Cunha de Matos e de Cunha Barbosa teve, entretanto, o acolhimento que merecia, pois a 21 de outubro de 1838 alcançava a devida consagração, fundando-se o douto e benemérito Instituto.

Justificando essa bela criação, diziam eles que sendo inegável que “as letras, além de concorrerem para o adorno da sociedade, influem poderosamente na firmeza dos seus alicerces”, e são, também, “de uma absoluta e indispensável necessidade, principalmente àqueles que, versando sobre a história e a geografia do país, devem ministrar grandes auxílios à pública administração e ao esclarecimento de todos os Brasileiros”.

Tem sido essa a tarefa do Instituto, confirmada pela tradição e constatada através dos escritos de sua Revista.

O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, assim como quase todas as obras valiosas ideadas no Brasil naquele tempo, teve, ao nascer, a co-participação de brasileiros e portugueses. Raimundo José da Cunha Matos nasceu em Faro, Portugal, e consagrou toda a sua existência ao Brasil e à terra natal. Januário da Cunha Barbosa nasceu no Brasil, filho de pai português, aqui estudou, lá se aperfeiçoou e aqui trabalhou. José Feliciano Fernandes Pinheiro, futuro Visconde de São Leopoldo, primeiro presidente do Instituto, nasceu em Santos, formou-se em Coimbra, trabalhou em Portugal e aqui aportou em dezembro de 1801, despachado Juiz das Alfândegas do Rio Grande e de Santa Catarina, e encarregado de sua criação. Tal como esses, poder-se-ia citar a maioria dos vultos intelectuais da Inconfidência Mineira; poder-se-ia citar Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá (o Intendente Câmara), os irmãos Andradas, Antônio Paulino Limpo de Abreu (Visconde de Abaeté), José da Silva Lisboa (Visconde de Cairu), o Almirante Barroso. Para que citar mais ?

Se nos dispuséssemos a analisar a influência que esse punhado de homens teve sobre os destinos da pátria brasileira teríamos assuntos para muitos anos.

Com os inconfidentes, revolveríamos aquelas páginas vibrantes de idealismo e de rebeldia. Manoel Ferreira da Câmara levar-nos-ia à Universidade de Coimbra, à Real Academia das Ciências de Lisboa, às velhas universidades da Europa, às minas novas do Brasil, ao Conselho de Procuradores-Gerais das Províncias do Brasil, à nossa Constituinte de 1823 e ao primeiro, velho e nobre Senado do Império. Com os irmãos Andradas pensaríamos em tudo isso e mais em Pernambuco de 1817, na Constituinte de Lisboa, na nossa Independência, na abdicação de D. Pedro I, na Regência e, finalmente, na maioria de D. Pedro II. Com o Visconde de Abaeté, além de muitas outras coisas, teríamos treze anos de presidência do Conselho de Ministros do Império, as lutas contra Rosas e a questão do tráfico de escravos que culminou com a sua nota memorável respondendo altivamente à nota Aberdeen. A vida do Visconde de Cairu está para sempre ligada ao decreto abrindo os portos do Brasil ao comércio internacional, e a do Almirante Barroso, presa ao maior feito naval da América do Sul: a batalha de Riachuelo.

Lançando um olhar sobre o panorama retrospectivo que nos oferecem a História e a Geografia do Brasil, através das páginas da **Revista do Instituto**, deparamos logo com a plêiade brilhante de sábios e de viajantes estrangeiros que aqui aportaram para, por múltiplas formas, trazer-nos úteis ensina-

mentos e para levar aos demais países da Europa e da América preciosas notícias sobre nosso povo e nossa terra.

Spix e Martius, Saint-Hilaire, Eschwege, John Mawe, Varhagen, Monlevade, Debret, Taunay, são nomes que jamais se afastarão do pensamento brasileiro.

Se se quisesse estender a relação dos vultos que, por notável saber, marcaram com sulco profundo a sua presença em terras do Brasil, extensíssima seria essa relação.

É com verdadeiro orgulho que verificamos a possibilidade de antepor a esses valores outros valores que, aqui nascidos, firmaram nesse memorável período de nossa evolução histórica e geográfica marcos indeléveis de cultura e de trabalho. Alexandre Rodrigues Ferreira, Francisco José de Lacerda e Almeida, Antônio Pires da Silva Pontes (Leme), Ricardo Franco de Almeida Serra, Frei Mariano da Conceição Veloso, Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, José Bonifácio de Andrada e Silva, José Vieira Couto, Vicente Coelho de Seabra, Irineu Evangelista de Sousa (Mauá), são, como aqueles, nomes que jamais se poderão extinguir da memória dos brasileiros.

Tendo o Instituto Histórico nascido em um grêmio de caráter industrial, destacaremos dos grupos acima mencionados os nomes daqueles que mais eficazmente concorreram para os surtos de desenvolvimento industrial e econômico verificados no Brasil nos períodos de sua formação e da nação independente.

As explorações das riquezas auríferas e diamantíferas do Brasil tiveram a sua melhor fase quando essas riquezas se encontravam de forma a não exigir dos pesquisadores, senão o trabalho insano de catá-las nos terrenos chamados de aluvião, existentes em abundância nas margens dos nossos rios ricos de ouro e de diamantes. A esse tempo, essas penosas mas compensadoras explorações não obedeciam a nenhum critério científico ou econômico. Rios de riqueza rara, eram errada e criminosamente explorados das nascentes para a foz, esquecendo-se os seus exploradores de que, com semelhante barbidade sepultavam, talvez para sempre, nos escombros que despejavam águas abaixo, riquezas extraordinárias.

Passado esse período e esgotadas as lavras de fácil exploração, veio o período de grandes sacrifícios e de não menores decepções para os trabalhadores e habitantes das zonas mineiras.

Outra e bem diferente era a capacidade que dos homens se exigia para poderem prosseguir na faina ingrata da mineração. Já a natureza se mostrava não menos pródiga, mas seguramente bem mais exigente. Os serviços de exploração já deviam obedecer a um critério científico de trabalho, subordinado aos sistemas mais modernos e avançados do velho continente europeu.

À medida que diminuían os resultados do trabalho dos mineiros nas pesquisas das lavras, iam aumentando as exigências do fisco e concomitantemente as perseguições dos seus representantes aos pobres, incapazes e improvisados mineradores. Fartos de tantas perseguições começaram eles a se revoltar.

Impunha-se a remodelação do sistema de trabalho. Tornara-se imprescindível a presença nas minas de quem fosse capaz de conduzir, convenientemente, a sua exploração. Providências foram tomadas nesse sentido pelo governo português.

Manoel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá e José Bonifácio de Andrada e Silva, jovens e talentosos brasileiros recém-formados pela Universidade de Coimbra, foram destacados para cumprir semelhante tarefa. Prepararam-se para isso, percorrendo durante quase dez anos consecutivos os principais centros científicos e industriais da Europa. Quando voltaram, já não mais pode haver dúvida de se terem constituído, um e outro, as colunas mestras do Brasil e de Portugal, nas quais se apoiou o novo surto industrial mineiro, daquela época.

Nesse particular, a vida do futuro Intendente Câmara é preciosa para o Brasil. Atendendo às manifestações inequívocas do seu profundo interesse pela terra brasileira, destacou-o o governo de Lisboa para superintender os trabalhos das suas minas. No Distrito Diamantino agigantou-se a sua já acatada personalidade. Para valorizar o esforço do mineiro e aumentar-lhe a capacidade de produção deu-lhe o que ainda não tivera, deu-lhe para trabalhar: guindastes, bombas, carrinhos de mão, sarilhos, planos inclinados, automotores, deu-lhe pólvora em abundância, ferro barato e em quantidade, racionalizou os serviços, agrupando os homens e montando os primeiros grandes depósitos que aqui se fizeram de reserva de gêneros e de materiais. Deu-lhe tudo isso, e além disso conforto moral e material. Só assim conseguiria o milagre de arrancar do já considerado esgotado Distrito Diamantino, milhares de contos em diamantes maravilhosos.

Câmara Bethencourt tinha em si todas as características dos grandes condutores de homens para o trabalho. Encontramo-lo sempre inclinado

às iniciativas nobres, úteis e proveitosas. Foi graças ao seu trabalho hercúleo, coadjuvado por uma plêiade escolhida de brasileiros que agiam sob a sua exclusiva orientação, conjugado com os esforços de D. Francisco de Assis Mascarenhas, do Barão de Eschwege e de outros mais, que o Brasil teve para uso de seus trabalhos nas zonas de mineração e nos seus arsenais, todo o ferro necessário aos seus serviços, por preços muitíssimos inferiores aos que vigoravam quando Câmara assumiu a importantíssima função de Intendente-Geral das Minas e dos Diamantes do Distrito Diamantino.

Esse ferro era fabricado na Real Fábrica de Ferro do Morro do Pilar, por ele construída, na Fábrica “Patriótica”, montada por Eschwege por iniciativa do então governador da Capitania das Minas Gerais, D. Francisco de Assis Mascarenhas, e por vários outros pequenos proprietários de forjas existentes na mesma capitania. Nesse período, constatou-se uma baixa de 8 para 2\$ 000 no preço de custo da arroba de ferro empregado nas minas e nos arsenais do reino.

D. Francisco de Assis Mascarenhas sendo transferido para governar a Capitania de São Paulo, passou a ser ali o principal animador dos trabalhos de produção de ferro na fábrica do Ipanema, onde o Capitão de engenheiros Frederico Luís Guilherme Varnhagen, com os esforços nela empregados, fez jus a ser colocado entre os que, no Brasil, mais se distinguiram nesse campo da atividade humana.

Mais tarde, constata-se a iniciativa de Monlevade, criando nas margens do rio Piracicaba uma usina que tomou o seu nome, e, no período conhecido por “tempo do encilhamento”, encontramos os primórdios da nova era da siderurgia nacional, com os altos fornos ainda hoje existentes na tradicional Usina Esperança, que fazia parte do grupo industrial da antiga Companhia de Forjas e Estaleiros, e na Usina de Burnier, ambos construídos pelo engenheiro suíço Gerspacher, cujo túmulo se encontra no pequeno cemitério de Esperança.

Durante muitos anos permaneceram inativos esses altos fornos, até que, no fim do século XIX, em Esperança, o engenheiro José Joaquim de Queiroz Júnior, retomando os serviços daquela usina com especial bravura e grande ardor patriótico, firmou as bases definitivas do futuro grande surto siderúrgico do Brasil, coluna mestra do maior parque industrial da América do Sul e garantia indispensável à perene integridade do nosso território.

(De uma comunicação apresentada ao III Congresso de História Nacional, em 1 938 e publicada no vol. IV dos respectivos Anais, págs. 368 a 374. Rio de Janeiro, 1 941.)

*

* *

TEXTOS

(Sugestões para seminários)

PROCLAMAÇÃO DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR (Pais de Andrade)

Brasileiros ! A salvação da honra da pátria e da liberdade, a defesa de nossos imprescritíveis e inalienáveis direitos de soberania, instam, urgem e imperiosamente comandam que com laços da mais fraterna e estrita união, nos prestemos recíprocos auxílios para nossa comum defesa.

É inato no coração do homem o desejo de ser feliz, e este desejo, como princípio de toda a sociabilidade, é bebido na natureza e na razão, que são imutáveis; para preenchê-lo é indispensável um governo que, dando expansão e coordenando todos os seus recursos, eleve os associados àquele grau de prosperidade e grandeza que lhe estiver destinado nos planos da Providência, sempre disposta em favor da humanidade. Reconhecendo estas verdades eternas, adotamos o sistema de governo monárquico representativo e começamos nossa regeneração política pela solicitude de uma soberana assembléia constituinte de nossa escolha e confiança.

Antes que se verificassem nossos votos e desejos fomos surpreendidos com a extemporânea aclamação do imperador; subscrevemos a ela tácita, ou expressamente, na persuasão de que isso era conducente a nossos fins, porque envolvia em seus princípios a condição de bem servir à nação.

Reuniu-se a soberana assembléia, e quando nos parecia que havíamos entrado no gozo de nossos inauferíveis direitos, e apenas tinha ela dado princípio à organização de nosso pacto social, vimos que o imperador, postergando os mais solenes juramentos e os mesmos princípios que lhe deram nascimento político, autoridade e força, insultou caluniosamente o respeitável corpo que representava a nova soberania, e desembainhando a homicida espada de um só golpe fez em pedaços aquele soberano corpo e dilacerou seus membros.

Não é preciso, brasileiros, neste momento fazer a enumeração dos nefandos procedimentos do imperador, nem das desgraças que acarretamos sobre nossas cabeças por havermos escolhido, enganados ou preocupados, tal sistema de governo e tal chefe do poder executivo ! Vós todos, e todo o mundo que os têm observado, os conhecem e enumeram; porém, conquanto estivessem prevenidos na expectativa de males, nunca a ninguém podia passar pela idéia, talvez como possibilidade que o imperador havia trair-nos e abandonar-nos ao

capricho de nossos sangrentos e implacáveis inimigos lusitanos, no momento em que teve notícia de estar fazendo-se à vela a expedição invasora ! E é crível que não fosse preparada de acordo com ele ? É possível, mas não provável.

Na portaria, que abaixo transcrevo, tendes, ó brasileiros, uma prova indelével de quanto devemos ao defensor perpétuo do Brasil, e jamais ousamos pensar ! Nele vereis nímio temor de relações internas (efeitos da consciência do mal que tem obrado), vergonhosa confissão de fraqueza em recursos pecuniários, exército e esquadra; e afim dizer: “É indispensável que cada província se valha dos próprios recursos no caso de ataque !” Acreditá-lo-eis vindouros ! Não tem recursos uma capital que é o empório e receptáculo de quase todas as rendas de oito províncias, que de todas as outras tem tirado quanto tem podido em dinheiro, efeitos e construções navais; e há de ter recurso cada uma província isolada ?

Brasileiros ! salta aos olhos a negra perfídia, são patentes os reiterados perjuros do imperador, e está conhecida nossa ilusão ou engano em adotarmos um sistema de governo defeituoso em sua origem, e mais defeituoso em suas partes componentes. As constituições, as leis e todas as instituições humanas são feitas para os povos e não os povos para elas. Eia, pois, brasileiros, tratemos de constituir-nos de um modo análogo às luzes do século em que vivemos; o sistema americano deve ser idêntico; desprezemos instituições oligárquicas, só cabidas na encanecida Europa.

Os pernambucanos, já acostumados a vencer os vândalos, não temem suas bravatas; doze mil baionetas manejadas por outros tantos cidadãos soldados de primeira e segunda linha formam hoje uma muralha inexpugnável; em breve teremos forças navais, e algumas em poucos dias.

Segui, ó brasileiros, o exemplo dos bravos habitantes da zona tórrida, vossos irmãos, vossos amigos, vossos compatriotas; imitai os valentes de seis províncias do norte que vão estabelecer um governo debaixo do melhor de todos os sistemas — representativo —; um centro em lugar escolhido pelos votos dos nossos representantes dará vitalidade e movimento a todo nosso grande corpo social. Cada Estado terá seu respectivo centro, e cada um destes centros, formando um anel da grande cadeia, nos tornará invencíveis.

Brasileiros ! Pequenas considerações só devem estorvar pequenas almas; o momento é este, salvemos a honra, a pátria e a liberdade,

soltando o grito festivo: Viva a Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

(Ulisses Brandão, **A Confederação do Equador**, págs. 205/207. Recife, 1 924. Repr. em Bonavides e Vieira, **Textos políticos da História do Brasil**, 157/159. Fortaleza, Impr. Univ. do Ceará, 1 973.)

*

CONQUISTA DO MÉXICO E DO PERU (Montaigne)

Nosso mundo acaba de descobrir outro (e quem nos diz que seja o último, se os demônios, as sibilas e nós mesmos ignoráramos esse até agora ?) não menos grande, vasto e sólido do que o nosso. Mas tão novo e jovem que lhe ensinam ainda o abc. Há menos de cinqüenta anos não conhecia nem letras, nem pesos, nem medidas, nem roupas, nem trigo e vinha; estava ainda nu no seio da mãe nutriz... era um mundo criança. Se não o subjugamos e sujeitamos à nossa disciplina pelo nosso maior valor, ou por vantagens naturais, tão pouco o fizemos com justiça, bondade e magnanimidade. Suas respostas, em sua maioria, e as negociações levadas a efeito, testemunham que nada nos ficavam a dever em matéria de clareza de espírito natural e de pertinência. A assombrosa magnificência das cidades de Cusco e do México, bem como, entre outras coisas, o jardim daquele rei, em que todas as árvores, frutos e ervas se reproduziam em ouro de conformidade com o seu tamanho natural, e ainda seu gabinete, onde todos os animais nascidos em seu Estado e em seus mares assim também se representavam, além da beleza de suas obras de pedraria, pluma ou algodão e mais as suas pinturas, mostram que nada nos ficavam a dever igualmente na indústria. Quanto à devoção, à observância das leis, à fraqueza, vantajoso foi-nos não tê-las tanto quanto eles; por isso se perderam, vendendo-se, e se traíndo a si próprios pelas suas próprias qualidades.

No que diz respeito ao arrojo, à coragem, à firmeza de caráter, à constância, à resistência às dores, à fome e à morte, não me parece excessivo comparar os exemplos encontrados entre eles com os mais famosos da antigüidade. Os que os subjugaram não teriam oportunidade para tantas vitórias se lhes fossem retirados os engodos e o aparelhamento de que se serviram para enganá-los. Tanto mais quanto um compreensível assombro invadia tais povos ao verem chegar inesperadamente os conquistadores barbudos, de língua e religião tão diversas na forma e no conteúdo, vindos de plagas longínquas que nunca

soltando o grito festivo: Viva a Confederação do Equador, Manuel de Carvalho Pais de Andrade.

(Ulisses Brandão, **A Confederação do Equador**, págs. 205/207. Recife, 1 924. Repr. em Bonavides e Vieira, **Textos políticos da História do Brasil**, 157/159. Fortaleza, Impr. Univ. do Ceará, 1 973.)

*

CONQUISTA DO MÉXICO E DO PERU (Montaigne)

Nosso mundo acaba de descobrir outro (e quem nos diz que seja o último, se os demônios, as sibilas e nós mesmos ignoráramos esse até agora ?) não menos grande, vasto e sólido do que o nosso. Mas tão novo e jovem que lhe ensinam ainda o abc. Há menos de cinquenta anos não conhecia nem letras, nem pesos, nem medidas, nem roupas, nem trigo e vinha; estava ainda nu no seio da mãe nutriz... era um mundo criança. Se não o subjugamos e sujeitamos à nossa disciplina pelo nosso maior valor, ou por vantagens naturais, tão pouco o fizemos com justiça, bondade e magnanimidade. Suas respostas, em sua maioria, e as negociações levadas a efeito, testemunham que nada nos ficavam a dever em matéria de clareza de espírito natural e de pertinência. A assombrosa magnificência das cidades de Cusco e do México, bem como, entre outras coisas, o jardim daquele rei, em que todas as árvores, frutos e ervas se reproduziam em ouro de conformidade com o seu tamanho natural, e ainda seu gabinete, onde todos os animais nascidos em seu Estado e em seus mares assim também se representavam, além da beleza de suas obras de pedraria, pluma ou algodão e mais as suas pinturas, mostram que nada nos ficavam a dever igualmente na indústria. Quanto à devoção, à observância das leis, à fraqueza, vantajoso foi-nos não tê-las tanto quanto eles; por isso se perderam, vendendo-se, e se traíndo a si próprios pelas suas próprias qualidades.

No que diz respeito ao arrojo, à coragem, à firmeza de caráter, à constância, à resistência às dores, à fome e à morte, não me parece excessivo comparar os exemplos encontrados entre eles com os mais famosos da antiguidade. Os que os subjugaram não teriam oportunidade para tantas vitórias se lhes fossem retirados os engodos e o aparelhamento de que se serviram para enganá-los. Tanto mais quanto um compreensível assombro invadia tais povos ao verem chegar inesperadamente os conquistadores barbudos, de língua e religião tão diversas na forma e no conteúdo, vindos de plagas longínquas que nunca

havia imaginado fossem habitadas; e que chegavam montando grandes monstros, desconhecidos de quem jamais vira nem cavalos nem sequer nenhum outro animal que servisse para sustentar um homem ou uma carga; e que surgiam vestidos de peles luzidias e duras, e armados de armas cortantes e resplendentes, para jogar-se contra aquela pobre gente que trocava imensas riquezas de ouro e pérolas por um espelho brilhante ou uma faca e que não tinha nem ciência nem material com que atravessar o nosso aço. Acrescentem-se os raios e trovões de nossos arcabuzes capazes de assombrar ao próprio César (o qual fora surpreendido em idênticas circunstâncias) dirigidos contra povos nus, cobertos apenas de tecidos de algodão e somente donos de arcos, pedras, cacetes e escudos de madeira; povos em verdade iludidos pela falsa amizade e má fé, atraídos pela curiosidade de ver coisas estranhas e desconhecidas.

Sem essa disparidade, já o disse, não teriam tido os conquistadores oportunidade para tantas vitórias. Quando penso nesse ardor indomável com que milhares de homens, mulheres e crianças se lançam contra perigos inevitáveis em defesa de seus deuses e de sua liberdade; quando vejo essa generosa obstinação em tudo sofrer, inclusive a morte, de preferência a se submeterem ao domínio dos que tão vergonhosamente os enganaram, aceitando muitos morrer de fome, quando prisioneiros, para nada receber das mãos do inimigo vilmente vitorioso, sinto que, se fossem atacados em igualdade de condições, de armas e de número, seriam tão perigosos, ou mais, quanto os de outra guerra a que assistimos.

Costeando a terra em busca de minas alguns espanhóis aportam em país fértil e aprazível, muito habitado, e fazem ao povo suas costumeiras advertências: que eram gente pacífica, chegada de remotas terras, mandada pelo rei de Castela, o maior príncipe do mundo, ao qual o Papa, representante de Deus no universo, dera o domínio das Índias; que se lhes quisessem ser tributários seriam muito benignamente tratados; que lhes pediam víveres para seu alimento e ouro para a necessidade de alguma medicina; ademais recomendavam a crença num só Deus e a verdade de nossa religião que aconselhavam aceitassem; e acrescentavam algumas ameaças. Eis a resposta: que quanto a serem pacíficos não o pareciam, se é que o eram; quanto a seu rei, devia ser indigente, posto que pedia; quanto àquele que fizera a distribuição das terras, amava sem dúvida a discórdia pois dava a outrem o que não lhe pertencia e provocava assim hostilidades com os verdadeiros donos, quanto aos víveres, que os dariam; quanto ao ouro, que pouco possuíam e era coisa de menor valia, tanto mais quanto inútil à vida que cuidavam de tornar feliz e aprazível; que tomassem portanto de tudo que encontrassem, salvo o destinado aos serviços dos deuses; quanto ao Deus único, agradara-lhes a afirmação, mas não desejavam mudar de religião, já que lhes servira a que tinham durante tão longos anos; quanto aos conselhos, que não

estavam acostumados a aceitá-los senão de amigos e conhecidos; quanto às ameaças, parecia-lhes loucura que as dirigissem sem conhecimento dos meios de defesa. Que em vista disso saíssem imediatamente do lugar, pois não estavam acostumados a levar em consideração os propósitos de gente armada e estranha; e que se não se retirassem fariam com eles o que haviam feito com outros, como o provaram com as cabeças de alguns homens justicados perto da cidade.

Eis um exemplo das promessas dessa infância.

(Montaigne, *Ensaio*, em "O Pensamento Vivo de Montaigne", apresentado por André Gide, págs. 69/72. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo, Martins, 1 965. Col. "Biblioteca do Pensamento Vivo", vol. 6.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

TANCREDO DO AMARAL (1 866 – 1 928)

O nome que escolhemos como "vulto da historiografia brasileira" do presente número poderá, à primeira vista, parecer deslocado nesta seção. Não só não se dedicou apenas a historiografia, como, a rigor, não poderia, de fato, ser catalogado como historiador, embora produzisse alguns trabalhos que o estudioso de hoje não poderá deixar de apreciar. Todavia, é principalmente como dos mais esforçados obreiros da causa da instrução pública em nosso Estado que o recordaremos, pois, como tal, empenhou-se denodadamente pelo ensino da história e da geografia de São Paulo em nossas escolas primárias, chegando a escrever livros destinados a esse objetivo. Hoje, quanto se lamenta o profundo desconhecimento por parte dos paulistas, do seu passado, quando nosso Estado é talvez o único de todo o país que não possui em suas escolas cadeiras ou simplesmente cursos destinados a ministrar sua história tão rica de feitos e de ensinamentos, tão prene de civismo e de patriotismo, tão volumosa de participações na vida nacional, é até com emoção que recordamos a figura de um dos pioneiros do paulistanismo em nossa terra.

Tancredo Leite do Amaral Coutinho, literariamente conhecido apenas por Tancreco do Amaral (que é como assinava seus escritos), nasceu em São Paulo a 18 de fevereiro de 1 866 e faleceu em São Bernardo (atualmente São Bernardo do Campo) a 23 de julho de 1 928. Fez seus estudos primários nos colégios Bentley e Martin, matriculando-se, depois, na Escola Normal da capital, pela qual se formou em 1 886. Nessa escola, de tanta significação para a vi-

estavam acostumados a aceitá-los senão de amigos e conhecidos; quanto às ameaças, parecia-lhes loucura que as dirigissem sem conhecimento dos meios de defesa. Que em vista disso saíssem imediatamente do lugar, pois não estavam acostumados a levar em consideração os propósitos de gente armada e estranha; e que se não se retirassem fariam com eles o que haviam feito com outros, como o provaram com as cabeças de alguns homens justicados perto da cidade.

Eis um exemplo das promessas dessa infância.

(Montaigne, *Ensaio*, em "O Pensamento Vivo de Montaigne", apresentado por André Gide, págs. 69/72. Trad. de Sérgio Milliet. São Paulo, Martins, 1965. Col. "Biblioteca do Pensamento Vivo", vol. 6.)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

TANCREDO DO AMARAL (1866 – 1928)

O nome que escolhemos como "vulto da historiografia brasileira" do presente número poderá, à primeira vista, parecer deslocado nesta seção. Não só não se dedicou apenas a historiografia, como, a rigor, não poderia, de fato, ser catalogado como historiador, embora produzisse alguns trabalhos que o estudioso de hoje não poderá deixar de apreciar. Todavia, é principalmente como dos mais esforçados obreiros da causa da instrução pública em nosso Estado que o recordaremos, pois, como tal, empenhou-se denodadamente pelo ensino da história e da geografia de São Paulo em nossas escolas primárias, chegando a escrever livros destinados a esse objetivo. Hoje, quanto se lamenta o profundo desconhecimento por parte dos paulistas, do seu passado, quando nosso Estado é talvez o único de todo o país que não possui em suas escolas cadeiras ou simplesmente cursos destinados a ministrar sua história tão rica de feitos e de ensinamentos, tão preta de civismo e de patriotismo, tão volumosa de participações na vida nacional, é até com emoção que recordamos a figura de um dos pioneiros do paulistanismo em nossa terra.

Tancredo Leite do Amaral Coutinho, literariamente conhecido apenas por Tancredo do Amaral (que é como assinava seus escritos), nasceu em São Paulo a 18 de fevereiro de 1866 e faleceu em São Bernardo (atualmente São Bernardo do Campo) a 23 de julho de 1928. Fez seus estudos primários nos colégios Bentley e Martin, matriculando-se, depois, na Escola Normal da capital, pela qual se formou em 1886. Nessa escola, de tanta significação para a vi-

da paulistana, foi discípulo de Júlio Ribeiro, de Silva Jardim, de Godofredo Furtado e de Monsenhor Passalacqua. Como tal formação e com tais mestres, não poderia deixar de ser republicano. De fato, logo depois de formado, foi designado para uma escola no antigo Salto de Itu (a atual cidade de Salto) e ali fundou um núcleo do Partido Republicano e ainda, o jornal **Correio do Salto**, com a colaboração de Barros Júnior. Redigiu, ainda a **Tribuna Ytuana** e o **Correio de Ytu**, ambos da histórica cidade da Convenção. Retornando a São Paulo, militou na imprensa por mais de quinze anos, especialmente no **Correio Paulistano**, em **A Platéia**, na **Gazeta do Povo**, no antigo **Jornal da Tarde**, secretariando, ainda, **A Nação**, de que era redator-chefe Herculano de Freitas.

Decidindo-se, bem mais tarde, pelos estudos jurídicos, diplomou-se em 1906 pela Faculdade de Direito de São Paulo, tendo sido promotor público em Capivari e em Batatais e, depois, juiz de direito em Santa Isabel, cargo em que se aposentou. Antes, ainda no tempo de estudante, exercera funções públicas, tendo sido oficial-de-gabinete de Carlos de Campos quanto Secretário de Justiça e de Teodoro de Carvalho na mesma Secretaria e também na da Agricultura. Colaborou com Bernardino de Campos na sua primeira presidência do Estado. Foi inspetor escolar e inspetor-geral do ensino público e diretor do primitivo Gabinete Antropométrico, que se transformou posteriormente no Gabinete de Investigações do Estado. O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo teve em Tancredo do Amaral um dos seus fundadores, em 1894.

Para a divulgação da história, da geografia e da literatura paulistas, produziu três livros: **A História de São Paulo ensinada pela biografia dos seus vultos mais notáveis** (Alves, 1895), **O Estado de São Paulo** (Alves, 1896) e **Analectos Paulistas** (Alves, 1896). A **História** foi dedicada a Cesário Mota Júnior, “o mais dedicado propulsor da instrução pública em São Paulo” e a Sílvio Romero, “um dos mais operosos e ilustrados escritores brasileiros” e, ainda, à “memória veneranda” de três historiadores de São Paulo: O Brigadeiro Machado de Oliveira, o Visconde de São Leopoldo e Manuel Eufrásio de Azevedo Marques, “paulistas notáveis, que legaram um precioso subsídio literário para a história de sua terra”. Trazia prefácio do Cônego Valois de Castro, professor de História do Ginásio do Estado e do curso anexo à Faculdade de Direito. Apresentando o livro, dizia o ilustre sacerdote que, talvez ele não satisfizesse às exigências severas da crítica histórica, mas deveria “atrair a atenção e merecer a simpatia dos que se interessam pela nobre e humanitária idéia de espalhar e fortificar a instrução do povo”. E adiante: “O estilo é simples, como convém a uma obra didática; não tem os atavios exagerados do romantismo nem as apreciações malevolentes do partidarismo cego, que sempre deturpam os caracteres e toda a verdade histórica”. As biografias são dispostas em ordem cronológica e dentro do contexto histórico, após três capítulos de generalidades sobre a terra paulista.

Em **O Estado de São Paulo**, destinado, tal como a **História**, à leitura das classes primárias adiantadas, e dedicado ao “glorioso governo que fez a reforma do ensino público em São Paulo e que espalhou escolas por toda a parte”, teve por intuito, segundo as próprias palavras do autor, “proporcionar à infância paulista um livro que, prestando-se para o exercício de leitura, servisse ao mesmo tempo para enriquecer o espírito dos jovens estudantes, de conhecimentos relativos ao progresso de nosso Estado”. E confessava o autor que “em vez de procurar assuntos estranhos ao nosso meio, ou fazer traduções ou adaptações de contos ou historietas francesas, sem valor prático algum”, preferiu dar-lhes noções sobre o nosso clima, a nossa flora e fauna, o nosso comércio e indústria, a nossa viação férrea, a nossa organização administrativa etc., “educando assim civicamente a criança, que deve conhecer primeiro o Estado, depois a República”.

A seu terceiro livro paulista intitulou Tancredo do Amaral **Analectos Paulistas**, espécie de antologia com quarenta excertos de autores paulistas ou que tiveram alguma vinculação com São Paulo. Foi escrito “para preencher uma lacuna e servir às classes primárias adiantadas não só para os exercícios de leitura e análise, como também para dar a conhecer aos jovens estudantes os nomes mais notáveis na ciência, nas letras e na oratória paulistas”. Talvez tenha sido o pequeno livro de Tancredo do Amaral a primeira antologia paulista organizada e publicada, a revelar o educador responsável, refletido no critério com que os textos foram selecionados. Reúne páginas, em prosa e em verso, de Machado de Oliveira, Gabriel dos Santos, Azevedo Marques, Castro Alves, Fagundes Varela, Álvares de Azevedo, José Bonifácio (os dois: o “Patriarca” e o “Moço”), Ferreira de Menezes, Silva Jardim, Paulo Eiró, Antônio Joaquim Ribas, Francisco Quirino dos Santos, Luiz de Carvalho, Xavier da Silveira, João Tibiriçá Piratininga, Martim Cabral, Barão de Piratininga, Correia de Melo, Júlio Ribeiro, Luiz Barbosa, Visconde de Porto Seguro, Ezequiel Freire, Raul Pompeia, Teófilo Dias, Júlio Riedel, Oscar Horta e Galvão Bueno.

Além dos três livros a que demos destaque, deixou Tancredo do Amaral **O Brasil na Conferência do Haia**, uma pequena biografia do Barão do Rio Branco e uma “plaquette” de dez páginas com um discurso de saudação a Campos Sales, proferido quando de sua volta de Santos aonde fora acompanhar o Presidente Roca em seu embarque para a Argentina. A publicação foi promovida por amigos e admiradores de Campos Sales, “que foram testemunhas do modo feliz pelo qual o Sr. Dr. Tancredo do Amaral o saudou, o que verificaram pelos aplausos entusiásticos de assentimento com que a todo o momento a multidão interrompia o orador”. Tal “plaquette” foi publicada pela Livraria Magalhães, de São Paulo, em 1 907.

ÍNDICE DOS NÚMEROS 87 A 93, ANO X, 1 978

O presente índice desdobra-se de acordo com as diversas seções da NBH, com a indicação do número do fascículo seguido do da página em que a matéria se acha inserida (Ex.: 88, 103). Para as **Notas de Abertura**, cuja relação julgamos oportuno apresentar, para maior facilidade de identificação, dispensamos a indicação da página, por tratar-se da primeira matéria de cada fascículo. Tais notas são todas de autoria do responsável pela NBH, razão pela qual também julgamos dispensável a indicação do autor.

Notas de abertura

- 87 – janeiro/fevereiro – General Raul Silveira de Melo
- 88 – março – Prefácio a uma biografia de Fernão Dias
- 89 – abril – Saudação a Zeferino Vaz
- 90 – maio/junho – O Apelo de Belo Horizonte
- 91 – julho – Guilherme de Almeida
- 92 – agosto/setembro – Neste número, a nota de abertura foi, excepcionalmente, substituída pelo discurso de saudação a Zeferino Vaz, proferido pelo M. Reitor da PUCC, Prof. Dr. Benedito José Barreto Fonseca.
- 93 – outubro – Variações e fuga sobre um tema cívico

RELAÇÃO DOS AUTORES DAS NOTAS PUBLICADAS NAS DIVERSAS SEÇÕES, INCLUSIVE TEXTOS E TRANSCRIÇÕES

- ABREU, Manuel Cardoso de – Notícias de São Paulo (91, 270)
- ALBERNAZ, Paulo Mangabeira – O humor de Vieira e o humor de Rui (93, 374)
- ANDRADE, Pais de – Proclamação da Confederação do Equador (93, 430)
- BUNGE, Carlos Octavio – O Gaúcho (92, 339)
- CANABARRO, David – O espírito da Farroupilha (92, 347)
- CHAVES, René Pena – Discurso de posse na Academia Campinense de Letras (93, 403)
- COELHO, Latino – América e Portugal (88, 111)

- D'ÁVILA, Antônio – Por um Centro Documentário Histórico-Pedagógico (90, 163)
- DEBES, Célio S. – Subsídios para a História cultural de Campinas (90, 177)
- FEDERICI, Hilton – O IV Simpósio de Estudos Valeparaibanos (93, 414)
- FERREIRA, Antônio Celso – Dois estudos de ideologia (90, 168)
- FONSECA, Benedito José Barreto – Doze anos depois... (92, 285)
- LACARRA, Rubino – Atualidade de Pirandello (92, 213)
- LANGLOIS, Charles A. – Os fatos históricos (89, 151)
- LAPA, J. R. do Amaral – Requiem para Osman Lins (92, 319)
- LISBOA, L. G. Horta – Campos Sales (91, 224)
- LOPES, Tim – Nos becos, a história do Rio (92, 310)
- MANCHESTER, Alan K. – Em busca de uma chave para a História do Brasil (88, 103)
- MARTINS, Azael Duarte – A Independência e os cursos jurídicos (89, 127)
- MATOS, Odilon Nogueira de – A Guerra do Paraguai nas vias públicas de Campinas (92, 336)
- MATOS, Odilon Nogueira de – A propósito de Sacramento Blake (92, 298)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Academia Campinense de Letras (89, 138; 90, 190; 91, 252; 92, 332; 93, 402)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Bastiões do Centro-Oeste (87, 15)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Figuras primitivas da História de Campinas (91, 258)
- MATOS, Odilon Nogueira de – General Raul Silveira de Melo (87, 1)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Guilherme de Almeida (91, 221)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Inauguração de um templo e sagração de um bispo (90, 194)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Intercâmbio com a Polônia (91, 222)
- MATOS, Odilon Nogueira de – O Apelo de Belo Horizonte (90, 162)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Prefácio a uma biografia de Fernão Dias (88, 65)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Registro Bibliográfico (v. seção especial)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Saudação a Zeferino Vaz (89, 117)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Um Homem do Dever (87, 13)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Um mineiro entre os guaicurus (87, 16)
- MATOS, Odilon Nogueira de – Variações e fuga sobre um tema cívico (93, 357)

- MATOS, Odilon Nogueira de – Vultos da Historiografia Brasileira (v. seção especial)
- MELO, Raul Silveira de – Atividades de Ricardo Franco no Forte Coimbra (87, 28)
- MELO, Raul Silveira de – O que representou para Mato Grosso a expulsão dos jesuítas (87, 19)
- MELO, Raul Silveira de – Mato Grosso naqueles tempos (87, 36)
- MELO, Raul Silveira de – O trato com os índios (87, 44)
- MELO, Raul Silveira de – Origens das colônias militares (87, 36)
- MELO, Raul Silveira de – Relações Brasil-Paraguai no tempo de Francia (87, 22)
- MELO, Raul Silveira de – Ricardo Franco no comando da fronteira e em operações de guerra (87, 23)
- MELO, Raul Silveira de – “Sei que morro” (87, 56)
- MELO, Raul Silveira de – Sinopse histórica de Albuquerque (87, 33)
- MELO, Raul Silveira de – Valor histórico do Forte de Coimbra (87, 58)
- MENDES, Renato Silveira – Viajantes antigos e paisagens modernas na Baixada Fluminense (91, 262)
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de – Aspectos da siderurgia e da mineração no Brasil através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (93, 425)
- MICELI, Paulo C. – Uma história, muitos exemplos (93, 370)
- MONTAIGNE, Conquista do México e do Peru (93, 432)
- MOTA, Otoniel – Sem livreiros e sem livros (90, 197)
- MUELLER, Edison – Blumenau em cadernos (93, 362)
- NIETZSCHE, Fr. – A interpretação do passado (91, 273)
- NORBERTO, Joaquim – Alvarenga Peixoto e a Inconfidência (88, 113)
- OLIVEIRA, José Teixeira de – Vamos editar esse livro ? (92, 299)
- OMEGNA, Néelson – À sombra de Rui (91, 225)
- PEREIRA, Nuno Marques – Quimera e presunção vaidosa (90, 201)
- PIRES, Mário – José de Alencar no centenário de sua morte (88, 83)
- PORTUGAL, Henrique Furtado – Fontes sobre D. Pedro II e sua época (89, 131)
- PUGLIESI – Haidée M. – “História de El Tucuyo Colonial” (93, 368)
- RODRIGUES, Inês Caminha Lopes – A Paraíba e a administração João Pessoa (91, 232)

- SALLES, F. J. Monteiro – Correia de Melo e Campinas (90, 169)
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro – Carlos de Laet (88, 73)
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro – Otoniel Mota (92, 302)
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro – Discurso de recepção a René Pena Chaves na Academia Campinense de Letras (93, 403)
- SCALZO, Nilo – Centenário de Otoniel Mota (90, 180)
- SCHMID, Albert – Os “Rezingões” na história do germanismo no Rio Grande do Sul (89, 146)
- SEIGNOBOS, Charles – Os fatos históricos (89, 151)
- SOUSA, José Newton Alves de – Notas de leitura (91, 227)
- SOUZA, Jonas Soares de – Centenário de um grande mestre da língua: Otoniel Mota (91, 230)
- WESTPHALEN, Cecília M. – O significado dos acervos documentais públicos e privados como fontes de História (89, 124)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

(por ordem de autor)

- ALBISETTI, Ceşar – Os Bororos orientais (89, 160)
- ALENCAR cem anos depois (90, 184)
- AMARAL, Luís – História Geral da Agricultura Brasileira (91, 282)
- ANAIS do II Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais (93, 394)
- ANAIS de História, ano VIII (91, 246)
- ARROYO, Leonardo – Agravos do tempo (92, 332)
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de – Álvares de Azevedo desvendado (89, 133)
- AZEVEDO, Aroldo de (dir.) – O Brasil, a terra e a gente (92, 355)
- BALDUS, Herbert – Tapirapé (91, 283)
- BANDECCHI, Brasil – A Bucha, a Maçonaria e o Espírito liberal (93, 396)
- BARBOSA, Waldemar de Almeida – A Câmara dos Deputados como fator de unidade nacional (92, 322)

- SALLES, F. J. Monteiro – Correia de Melo e Campinas (90, 169)
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro – Carlos de Laet (88, 73)
- SAMPAIO, Francisco Ribeiro – Otoniel Mota (92, 302)
- SANTOS FILHO, Lycurgo de Castro – Discurso de recepção a René Pena Chaves na Academia Campinense de Letras (93, 403)
- SCALZO, Nilo – Centenário de Otoniel Mota (90, 180)
- SCHMID, Albert – Os “Rezingões” na história do germanismo no Rio Grande do Sul (89, 146)
- SEIGNOBOS, Charles – Os fatos históricos (89, 151)
- SOUSA, José Newton Alves de – Notas de leitura (91, 227)
- SOUZA, Jonas Soares de – Centenário de um grande mestre da língua: Otoniel Mota (91, 230)
- WESTPHALEN, Cecília M. – O significado dos acervos documentais públicos e privados como fontes de História (89, 124)

*

* *

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO

(por ordem de autor)

- ALBISETTI, Ceşar – Os Bororos orientais (89, 160)
- ALENCAR cem anos depois (90, 184)
- AMARAL, Luís – História Geral da Agricultura Brasileira (91, 282)
- ANAIS do II Encontro Inter-Regional de Cientistas Sociais (93, 394)
- ANAIS de História, ano VIII (91, 246)
- ARROYO, Leonardo – Agravos do tempo (92, 332)
- AZEVEDO, Vicente de Paulo Vicente de – Álvares de Azevedo desvendado (89, 133)
- AZEVEDO, Aroldo de (dir.) – O Brasil, a terra e a gente (92, 355)
- BALDUS, Herbert – Tapirapé (91, 283)
- BANDECCHI, Brasil – A Bucha, a Maçonaria e o Espírito liberal (93, 396)
- BARBOSA, Waldemar de Almeida – A Câmara dos Deputados como fator de unidade nacional (92, 322)

- BARBOSA, Waldemar de Almeida — A Câmara dos Deputados e o sistema parlamentar de governo no Brasil (92, 322)
- BIBLIOGRAFIA de D. Pedro II e sua época (89, 131)
- BOUTIN, Leonidas — Colonias militares no Paraná (93, 396)
- CALÓGERAS, Pandiá — A política monetária do Brasil (92, 352)
- CASTRO, Dinorah d'Araujo Berbert de — Cartas sobre a educação de Cora (92, 323)
- CEM anos de registro do Comércio (89, 134)
- CIDADE de São Paulo, A (91, 279)
- CICLO de conferências sobre o sesquicentenário da Independência da Bahia (92, 325)
- COLBACCHINI, A. — Os Bororos orientais (89, 160)
- CONVIVIUIM, jan-fev 1 977 (91, 246)
- CRULS, Gastão — A Hiléia Amazônica (90, 209)
- D'ÁVILA, Antônio — Antonio de Sampaio Dória (92, 326)
- DEBES, Célio S. — Campos Sales: perfil de um estadista (91, 224)
- ESTUDOS Ibero-Americanos, dez. de 1 977 (91, 247)
- FALBEL, Nachman — A luta dos Espirituais e sua contribuição para a reformulação da teoria tradicional acerca do poder papal (90, 184)
- FERREIRA, Orlando da Costa — Imagem e Letra (92, 327)
- GRAHAN, Maria — Diário de uma viagem ao Brasil (90, 213)
- GRANDES decisões estratégicas, As — (88, 96)
- GRINGS, Dadeus — Vitalidade do Cristianismo no século XX (90, 185)
- GUEDES, Max Justo — Aspectos náuticos da viagem de Pedro Teixeira (89, 134)
- GUERRA, Flávio — Uma aventura holandesa no Brasil (91, 248)
- GUIMARÃES, Alberto Prado — O monge beneditino D. Pedro Eggerth (93, 398)
- HAQ, Mahbub Ul — A cortina da pobreza (90, 186)
- IRMÃO, José Aleixo — Afonso de Taunay e o Mosteiro de São Bento (89, 134)
- LACOMBE, Américo Jacobina — À sombra de Rui (91, 225)
- LE COINTE, Paul — O Estado do Pará (90, 208)

- LEITE, Antonio Roberto de Paula — Presença de Alberto Sales (88, 97)
- LEPARGNEUR, Hubert — Fontes da moral na Igreja (92, 328)
- LIMA SOBRINHO, Barbosa — Antologia do “Correio Braziliense” (88, 97)
- LUSTOSA, Oscar de Figueiredo — Reformistas da Igreja no Brasil Império
(89, 135)
- MAGALHÃES, J. B. — Osório (92, 328)
- MAGALHÃES JÚNIOR, R. — Deodoro (91, 276)
- MALAN, Alfredo Souto — Uma escolha do destino (88, 98)
- MATOS, Odilon Nogueira de — Páginas Catarinenses (88, 99)
- MATOSO, Katia de Queirós — Textos e documentos para o estudo da História
Contemporânea (91, 227)
- MAXIMILIANO, Príncipe — Viagem ao Brasil (89, 156)
- MELO, Raul Silveira de — Um homem do dever (87, 13)
- MELO, Raul Silveira de — Corumbá, Albuquerque e Ladário (87, 15)
- MELO, Raul Silveira de — Para além dos bandeirantes (87, 16)
- MELO JUNIOR, A. — Edgard Cavalheiro (93, 398)
- MONTEIRO, Delarme — História de São Sebastião e do Imperador Diocleciano
(90, 187)
- MORAIS, J. F. Regis — Construção Social da enfermidade (93, 399)
- MORAIS, Vamberto — Pequena História do Anti-Semitismo (88, 99)
- MOREIRA, Earle D. M. — Espanha e Brasil (92, 330)
- MOTA, Carlos Guilherme — Ideologia da Cultura Brasileira (90, 168)
- NAGLE, Jorge — Educação e Sociedade da Primeira República (93, 400)
- PANDOLFO, Maria do Carmo Peixoto — Zadig (90, 187)
- PIMENTA, José de Melo — História de Portugal (88, 100)
- PRADO, J. F. de Almeida — Tomás Ender (90, 210)
- RAMOS, Agostinho — Pequena História do Bananal (92, 330)
- REVISTA de História, nº 111 (88, 101)
- REVISTA da Academia Paulista de Letras, nº 90 (89, 135)
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 315 (89, 136)
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais, v. 17 (89, 137)
- REVISTA do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, vol. 121
(90, 189)
- REVISTA do Arquivo Municipal, vols. 188, 189 e 190 (88, 102 e 90, 188)
- REVISTA Brasileira de Estudos Políticos, nº 46 (90, 188)

- REVISTA do Instituto de Estudos Brasileiros, nº 19 (92, 331)
- RIBEIRO, Darcy — As Américas e a Civilização (91, 249)
- RIZZINI, Carlos — Hipólito da Costa e o “Correio Braziliense” (91, 277)
- RODRIGUES, José Honório — A pesquisa histórica no Brasil (92, 354)
- RODRIGUES, José Honório — Teoria da História do Brasil (90, 219)
- ROMERO, Sívlio — Estudos sobre a poesia popular do Brasil (90, 189)
- SANTOS FILHO, Lycurgo — Uma comunidade rural do Brasil antigo (90, 215)
- SCAMPINI, José — A liberdade religiosa nas constituições brasileiras (91, 249)
- SCHMIDT, Max — Estudos de Etnologia Brasileira (89, 158)
- SIMONSEN, Roberto — História Econômica do Brasil (90, 218)
- SOUSA, Bernardino José de — Ciclo de carro de bois no Brasil (91, 280)
- SOUSA, Bernardino José de — Dicionário da terra e da gente do Brasil (92, 354)
- STEGMÜLLER, Wolfgang — A Filosofia contemporânea (91, 250)
- STEINEN, Carl von den — O Brasil central (89, 158)
- TAUNAY, Afonso de — A grande vida de Fernão Dias Pais (88, 65)
- TAVORA, Araken — D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura (91, 250)
- TOLEDO, Caio Navarro — ISEB, fábrica de ideologias (90, 169)
- TRILLING, W. — Epístola aos Filipenses (92, 331)
- VEIGA, Eugênio de Andrade — Os párocos do Brasil no período colonial (91, 229)
- VERACOECHA, Ermília — História de El Tocuyo Colonial (93, 368)
- VIANA, Lourival — Imprensa Gaúcha (89, 137)
- WINTERBOTHAN, F. W. — Enigma, o segredo de Hitler (91, 251)
- WOLNIEWICZ, Abade Marian — Les sciences bibliques en Pologne après la guerre (91, 222)
- YAMASHIRO, José — Japão: passado e presente (93, 370)

*

* *

TEXTOS E TRANSCRIÇÕES

A ABOLIÇÃO vista pelos republicanos paulistas (89, 149)

ABREU, Manuel Cardoso de — Notícias de São Paulo (91, 270)

- ANDRADE, Pais de – Proclamação da Confederação do Equador (93, 430)
- BUNGE, Carlos Octavio – O Gaúcho (92, 339)
- CANABARRO, David – O espírito da Farroupilha (92, 347)
- COELHO, Latino – América e Portugal (88, 111)
- LANGLOIS-SEIGNOBOS – Os fatos históricos (89, 151)
- MAGNA CARTA (As cláusulas eclesiásticas da) (90, 203)
- MANGHESTER, Alan K. – Em busca de uma chave para a História do Brasil (88, 103)
- MENDES, Renato Silveira – Viajantes antigos e paisagens modernas na Baixada Fluminense (91, 262)
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de – Aspectos da siderurgia e da mineração no Brasil através da Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (93, 425)
- MONTAIGNE – Conquista do México e do Peru (93, 432)
- MOTA, Otoniel – Sem livreiros e sem livros (90, 197)
- NIETZCHE – A interpretação do passado (91, 273)
- NORBERTO, Joaquim – Alvarenga Peixoto e a Inconfidência (88, 113)
- PEREIRA, Nuno Marques – Quimera e presunção vaidosa (90, 201)
- SCHMID, A. – Os “Rezingões” na história do germanismo do Rio Grande do Sul (89, 146)
- TOMADA de Saragoça (da “Canção de Rolando”) (92, 347)

*

* *

VULTOS DA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

- Cunha Matos (89, 153)
- Gentil de Assis Moura (92, 349)
- Luiz Gonzaga Jaeger, SJ (88, 115)

Manuel Barata (91, 274)

Otoniel Mota (90, 204)

Raul Silveira de Melo (87)

Tancredo do Amaral (93, 434)

*

* *

COLEÇÃO BRASILIANA

(Relação numérica da série "Grande Formato", com a indicação do fascículo em que o volume se acha registrado)

Notícia geral da série "Grande Formato" (87)

- 1 – Maximiliano de Wied-Neuwied – Viagem ao Brasil (89)
- 2 – Max Schmidt – Estudos de Etnologia Brasileira (89)
- 3 – Karl von den Steinen – O Brasil Central (89)
- 4 – Pe. Antônio Colbacchini e Pe. César Albisetti – Os Bororos Orientais (89)
- 5 – Paul Le Cointe – O Estado do Pará (90)
- 6 – Gastão Cruls – Hiléia Amazônica (90)
- 7 – J. F. de Almeida Prado – Tomás Ender, pintor austríaco na Corte de D. João VI (90)
- 8 – Maria Graham – Diário de uma viagem ao Brasil (90)
- 9 – Lycurgo Santos Filho – Uma comunidade rural do Brasil antigo (90)
- 10 – Roberto Simonsen – História Econômica do Brasil (90)
- 11 – José Honório Rodrigues – Teoria da História do Brasil (90)
- 12 – R. Magalhães Júnior – Deodoro: a Espada contra o Império (91)
- 13 – Carlos Rizzini – Hipólito da Costa e o "Correio Braziliense" (91)
- 14 – Associação dos Geógrafos Brasileiros – A Cidade de São Paulo (91)
- 15 – Bernardino José de Sousa – Ciclo do carro de bois no Brasil (91)
- 16 – Luís Amaral – História Geral da Agricultura Brasileira (91)
- 17 – Herbert Baldus – Tapirapé (91)

- 18 – Pandiá Calógeras – A política monetária do Brasil (92)
 19 – Bernardino José de Sousa – Dicionário da terra e da gente do Brasil (92)
 20 – José Honório Rodrigues – A pesquisa histórica no Brasil (92)

Série Formato Especial

- 1/2 – Aroldo de Azevedo (dir.) – O Brasil: a terra e a gente (92)

*

* *

NOTICIÁRIO

- Academia Campinense de Letras – 89, 138; 90, 190; 91, 252; 92, 332; 93, 402
 Academia Paulista de Jornalismo – 93, 418
 Acervo de Benedito Calixto – 93, 417
 Bíblias da Biblioteca Nacional – 89, 142
 Bons exemplos na política de museus – 89, 141
 Centenário da morte de D. Vital – 92, 334
 Clube dos 21 Irmãos-Amigos – 90, 191
 Concurso Centenário de Varnhagen – 89, 144
 Cultura e Gerontologia social – 89, 140
 Curso sobre as Famílias Paulistas – 93, 416
 Falecimento de Frei Venâncio Willeke OFM – 92, 334
 Falecimento de Gustavo Corção – 92, 335
 Falecimento de Osman Lins – 92, 335
 Instantâneos campineiros – 89, 144; 93, 420
 Microfilmagem de documentação oficial – 93, 400
 Posse de René Penna Chaves na Academia Campinense – 93, 403
 Primeira ferrovia gaúcha, tema de mestrado na USP – 91, 255

PUCC (novos diretores da) – 90, 193

Semanas culturais valorizam cidades – 91, 256

Simpósio de História do Espírito Santo – 91, 257

Simpósio de História do Vale do Paraíba – 89, 140; 93, 414

*

* *

ÍNDICE GERAL DE ASSUNTOS

Abolição – 89, 149

Academia Campinense de Letras – 89, 138; 90, 190; 91, 252; 92, 332; 93, 402

Academia Paulista de Jornalismo – 93, 418

Agricultura (História da) – 91, 282

Albuquerque – 87, 15 e 33

Alencar, José de – 88, 103; 90, 184

Almeida, Guilherme de – 91, 221

Amaral, Leopoldo – 93, 422

Amaral, Tancredo do – 93, 434

Amazônia – 90, 209

América-Portugal (relacionamento) – 88, 111

Anais de História – 91, 246

Anti-Semitismo – 88, 99

Antropologia – 91, 249

Arquivos – 89, 124

Arte em Campinas – 90, 177

Azevedo, Álvares de – 89, 133

Bahia – 90, 215; 92, 325

Baixada Fluminense – 91, 262

Bananal – 92, 330

Barata, Manuel – 91, 274

Barbosa, Rui – 91, 225; 93, 374

- Becos do Rio de Janeiro – 92, 310
Belo Horizonte (Apelo de) – 90, 161
Bíblia – 89, 142
Bibliologia – 92, 327
Blake, Sacramento – 92, 298
Bloem, Antero – 92, 333
Blumenau – 93, 362
Bororos – 89, 160
Brasil (Geografia do) – 92, 354 e 355
Brasil-Paraguai (relacionamento) – 87, 21
Brasileira (notícia geral da série “Grande Formato”) – 87, 62
Bucha – 93, 396
- Calixto, Benedito (O acervo de) – 93, 417
Câmaras de Campinas (as primeiras) – 91, 258
Câmara dos Deputados – 92, 322
Campinas (Instantâneos Campineiros) – 89, 144; 93, 420
Campinas (Memória Campineira) – 90, 194; 91, 258; 92, 336; 93, 422
Carro de bois – 91, 280
Cavalheiro, Edgard – 93, 398
Centro Documentário Histórico-Pedagógico – 90, 163
Chaves, René Penna – 91, 253; 93, 403
Cientistas sociais (2º Encontro de) – 93, 394
Clube dos 21 Irmãos-Amigos – 90, 191; 93, 357
Colônias militares – 87, 49
Colônias militares no Paraná – 93, 396
Confederação do Equador – 93, 430
Convivium – 91, 246
Corção, Gustavo – 92, 335
“Correio Braziliense” – 88, 97; 91, 277
Corumbá – 87, 15; 93, 390
Costa, Hipólito da – 88, 97; 91, 277
Cuiabá – 87, 36
Cultura brasileira – 90, 168
Cultura em São Paulo colonial – 90, 197
Cursos jurídicos no Brasil – 89, 127

- D'Angrogne, General Malan – 88, 98
D. Pedro II – 89, 131; 91, 250
D. Vital (centenário da morte de) – 92, 334
Deodoro – 91, 276
Dias, Fernão – 88, 65
Documentos (microfilmagem de) – 93, 400
Dória, Sampaio – 92, 326
- Educação – 92, 323; 93, 400
Eggerath OSB, D. Pedro – 93, 398
Ender, Tomás – 90, 210
Escola para a Terceira Idade – 89, 140
Espanha-Portugal (relacionamento) – 92, 330
Espírito Santo (Simpósio de História do) – 91, 256
Estudos Ibero-Americanos – 91, 247
Etnologia – 89, 158 e 160; 91, 283
- Famílias Paulistas (curso sobre as) – 93, 416
Farroupilha – 92, 347
Filosofia – 91, 250
Ferrovia gaúcha (a primeira) – 91, 255
Forte Coimbra – 87, 28 e 58
França Antártica – 91, 252
Franceses no Rio de Janeiro – 91, 252
Franco, Ricardo – 87; 13, 23 e 28
- Gaúchos – 92, 339
Governo de João Pessoa na Paraíba – 91, 232
Guerra Mundial (Segunda) – 88, 96; 91, 251
Guerra do Paraguai – 92, 336
Guaporé (rio) – 87, 39
- História da Igreja – 90, 184 e 185
Historiografia – 88, 103; 89, 151; 90, 218 e 219; 92, 354
Holandeses em Pernambuco – 91, 248
- Igreja no Brasil Imperial – 89, 135
Imprensa no Rio Grande do Sul – 89, 137

- Inconfidência mineira – 88, 113
- Independência da Bahia (sesquicentenário da), – 92, 325
- Independência do Brasil – 93, 357
- Índios Guaicurus – 87, 16 e 44
- Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 89, 136; 93, 425
- Jardim Guanabara – 91, 258
- Jaeger, Pe. Luiz Gonzaga – 88, 115
- Jesuítas em Mato Grosso – 87, 19
- João, Antônio – 87, 56
- Ladário – 87, 15
- Laet, Carlos de – 88, 73
- Laguna (Heróis de) – 92, 336
- Léry, Jean de – 91, 252
- Liberdade religiosa – 91, 249
- Lins, Osman – 93, 319 e 335
- Maçonaria – 93, 396
- Magna Carta – 90, 203
- Matriz Nova (de Campinas) – 90, 194
- Maximiliano (Príncipe) – 89, 156
- Melo, Correia de – 90, 169
- Melo, Gen. Raul Silveira de – 87
- Mercenários no Império – 89, 146
- México (conquista do) – 93, 432
- Mineração – 93, 425
- Mato Grosso – 87
- Matos, Cunha – 89, 153
- Mota, Otoniel – 90, 180 e 204; 91, 230; 92, 302 e 332
- Moura, Gentil de Assis – 92, 349
- Museus – 89, 141
- Osório, Gen. – 92, 328
- Pará – 90, 208
- Paraíba – 91, 232
- Párocos no Brasil colonial – 91, 228

- Peixoto, Alvarenga – 88, 113
Peru (conquista do) – 93, 432
Pesquisa histórica – 92, 354
Pessoa, João (governo de) – 91, 232
Piereck, Fernando – 90, 177
Pirandello – 91, 253; 92, 313
Poesia popular do Brasil – 90, 189
Política monetária do Brasil – 92, 352
Polônia (intercâmbio com a) – 91, 222
Portugal (História de) – 88, 100
Prado, Francisco Rodrigues do – 87, 16
PUCC (Novos diretores da) – 90, 193
- Revista Brasileira de Estudos Políticos – 90, 188
Revista da Academia Paulista de Letras – 89, 135
Revista de História – 88, 101
Revista do Arquivo Municipal – 88, 102; 90, 188
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – 89, 136
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais – 89, 137
Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul – 90, 188
Rio de Janeiro – 92, 310
Rio Grande do Sul – 89, 134; 91, 255
- Sales, Alberto – 88, 97; 92, 333
Sales, Campos – 91, 224
Santa Catarina – 88, 99
São Paulo – 91, 270 e 279
Saragoça (tomada de) – 92, 348
Semanas culturais – 91, 256
Siderurgia – 93, 425
- Tapirapé – 91, 283
Taunay, Afonso de – 88, 65; 89, 134
Taunay, Visconde de – 92, 336
Teixeira, Pedro – 89, 134
Teologia – 92, 328 e 331
Terceiro Mundo – 90, 186

Tocuyo – 93, 368

Unicamp – 92, 285

Vale do Paraíba (Simpósio sobre o) – 89, 140 e 182; 93, 414

Vale do Paraíba (Uma fazenda do) – 90, 182

Varnhagen – 89, 144; 93, 402

Vassouras (Simpósio de) – 93, 415

Vaz, Zeferino – 89, 117; 92, 285

Viajantes estrangeiros – 89, 156; 90, 213; 91, 262

Vias públicas de Campinas – 91, 258; 92, 336

Vida universitária no Brasil – 89, 117

Vieira, Antônio – 93, 374

Vieira, D. José Joaquim – 90, 194

Vila Bela – 87, 37

Voltaire – 90, 187

Willeke OFM, Frei Venâncio – 92, 334

Zadig – 90, 187